

Maio 2022

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Estado, Pobreza, Desigualdade, Educação e Reconciliação Nacional - O que está amplamente por fazer	6
1.2 Programa Kwenda pode ser estendido até 2025 e atingir o valor de 30 mil milhões de kwanzas	7
1.3 Kwenda vai até 2025	7
1.4 Renda mensal dada às famílias sobe de 8.500 para 11mil kwanzas	8
1.5 “Trabalho infantil é indicador de desestruturação familiar”	9
1.6 A flutuação do salário mínimo: assimetrias de rendimento e poupança como entraves ao crescimento inclusivo	11
1.7 Por cada quatro empregos criados três foram a informalidade	12
1.8 Kwenda prevê ajudar milhares de cidadãos	13
1.9 A redução do desemprego passa pela dinamização do sector agrícola	14
1.10 O dilema da pobreza em Angola, um problema, muitas soluções	15
1.11 Riqueza e Capital	16
1.12 Sindicatos trazem salário para cima da mesa das negociações	17
1.13 Projectos do “Kwenda” chegaram ao Cuchi	18
2. MICROFINANÇAS	20
2.1 Zungueiras recebem crédito no Huambo	20
2.2 “Zungueiras” no Dundo recebem micro-créditos	20
2.3 Cooperativa de Créditos está a ser constituída	21
2.4 Malparado sobe e vale um quinto do crédito	21
2.5 Crédito malparado aumentou de 18,41% para 20, 26%	22
2.6 Luanda possui apenas 24 multicaixas por 100 habitantes	22
2.7 Lucros da Banca quase que duplicaram para 490, 2 mil milhões Kz	23
2.8 Taxistas exigem criação de pacotes de crédito especial	24
3. MERCADO INFORMAL	25
3.1 Engraxadores lutam pela vida	25
3.2 Zungueiras recebem crédito no Huambo	27
3.3 Comissão garante registo de 200 mil agentes a trabalhar na informalidade	27
3.4 Pape assegura mais de 50 mil emprego	28
3.5 PREI prevê cadastrar 10 mil vendedores nos Congolenses	28
3.6 Preparadas as condições para reabertura do mercado do Luvo	29
3.7 Cadastrados cinco mil vendedores informais	30
3.8 “Zungueiras” no Dundo recebem micro-créditos	30
3.9 Governo aprova normas para a criação do Observatório da Economia Informal	31
3.10 «Bandedos» uma alternativa barata, mas pouco segura para almoçar em Luanda	31
3.11 200 mil agentes passaram à formalidade	33
3.12 PREI revela balanço de 200 mil registados	33
3.13 Venda de comida ganha corpo nas ruas de Luanda	34
3.14 OMA apoia vendedoras ambulantes no Bengo	34
3.15 Venda ambulante coloca em perigo vendedoras, peões e automobilistas	35
3.16 “Zungueiras” no Zaire beneficiam de apoio	35
3.17 “Trabalho infantil é indicador de desestruturação familiar”	36
3.18 Requalificação do “Sabadão” tem início no próximo mês	38
3.19 Por cada quatro empregos criados três foram a informalidade	38

3.20	Jovens recebem kits para o auto-emprego	39
3.21	PREI formalizou 170 mil operadores	39
3.22	Funcionários do BNA «consumiram» em salários 150 milhões USD em 2021	40
3.23	Rua Lino Amezaga está mal	41
3.24	Taxistas exigem criação de pacotes de crédito especial	41
4.	OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	42
4.1	A dívida pública deixou de ser um problema	42
4.2	Angola gastou 2,2 mil milhões USD com subsídios aos combustíveis	43
4.3	OGE contempla projectos escolhidos pelos cidadãos	44
5.	GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	46
5.1	Projecto legislativo para Administração local	46
5.2	As administrações municipais emitem alvarás comerciais	46
5.3	Municípios de Luanda já podem emitir alvarás	47
5.4	Poder tradicional com novos órgãos	47
5.5	OGE contempla projectos escolhidos pelos cidadãos	48
5.6	PIIM aplicou 450 mil milhões de kz em construção	49
5.7	Poder local autoriza isenções do IRT	49
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	50
6.1	Acesso aos bairros	50
6.2	Estamos a fechar todos os caminhos possíveis para o exercício ilegal de arquitectura	50
6.3	Reabilitação de 4 vias vai custar 103 mil milhões kz ao Estado	52
6.4	Ministro das Obras Públicas apresenta resultados na ONU	52
6.5	Empresa do Dubai projecta no imobiliário de Luanda	53
6.6	Centralidades	53
6.7	2.688 Apartamentos vão ser entregues	54
6.8	Crédito à habitação vem democratizar o mercado	54
6.9	Auto – construção dirigida é o modelo ideal para Angola	56
6.10	Presidente João Lourenço inaugura a Centralidade “Halavala” no Bailundo	57
6.11	AGT penhora contas da Prébuíld, o gigante da construção que “ colapsou”	58
6.12	Comércio, consumo e construção lideram crédito bancário	59
6.13	Dinamização do crédito a sector habitacional: constrangimentos e oportunidades	60
6.14	Mais de 4, 4 Mil milhões de kwanzas para construir casas no Cazengo	61
6.15	Falta de legislação e pouca acção do INH atrasam desempenho do sector imobiliário	62
7.	TERRA	63
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	63
8.1	Bairros de Menongue terão mais água potável	63
8.2	Água potável chega a duas mil famílias do município de Ekunha	64
8.3	Lançado projecto para melhorar qualidade da água	64
8.4	Mais serviços sociais básicos abertos no Cuando Cubango	65
8.5	Canal do Cafu é o primeiro de quatro projectos no Cunene	66
8.6	Programa prevê beneficiar mais de 2 milhões de pessoas	66
8.7	Executivo pretende até 2030 acesso universal à água potável	67
8.8	Avaliadas condições para início das obras da barragem	67
8.9	Irrigação de campos custa mais de USD 3 milhões	67

8.10	Recolha de resíduos sólidos continua deficiente	68
8.11	Município de Viana conta com nova operadora de recolha de resíduos sólidos	69
8.12	Bela tem nova operadora para limpar o município	69
8.13	"Crateras" da Kianda à vida Kifangondo/Luanda dificultam trânsito de pessoas.	71
8.14	Precisamos de esquecer o modelo de gestão de contentores. Devemos fazer gestão de resíduos	71

9. GÉNERO E VIOLENCIA 75

9.1	Não é fácil viver aqui, é preciso ter muita coragem	75
9.2	País regista 211 mil casos de violência a menores em 5 anos	75

10. AMBIENTE 76

10.1	Governo estende exploração para 185 mil metros cúbicos	76
10.2	Escolas de Campo elevam ajuda no combate à seca	76
10.3	Exploração de madeira pode atingir 185 mil metros cúbicos	77
10.4	Medidas na exploração florestal: um freio na tragédia dos comuns	78
10.5	Minagrip autoriza corte de 185, 3 mil metros cúbicos	79
10.6	Inundações permanentes afligem moradores e provocam mudanças	80
10.7	Lançado projecto de combate à seca na zona transfronteiriça	80
10.8	Combate aos efeitos no Sul de Angola orçado em 5 mil	81
10.9	Devemos reconhecer que errámos ao eliminar o Ministério do Ambiente e projectar uma coisa diferente	82
10.10	Angola recebe investimentos para conservar zona turística	84
10.11	82 Pessoas morreram durante a época chuvosa	85

11. MINEIRA 86

12. MIGRAÇÃO 86

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 86

13.1	Uma proposta chinesa para tornar o Mundo mas pacífico	86
------	---	----

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Estado, Pobreza, Desigualdade, Educação e Reconciliação Nacional - O que está amplamente por fazer

Novo Jornal

6 De Maio de 2022

O Nacional = O que está amplamente por fazer

O que de mais constante a economia nacional teve depois de 2017 foi a recessão económica e o retrocesso social, claro que importando verificar as causas, mas igualmente referindo que a recessão e o retrocesso têm sido o que de mais persistente o País apresentou depois da sua independência em 1975. Exclui-se o período 2002-2008, cuja dinâmica de crescimento económico foi desaproveitada em desfavor da construção da economia doméstica diversificada e da melhoria na distribuição do rendimento nacional. A taxa de pobreza monetária é elevada (na vizinhança de 45% em 2021), e a taxa de pobreza multidimensional não fica atrás, com um registo de 54% em 2019 (Bié com 78,3%). As assimetrias regionais têm-se agravado substancialmente - sem que o PIIM tenha conseguido criar capacidades locais tendentes a dinamizar as actividades produtivas e a criar emprego - de tal modo que as diferenças no rendimento médio entre Luanda e, por exemplo, Bié é de 37 vezes a favor da primeira província.

O Estado aparece como um agente importante na coordenação das estratégias de recuperação e na criação de um ambiente propício para as decisões microeconómicas. A Administração do Estado tem experimentado, nos últimos anos, um processo ainda muito tímido de reformas institucionais que vão no sentido de transformar os seus órgãos em agentes activos do desenvolvimento. O "capacity building", a redução da burocracia, o combate contra a corrupção e a descentralização são os quatro aspectos capitais enformadores duma relação nova entre o Estado e a sociedade civil. A assunção filosófica do novo modelo de desenvolvimento a médio prazo é a de que o Estado tem um papel institucional e económico muito particular e importante a desempenhar no processo de reconstrução do futuro para inverter esta fase de oito anos de desaceleração estrutural da economia nacional. De resto, à semelhança do que aconteceu com as economias

européias e a japonesa, depois do segundo conflito militar mundial. Trata-se de aquilatar em que moldes este papel deve ser desempenhado na mobilização de iniciativas, na facilitação do exercício da actividade económica, na criação das bases materiais do crescimento e no exercício das suas responsabilidades sociais das debilidades do aparelho do Estado (extraordinariamente burocratizado, centralizado e carente de recursos humanos qualificados e sofrendor da doença endémica da corrupção, vertical, horizontal e progressivamente progressiva), que impedem a plena assunção do seu papel de agente importante na coordenação das estratégias de recuperação e na criação de um ambiente propício para as decisões microeconómicas, é igualmente reconhecida a fragilidade do sector empresarial privado. O ICP (índice de lacunas nas capacidades produtivas nacionais) é muito desfavorável a Angola. O ICP engloba oito categorias, cada uma delas referindo-se a um aspecto particular do desenvolvimento das capacidades produtivas e das ligações orgânicas entre as categorias. A pontuação para Angola é de apenas 22,16, inferior à média dos PMA (Países Menos Avançados), que é de 24,04, o que coloca o País no 183.0 lugar a nível mundial e no 39.0 em África. O País patenteia, igualmente, uma baixa pontuação no sector privado, colocando-o em 46." em África e 184." no mundo. A melhor classificação de Angola em África encontra-se no sector da Energia (22,77), colocando-o no 13.0 lugar (148.' no mundo). Pontuações muito fracas ocorrem, igualmente, nos transportes (10,54), nas mudanças estruturais (12,33) e no capital humano (35,9). O capital humano é criticamente importante em qualquer economia, pois é por seu intermédio que se fomentam as capacidades produtivas e se dá o pontapé de saída para as transformações estruturais. Estas informações constam do documento da CNUCED Avaliação das Lacunas nas Capacidades Produtivas Nacionais, Genebra 2022.

A reconciliação nacional é uma construção de baixo para cima, enquanto sentimento de pertença a uma mesma Nação, com igualdade de oportunidades e níveis de vida compagináveis com a condição humana. Nesta construção de baixo para cima, o factor destacável é a educação. É nas escolas primárias que o sentimento nacional e de cidadania deve ser construído, desenvolvido e preservado. Para que o seja, as desigualdades regionais não podem ser o que são actualmente.

I.2 Programa Kwenda pode ser estendido até 2025 e atingir o valor de 30 mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola

11 De Maio de 2022

Texto: Garrido Fragoso

O Programa de Transferências Sociais Monetárias "KWENDA", que, em princípio, devia terminar em Outubro do próximo ano, pode ser prolongado para mais dois anos (até 2025), para beneficiar maior número de famílias vulneráveis em diversas localidades do país, altura em que o valor aplicado pode atingir 30 mil milhões de Kwanzas.

A informação foi avançada esta terça-feira, em Luanda, pela ministra de Estado para Área Social, Carolina Cerqueira, durante a quinta edição do Café CIPRA, que juntou, no Centro de Imprensa da Presidência da República, igualmente a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves, a secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público, Aia-Eza da Silva, o director do Fundo de Apoio Social (FAS), Belarmino Jelembi, que afluíram as acções produzidas pelo Executivo para o "Combate à pobreza no âmbito do Programa Kwenda".

Carolina Cerqueira indicou que o Banco Mundial (BM) e o Executivo angolano já negociam a possibilidade de estender o referido programa, tendo salientado que estão, na mesa das negociações, questões ligadas ao aumento dos subsídios das transferências monetárias sociais gratuitas das famílias de oito mil e quinhentos para 11 mil Kwanzas mensais.

A governante referiu que os "excelentes" resultados conseguidos até agora, desde a implementação do programa em 2020, e o impacto do mesmo junto das populações, conferindo uma boa ajuda para mitigar a pobreza e a situação de vulnerabilidade das famílias, sensibilizou o Banco Mundial para continuar a financiar o programa "Kwenda", onde 60.2 por cento dos beneficiários são mulheres.

O acordo com o Banco Mundial foi assinado em Julho de 2019, mas a execução do programa "Kwenda" apenas teve início em Maio de 2020, fez saber a ministra de Estado, acrescentando que, até ao momento, o "Kwenda" já consumiu cerca de 20 mil milhões de Kwanzas e, até final do ano, o total de gastos com transferências monetárias às famílias carenciadas poderá atingir 30 mil milhões de Kwanzas.

A ministra de Estado para Área Social, Carolina Cerqueira, assegurou que tem sido feita a avaliação periódica do programa com todas as instituições integrantes da Comissão do Combate à Pobreza, sobretudo nas reuniões do Conselho de Governação Local, dirigidas pelo Chefe de Estado.

Ao referir-se sobre o impacto que o "Kwenda" está a ter junto das comunidades, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves, defendeu mais parcerias com Organizações Não Governamentais, com a sociedade civil e demais instituições interessadas no processo para a consolidação de ideias em prol do combate à pobreza no país. Faustina Alves lembrou que o programa "Kwenda" iniciou como experiência piloto em apenas três províncias, salientando que as parcerias com demais instituições permitiram que grande número de famílias saísse da situação de extrema pobreza.

A governante referiu ainda que o Kwenda está a permitir, também, a unificação de famílias, bem como a facilitar a execução do programa de massificação do Registo Civil e atribuição do Bilhete de Identidade em várias localidades.

A quinta edição "Diálogo Sem Fronteiras"-Café CIPRA, reuniu membros da sociedade civil, economistas, juristas e jornalistas de vários órgãos de Comunicação Social públicos e privados.

I.3 Kwenda vai até 2025

Jornal Economia e Finanças

13 De Maio de 2022

A ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, afirmou, esta semana, que o Governo de Angola, o Banco Mundial e outros parceiros associados ao Programa de Transferências Sociais Monetárias "KWENDA" estão satisfeitos com o seu desempenho razão pela qual se vai alargar o prazo do seu termo de 2023 para 2025.

No "Café CIPRA - Diálogo Sem Moderação" desta semana, a governante reafirmou a preocupação do Executivo em garantir estabilidade social às famílias de todo o país. As acções produzidas pelo Executivo para o "Combate à pobreza no âmbito do Programa Kwenda" centralizaram mais um diálogo "Café CIPRA".

Sobre o alargamento do prazo de duração do programa "Kwenda", Carolina Cerqueira assumiu que, em princípio, o mesmo devia terminar em Outubro do próximo ano, mas "pode ser prolongado para mais dois anos (até 2025), para beneficiar maior número de famílias vulneráveis em diversas

localidades do país, altura em que o valor aplicado pode atingir 30 mil milhões de kwanzas".

Segundo ainda a ministra de Estado, Carolina Cerqueira, o Banco Mundial (BM) e o Executivo angolano já negociam a possibilidade de estender o referido programa, tendo salientado que estão, na mesa das negociações, questões ligadas ao aumento dos subsídios das transferências monetárias sociais gratuitas das famílias de oito mil e quinhentos para 11 mil kwanzas mensais.

A governante referiu que os "excelentes" resultados conseguidos até agora, desde a implementação do programa em 2020, e o impacto do mesmo junto das populações, conferindo uma boa ajuda para mitigar a pobreza e a situação de vulnerabilidade das famílias, sensibilizou o Banco Mundial para continuar a financiar o programa "Kwenda", onde 60,2 por cento dos beneficiários são mulheres.

O acordo com o Banco Mundial foi assinado em Julho de 2019, mas a execução do programa "Kwenda" apenas teve início em Maio de 2020, fez saber a ministra de Estado, acrescentando que, até ao momento, o "Kwenda" já consumiu cerca de 20 mil milhões de Kwanzas e, até final do ano, o total de gastos com transferências monetárias às famílias carenciadas poderá atingir 30 mil milhões de kwanzas.

Carolina Cerqueira assegurou que tem sido feita a avaliação periódica do programa com todas as instituições integrantes da Comissão do Combate à Pobreza, sobretudo nas reuniões do Conselho de Governança Local, dirigidas pelo Chefe de Estado.

A ministra de Estado para Área Social, Carolina Cerqueira, na quinta edição do "Café CIPRA", partilhou o presidium do "Diálogo com a Sociedade", no Centro de Imprensa da Presidência da República, com a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Alves; a secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público, Aia-Eza da Silva e o director do Fundo de Apoio Social (FAZ), Belarmino Jelembi

I.4 Renda mensal dada às famílias sobe de 8.500 para 11 mil kwanzas

Jornal Economia e Finanças

13 De Maio de 2022

Texto: Joaquim Suami

Governo está a avaliar a possibilidade de, a partir de 2023, a renda mensal dada às famílias vulneráveis no

quadro do Programa de Fortalecimento de Protecção Social de Transferências Sociais Monetárias "Kwenda" subir dos actuais 8 500 kwanzas para 11 mil kwanzas, totalizando 33 mil no trimestre, contra os actuais 25 500-

De acordo com a secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público, Aia-Eza da Silva, o Governo já gastou, entre Maio de 2020 e o início deste ano, 20 mil milhões de kwanzas (cerca de 26 milhões de dólares), para 350 mil famílias em situação de vulnerabilidade, com a oferta de uma renda mensal fixa, no valor de 8 500 kwanzas, no quadro do Programa de Fortalecimento de Protecção Social de Transferências Sociais Monetárias (Kwenda),

A secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público, Aia Eza da Silva, divulgou os dados, na última terça-feira, em Luanda, durante a 5a edição do Café CIPRA - Diálogo sem Moderador, iniciativa do Centro de Imprensa da Presidência da República de Angola (CIPRA)

Na ocasião, referiu que, até ao final de 2022, o Executivo vai gastar um total de 30 mil milhões de kwanzas, para apoiar em todo o país, 650 mil agregadas famílias com escassez de recursos financeiro para sobrevivência, com uma renda trimestral de 25.500 mil kwanzas.

Segundo a secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público, em 2021, o Executivo gastou 8,9 mil milhões de kwanzas e, para este ano, prevê se atingir uma despesa produtiva no valor de 22 mil milhões de kwanzas.

"As famílias cadastradas recebem 8-500 kwanzas por mês e a nossa proposta é que o valor seja aumentado para 11 mil, no final deste ano, No princípio o programa foi definido para terminar em 2023, mas foi estendido para 2025, o que demonstra que existe vontade do Governo e do Banco Mundial em manter o programa no longo prazo. A nossa ideia é incentivar as famílias cadastradas a terem o espírito de empreendedorismo, para se dar lugar a outras famílias", esclareceu,

Aprovado em Diário em República, o Programa de Fortalecimento de Protecção Social de Transferências Sociais Monetárias Sociais (Kwenda) abrange quatro componentes que têm a ver com a Transferência Social Monetária, Inclusão Produtiva, Municipalização da Acção Social e o Reforço do Cadastro Social Único. Aia-Eza da Silva garantiu que o Governo vai aplicar um investimento no valor de 100 milhões de dólares, enquanto o Banco Mundial vai reforçar o programa com 320 milhões de dólares, perfazendo um total de 420 milhões, com o objectivo

de assegurar a continuidade. Kwenda em benefício das populações

A Secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público, Aia-Eza da Silva, durante a sua intervenção em benefício das populações.

"No início do programa, tínhamos uma verba de 200 milhões de dólares, mas, hoje, este valor duplicou. O Banco Mundial sempre esteve presente em todo o processo do kwenda, por este facto dobrou o valor de financiamento, por reconhecer os avanços que o Executivo tem feito ao longo destes anos", disse, indicando que o Kwenda é um programa de referência para o Banco Mundial e para outros países do mundo, pelos avanços positivos verificados no primeiro ano de actividade.

A governante referiu que apesar do Banco Mundial estar em fase de fechar o programa de financiamentos, as negociações com o Governo continuam para o incremento do valor por cada agregado familiar.

De referir que no início do Kwenda, tinham sido eleitos cinco municípios de várias regiões do país, com destaque para o Cuito Cuanavale, Cuando Cubango, Gambundo-Katernbo, Malanje, Ombanja, Cunene, Nzeto, Zaire, Cacula, Huíla. Hoje, o Kwenda chegou às 18 províncias.

1.5 “Trabalho infantil é indicador de desestruturação familiar”

Jornal de Angola

17 De Maio de 2022

Texto: Fernando Neto

Zolana Avelino frisou que o facto de várias crianças serem obrigadas a vender produtos ou recolherem garrafas de plástico nas ruas e lixeiras demonstra a fraqueza económica de muitas famílias, situação que resulta na destruição da infância e do papel tradicional dos pais, que se circunscreve ao sustento da prole

No percurso dos seus 88 anos, o antigo Ambrizete registou avanços e recuos, do ponto de vista de desenvolvimento económico e social. O administrador municipal, Augusto Tiago, fez, ao *Jornal de Angola*, um resumo da realidade actual da região, tendo destacado os principais ganhos alcançados nos últimos anos, fruto de alguns investimentos realizados, à luz de vários programas gizados, quer pelo governo provincial, quer pelo central.

"Temos um município que deu um salto muito grande nos últimos anos, se compararmos com os tempos passados. Temos energia eléctrica da rede nacional, que considero ser um grande ganho para o desenvolvimento do município. A estrada que liga o município à capital do país, Luanda, é boa", referiu.

Augusto Tiago lembrou que decorrem, neste momento, as obras de construção do sistema de abastecimento de água potável, que vai, em definitivo, acabar a carência deste precioso líquido vivida a nível da vila e bairros periféricos.

O sistema de abastecimento de água, disse, deverá ser composto por um reservatório apoiado de 1.700 metros cúbicos, dois outros reservatórios elevados de 500 metros cúbicos e uma estação de captação e tratamento, prevendo-se, como isso, efectuar cinco mil ligações domiciliárias.

"O problema de abastecimento de água potável vai ser resolvido. Penso que temos um município com mais esperança num futuro melhor. Temos uma série de projectos em carteira, uns em execução, como são os casos da construção, aqui na sede municipal, de uma escola de 12 salas de aula e uma outra na localidade de Quimacucu, comuna de Quibala Norte, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios", disse.

Acrescentou que, decorrem, igualmente, as obras de construção das instalações da administração, do posto policial e de uma escola de sete salas na comuna de Quibala Norte, tendo adiantado que, nos próximos tempos, devem ser realizados trabalhos de terraplanagem dos troços rodoviários de acesso às comunas de Quindege e de Quibala Norte, para a acomodação do tráfego.

"Temos garantias de que vamos iniciar, nos próximos tempos, um trabalho de acomodação do tráfego das vias, tanto de Quindege, como do Quibala Norte, que, de facto, é o grande desafio do governo provincial, e permitir o escoamento de produtos agrícolas para os grandes centros de consumo", adiantou.

O município do Nzeto, com uma superfície de 10.120 quilómetros quadrados, possui condições excelentes para a produção de citrinos, mandioca, milho, gergelim, ginguba, batata-doce, feijão, ananás, abacate, papaia, hortaliças, entre outros, factor que, segundo o administrador municipal, pode constituir num chamariz para os investidores à região, quer nacionais, quer estrangeiros.

"Com as potencialidades que temos e, se forem divulgadas ao país e ao mundo, penso que vamos atrair investimentos e, com isso, criar muitos empregos para impulsionar o desenvolvimento da região. Portanto, atrair investidores e turistas é um dos nossos grandes objectivos.

Para além da actividade pesqueira de que, em grande medida, o Nzeto é conhecido, queremos que se torne, também, numa vila turística", declarou, frisando que para que isso aconteça é necessário olhar o Nzeto com outros olhos, ou seja, todos os seus habitantes devem contribuir, ter comportamentos e atitudes conducentes ao desenvolvimento desejado.

"O investimento não tem fronteira e o Estado angolano tem uma boa política de captação de investimentos estrangeiros e nós queremos, também, que o Nzeto seja alvo dessas políticas de investimentos de peso", augurou.

Augusto Tiago enfatizou que a região, cujas populações são consideradas acolhedoras, possui praias exuberantes e outros encantos e recantos propícios para a prática de turismo, carecendo apenas de investimentos.

Iniciativas privadas

Até ao momento, uma das maiores iniciativas privadas no Nzeto, no domínio da produção agrícola, denomina-se "Fazenda Girassol", projectada, há anos, na margem direita do rio Loge, na linha limítrofe entre a província do Zaire e a do Bengo.

Considerado o "ex-líbris" da província, em termos da prática da agricultura moderna, a "Fazenda Girassol" tem exportado milhares de toneladas de produtos diversos, com destaque para banana de mesa, tendo garantido centenas de postos de trabalho aos jovens locais e não só, revelou o administrador.

Augusto Tiago disse estar, também, para breve, a reactivação das salinas do Nzeto, um sector que, pela sua natureza, tem uma grande nuance de empregabilidade.

"A empresa que vai explorar as salinas enfrentou algumas dificuldades para conseguir financiamento e legalizar o terreno. Ultrapassadas que estão estas questões, estamos em crer que, se não for este ano, no início do próximo, a salina pode começar a produzir", disse.

Augusto Tiago acrescentou que à administração municipal chegou inúmeras solicitações de cedência de terrenos para investimentos, facto que considerou ser animador para o município, que deseja

transformar-se num ponto turístico de referência no contexto nacional.

Assistência médica regista avanços significativos em todas as sedes comunais

No domínio das condições de assistência, o administrador municipal revelou terem sido registados avanços significativos na localidade, com a construção de centros de saúde em todas as sedes comunais e em algumas aldeias mais habitadas, facto que, embora positivo, considerou ser insuficiente, face ao número da população, estimado em 41.627 habitantes.

"Precisamos de melhorar. Eu, enquanto angolano, se disser que está tudo bom, não estaria a ser um bom patriota. Contudo, temos pela frente um trabalho muito grande ainda a fazer, mas devo dizer que já demos alguns passos significativos neste domínio", referiu.

Augusto Tiago sublinhou que os centros de saúde das comunas da Musserra e Quindege estão devidamente equipados com laboratórios de análises clínicas, chegando a superar, em termos de dimensões, alguns hospitais municipais do Zaire.

O hospital de Covid-19, inaugurado há sensivelmente um ano, no bairro Kitana, na Vila do Nzeto, funciona agora como hospital municipal, dispendo de cerca de 90 camas para internamento de pacientes, para além de outras valências assistenciais, como Raio X, banco de sangue, dois aparelhos de hemodiálise e uma incineradora. Segundo o administrador municipal, isso representa um salto qualitativo neste sentido.

"No hospital antigo permanecem os serviços de maternidade e bloco operatório. Desde o ano passado até à presente data, recebemos 40 profissionais de saúde, entre médicos e enfermeiros", informou.

O responsável lembrou que a vila do Nzeto, pela sua estrutura topográfica, apresenta muitas zonas de alagamento ou inundações, como são os casos de "Futa kia Mbumba", "Futa kia Ndiba" e de Kimpaxi. Diante desta realidade, a administração municipal construiu, há tempos, dois canais de drenagem das águas pluviais, que resolveram o problema em definitivo, para o alento dos moradores das referidas zonas, que, antes, muitos dos quais, eram obrigados a abandonar as residências sempre que chovesse.

Em relação à construção das vias urbanas, no Nzeto, num total de quatro quilómetros, anunciada, recentemente, pelo presidente do MPLA, João Lourenço, à margem de um acto político de massas, em Mbanza Kongo, no quadro da pré-campanha

eleitoral, Augusto Tiago admitiu ser uma empreitada que vai conferir outra imagem à vila.

Para assinalar a efeméride, a administração municipal programou um conjunto de actividades de carácter cultural, recreativo e desportivo, que decorrem desde a semana passada, com destaque para o "Grande Prémio do Nzeto" em ciclismo, disputado por ciclistas profissionais das equipas "Tchaco", "BSP" e "ACT", saídos da capital do país, Luanda.

1.6 A flutuação do salário mínimo: assimetrias de rendimento e poupança como entraves ao crescimento inclusivo

Jornal Expansão

20 De Maio de 2022

Como prescreve a literatura convencional, a fórmula básica para conservar o poder de compra dos agentes económicos é nada mais do que actualização do valor dos seus rendimentos a igual ou acima da inflação registada. Se assim for, poderíamos dizer que o poder de compra dos agentes económicos sempre esteve conservado, mas a única verdade nesta premissa é o facto de não ser verdade!

Muito mais do que actualizar o valor dos rendimentos dos agentes económicos, é necessário reduzir igualmente a precariedade dos salários, garantindo que o acumulado da inflação entre o gap da última actualização até à presente actualização seja igual ou inferior ao valor da actual variação, pelo que recomendamos que aquela inflação acumulada não exceda os 50%. De contrário, ainda que exista uma actualização, as mesmas serão incipientes.

No entanto, as situações ligadas ao elevado nível de desemprego, altos níveis de informalidade, a inexperiência técnica e profissional, precariedade dos contratos a termo certo, apenas agudizam a problemática da precariedade do bem-estar dos agentes económicos, sendo urgente a construção de uma política nacional de formação, capacitação e acreditação de quadros.

A evolução do salário mínimo

A sua constante alteração é sinónimo de que a produtividade nacional ainda não é necessária o suficiente para definir o ritmo dos salários, bem como a definição do seu limite mínimo, pelo que se torna necessário a revisão das estratégias de fomento à produção nacional, uma vez que, quer as anteriores, quer a actual, não têm sido capazes de influenciar a remuneração do factor trabalho, gerando disrupções

no consumo e na poupança, obrigando a uma constante publicação de Decretos Presidenciais que alteram (actualizam) o salário mínimo nacional.

As constantes alterações inquietam o espírito de qualquer empreendedor que é forçado, a cada dois ou três anos, a rever a sua estrutura de custos, não só porque os custos associados à aquisição de matérias-primas, acesso às infraestruturas de apoio à produção, custos de transporte, entre outros, se alteram quase anualmente. Mas, também, o seu custo com pessoal se torna variável, não por imperativo do aumento da produtividade (eficiência produtiva), que gera ganhos quer para quem produz (trabalhador), como para quem oferece ao mercado bens e serviços (empresário), mas, por via de uma intervenção estatal, muitas das vezes enviesada por ciclos políticos.

As assimetrias do rendimento e a problemática da natalidade. Por outra, o baixo rendimento das famílias, quando analisado pela sua distribuição de receitas mensais em Angola, torna a materialização da poupança numa tarefa muito difícil de concretizar, pois, segundo dados do INE, mensalmente, entre os indivíduos com idades compreendidas entre 25 e 44 anos, em média, não auferem mais do que 50.000 kz! E, isto em 2019, antes da pandemia da Covid-19.

Igualmente, a política de natalidade ainda se constitui num grande entrave sobre o nível de vida e de rendimento das famílias, pois para a realidade angolana, infelizmente, quer o número de filhos, como o volume do agregado familiar, ainda influenciam negativamente o volume de receitas obtidas por aqueles agregados.

"Segundo o INE, a composição do agregado familiar demonstra que a receita média mensal é mais elevada nos agregados sem crianças dependentes, isto é, três vezes mais em relação aos agregados com três ou mais crianças. Os agregados com 1 ou 2 membros apresentam receitas superiores em relação aos agregados com 7 ou mais membros, 35.065 kz contra 12.151 kz."

Enquanto não for implementada uma política nacional de natalidade, com vista a adequar a taxa de natalidade à taxa de crescimento económico, promovendo um crescimento económico equilibrado, as famílias angolanas, em média, cada vez que decidirem aumentar o volume dos seus agregados estarão a contribuir para a redução do seu rendimento global.

Urge a necessidade de invertermos o paradigma ideológico de que o crescimento económico deve acompanhar o crescimento populacional e, radicalmente, o inverter, pois é muito mais fácil

ajustar o crescimento da população ao crescimento económico do que o contrário e os 5 anos consecutivos de recessão económica são prova irrefutável da minha premissa.

Principais conclusões

Assim sendo, enquanto não forem resolvidos os problemas anteriormente citados, qualquer tentativa de fomento à poupança, apenas agravará os níveis de desigualdade económica e social, já alarmantes no país, pois aquele instrumento, seja ele, um depósito a prazo, títulos de dívida pública, entre outros, apenas serão detidos por uma parte não representativa da população angolana e, novamente, a poupança em Angola nada mais será do que um mito para a maioria dos agregados familiares.

E de nada adiantará o aumento das taxas de juro de referência, sem que igualmente sejam criados instrumentos de poupança inclusivos que se adequem ao nível de rendimento das famílias, visando que o crescimento real daquelas poupanças seja, pelo menos, maior do que a taxa de crescimento económico.

Assim sendo, a promoção de uma política de finanças inclusivas, baseada numa Estratégia Nacional de Inclusão Financeira torna-se essencial para o fomento da poupança inclusiva que não só proteja o rendimento das famílias mais vulneráveis como, potencialize o aumentado seu consumo futuro.

1.7 Por cada quatro empregos criados três foram a informalidade

Jornal Expansão

20 De Maio de 2022

Texto: Joaquim José Reis

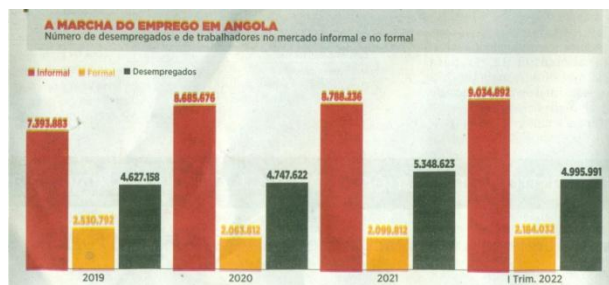
Nos primeiros três meses do ano há mais 330.876 angolanos a trabalhar face ao final de 2021, mas três em cada quatro empregos gerados neste período foram para a informalidade e apenas um para a formalidade, de acordo com cálculos do Expansão com base no Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística (INE), relativo ao I trimestre deste ano.

Segundo o relatório, no universo da população em idade activa (pessoas com 15 ou mais anos de idade), 11.218.924 pessoas (mais dos 330.876 que no final de 2021), declararam que trabalharam no período de referência, num trabalho por conta de outrem, conta própria ou trabalharam num negócio familiar, durante pelo menos uma hora.

Contas feitas, dos 330.876 postos de trabalho gerados entre Janeiro e Março, 246.656 encontraram o ganha-pão das suas famílias nos biscates da informalidade, e apenas 84.220 conseguiram um emprego formal, com mais garantias de segurança para o trabalhador,

Este é mais um sinal claro de que após cinco anos em recessão, a economia não está a conseguir ainda gerar os postos de trabalho formais necessários para absorver a população que cresce a uma média superior a 3% ao ano. Ou seja, Angola tem estado ano após ano a criar mais pobres, pois não consegue criar empregos para absorver a quantidade de cidadãos que entram em idade activa para trabalhar.

A crueldade dos números mostram-nos que antes da pandemia, no final de 2019, Angola tinha 9.924.675 empregados, dos quais apenas 2.530.792 tinha emprego formal. Já no final de Março deste ano, o País tinha apenas 2.184.032 pessoas com trabalhos formais, ou seja, menos 346.760 face a 2019. Ainda que ligeiramente, este número tem vindo a recuperar desde 2020, ano em que se tinham perdido 466.980 empregos formais face a 2019. No final de 2021 recuperaram-se 36.000 postos de trabalho formais face aos 466.980 perdidos.



Em Angola, a maioria das pessoas empregadas encontra-se assim no sector informal (80,5%). No final do I trimestre a maioria das pessoas com emprego informal eram trabalhadores por conta própria (49,3%), trabalhadores familiares (34,4%) e trabalhadores para o consumo próprio (9,3%). A taxa de emprego informal é maior na área rural do que na área urbana (95,6% e 66,0%) respectivamente.

Mas se o emprego aumentou 3% no I trimestre deste ano, o desemprego caiu 6,6% para um total de 4.995.991 angolanos que não tinham trabalho remunerado nem qualquer outro e estavam disponíveis para trabalhar, totalizando menos 352.632 que em Dezembro de 2021. A taxa de desemprego caiu, assim, de 32,9% no final de 2021 para 30,8% no I trimestre deste ano, sendo mais elevada para as mulheres. A taxa de desemprego na área urbana (41,7%) é cerca de 3 vezes superior à da área rural (14,3%).

EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DESEMPREGO EM ANGOLA

INDICADOR	2010	2019	2020	2021	I Trim. 2022
Taxa de emprego	70,2	60,3	62,8	61,2	62,5
Taxa de emprego, Homens	72,8	62,5	62,7	63,3	64,7
Taxa de emprego, Mulheres	67,8	58,3	58,6	59,3	60,4
Taxa de emprego, Área Urbana	59,2	49,1	47,8	50,8	51,4
Taxa de emprego, Área Rural	84,7	76,9	79,5	76,7	80,4
Taxa de desemprego	9,8	31,8	30,6	32,9	30,8
Taxa de desemprego, Homens	8,2	30,0	30,4	31,1	29,1
Taxa de desemprego, Mulheres	11,2	33,5	34,0	34,6	32,4
Taxa de desemprego, Área Urbana	16,9	42,6	44,5	43,0	41,7
Taxa de desemprego, Área Rural	2,1	17,0	15,8	18,8	14,3

Fonte: ????????????

INE esconde informalidade nos mais jovens

Quanto aos dados sobre a população mais jovem, com idades entre os 15 e os 24 anos, mantém-se a tendência de que há mais desempregados do que empregados (ver tabelas), apesar de o número de empregos ter crescido 4,5% face a Dezembro de 2021 (+99.923). No entanto, se no final de 2021 era possível verificar que dos 2.235.191 jovens com emprego apenas 139.430 tinham emprego formal, desta vez em relação ao I trimestre de 2022 não é possível fazer estes cálculos já que o INE deixou de os publicar, ao contrário do que acontecia nos relatórios anteriores. A inda nesta 'faixa etária, nestes três meses há uma redução de 209.945 (-6,3%) jovens desempregados face ao final de 2021. Quanto à população inactiva entre os 15 e os 24 anos, esta aumentou 20,7% nestes três meses. Ou seja, no final de Março existiam 1.056.897 jovens que não trabalhavam nem estudavam, o que levanta questões como o facto de o País estar a produzir delinquentes, ou no limite uma geração ociosa sem hábitos de trabalho. São necessárias, assim, medidas para estimular o mercado de trabalho de forma a criar condições para empregar estes jovens.

O IEA é um inquérito por amostragem, dirigido aos agregados familiares residentes em Angola, sendo excluídos os agregados familiares residentes em habitações colectivas, tais como hotéis, hospitais, quartéis militares, residências de estudantes, sem-abrigo, etc. A unidade estatística de amostragem é o agregado familiar, onde são recolhidos dados sociodemográficos de todos os membros e para as questões sobre emprego, são recolhidos dados a todos os indivíduos residentes no território nacional com 15 ou mais anos de idade. A amostra deste inquérito é probabilística e permite disponibilizar dados a nível nacional, por província e por área de residência (urbana e rural). Por trimestre são seleccionados um total de 10.944 agregados familiares, sendo 6.036 na área urbana e 4.908 na área rural.

I.8 Kwenda prevê ajudar milhares de cidadãos

Jornal de Angola

23 De Maio de 2022

Texto: Venâncio Victor

O Programa de Transferências Sociais Monetárias “Kwenda” vai beneficiar mais de quatro mil agregados familiares em situação de vulnerabilidade no município de Quirima, província de Malanje, segundo o director provincial do Fundo de Apoio Social (FAS), Gomes Golambole.

A abertura do Kwenda no município de Quirima, a mais de 300 quilómetros a sul de Malanje, foi orientada pelo governador Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”.

O Kwenda já beneficiou 40 famílias no bairro Terra Nova, onde, na semana finda, foi feito o lançamento simbólica, tendo cada agregado familiar recebidos 51 mil kwanzas, que deverão ser pagos em duas prestações, no prazo de seis meses.

Em Quirima, o Fundo de Apoio Social vai desembolsar 208 milhões e 130 mil kwanzas para as mais de quatro mil famílias vulneráveis, segundo Gomes Golambole.

O director provincial do Fundo de Apoio Social lembrou que, a nível de Malanje, o projecto-piloto foi lançado no município de Kambundi-Katambo, onde foram assistidos 7.850 habitantes, seguindo-se o município de Luquembo, com 9.500 agregados familiares, tendo sido gastos 527 milhões de kwanzas.

Nos próximos dias, acrescentou, o Kwenda vai beneficiar 18 mil famílias do município de Calandula, onde vão ser desembolsados 480 milhões de Kwanzas.

Gomes Golambole deu a conhecer que, na província de Malanje, o FAS vai contemplar, esta semana, com 25.000 kwanzas, cada um dos 39.480 agregados familiares, nos quatro municípios acima referenciados, contemplados na primeira fase.

O director provincial do Fundo de Apoio Social disse que os demais municípios da província vão ser inseridos no programa de forma gradual e em função do nível de pobreza de cada região.

Acrescentou que o Kwenda prevê contemplar todos os municípios do país.

Gomes Golambole garantiu que estão a ser catalogadas mais de 400 famílias a nível do município de Quirima, para serem inseridas no programa de inclusão produtiva, visto que os 25 mil kwanzas são destinados, apenas, para garantir a questão da segurança alimentar.

O governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", presente no acto, disse que o Governo está a implementar o programa de fortalecimento da acção social, que conta com um orçamento de 420 milhões de dólares, dos quais 320 resultantes de um empréstimo do Banco Mundial e 100 milhões de dólares cedidos pelo Tesouro Nacional.

Apelou à população para aplicar os valores recebidos para os propósitos pelos quais foram definidos, no caso a segurança alimentar, criação de pequenos negócios, entre outras actividades.

A par de Quirima, o governador Norberto dos Santos inaugurou o Centro Integrado da Acção Social no município de Luquembo, cujas obras duraram nove meses e ficaram orçadas em 30 milhões de kwanzas.

O centro, de acordo com o director provincial do Fundo de Apoio Social, vai prestar serviços de registo civil, emissão do Bilhete de Identidade, combate à violência doméstica, associativismo juvenil, entre outros.

O EMPREGO E DESEMPREGO EM ANGOLA NA POPULAÇÃO COM MAIS DE 15 ANOS...				
	2020	2021	I Trim. 2022	Variação 2021-2022, %
População economicamente activa	15.497.110	16.236.671	16.214.915	-0,3
População empregada	10.749.488	10.888.048	11.218.924	3,0
Com emprego informal	8.685.676	8.788.236	9.034.892	2,8
Com emprego formal	2.063.812	2.099.812	2.184.032	4,0
População desempregada	4.747.622	5.348.623	4.995.991	-6,6
População inactiva	1.617.482	1.549.677	1.746.429	12,7

... E NA POPULAÇÃO COM IDADES ENTRE OS 15 E OS 24 ANOS				
	2020	2021	I Trim. 2022	Variação 2021-2022, %
População economicamente activa	5.223.304	5.561.193	5.451.171	-2,0
População empregada	2.335.065	2.235.791	2.335.114	4,5
Com emprego informal	2.169.120	2.095.761	2.110.000	1,0
Com emprego formal	165.945	139.430	125.114	-11,9
População desempregada	2.888.238	3.326.002	3.116.057	-6,3
População inactiva	943.127	875.758	1.056.897	20,7

* INE não publicou neste relatório como está dividida a população jovem por tipo de emprego

1.9 A redução do desemprego passa pela dinamização do sector agrícola

Jornal Expansão

27 De Maio de 2022

Quando o Executivo angolano deu início ao acordo alargado ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado do FMI, assinalámos que a reforma estrutural (sinónimo de liberalização) em curso apesar

de necessária para a estabilidade macroeconómica, não era sinónimo de transformação estrutural, i.e., a reforma estrutural não iria tornar Angola menos dependente das receitas provenientes das exportações de matéria-prima. o caso de Angola o sector dominante ainda é o petrolífero, intensivo em capital, no entanto, menos intensivo em mão-de-obra. Para piorar a situação, dada a forma como este sector se encontra estruturado, não incorpora tanto conteúdo local como seria desejado. Por esta e outras razões que temos analisado aqui neste espaço, não nos surpreendemos que os últimos dados sobre a situação do emprego em Angola divulgados pelo INE mostram que o desemprego ainda é uma preocupação. No primeiro trimestre de 2022, a taxa de desemprego situou-se acima dos 30%, mas é preciso destacar o desemprego juvenil (15-24 anos) que permanece acima dos 50%.

Em Angola o acesso ao trabalho é um direito constitucionalmente consagrado (artigo 76º da Constituição), o que significa que compete ao Estado fomentar políticas de emprego para os cidadãos. Não é por acaso que na tomada de posse o Presidente da República faz um juramento, artigo 115.º, de "Defender c...) o bem-estar e o progresso social de todos os angolanos". Pelo que é válido perguntar, como assegurar o progresso social de todos os angolanos quando 57,2% dos jovens (15-24 anos) estão desempregados? Ora bem, o Executivo gizou o Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade, que, dentre outras coisas, cria programas de formação em empreendedorismo bem como tem permitido a disponibilização de kits de auto-emprego. Essas acções, em nosso entender, mais não fazem do que assumir que, para o Executivo, as pessoas estão desempregadas por falta de um 'espírito empreendedor!' Afinal, a evidência empírica mostra que, à medida que os países se desenvolvem, o auto-emprego reduz e aumenta o emprego assalariado.

A transformação estrutural da economia angolana que defendemos ser necessária, envolve mudanças na composição das importações, i.e., uma redução progressiva das importações de bens de consumo corrente, passando a priorizar bens de consumo intermédio e de capital. Ela passa igualmente pela dinamização de sectores intensivos em mão de obra, com vista a absorver grande parte da população desempregada e/ou que encontra emprego no sector informal da economia, como acontece hoje em Angola (80,5% das pessoas empregadas no I.0 trimestre).

O sector da agricultura continua a empregar grande parte da população (55,5%), segundo os dados do INE, o que é uma característica dos países em desenvolvimento. Naqueles países onde ocorreu uma

transformação da estrutura da economia de uma forma bem-sucedida, é notável a presença de uma indústria transformadora forte. Tudo começa pela criação de uma indústria transformadora que dentre outras coisas permitem a mecanização da actividade agrícola. Em Angola já existe a montagem de tractores, contudo, muito dependente das importações sem que se vislumbre, por parte do Executivo angolano, uma estratégia que possa permitir a incorporação de conteúdo local neste processo nos próximos 5 anos. Para além da mecanização da agricultura, é necessário incentivar a produção local de inputs como fertilizantes e sementes melhoradas, criar infraestruturas produtivas (como perímetros irrigados) e disponibilizar serviços de extensão agrária. Ajudante, deve-se incentivar o surgimento de uma indústria transformadora capaz de absorver muito do que possa ser produzido pelo sector agrícola. Abrimos aqui um parêntesis para sugerir a criação de indústrias intensivas em mão de obra.

Apresentado desta forma fica claro que para um país como Angola, apostar na dinamização da agricultura acaba por ser um imperativo, já que permitiria simultaneamente combater a inflação de forma sustentável bem como reduzir a importação de bens de consumo corrente. Dinamizar sector agrícola através da criação de uma indústria transformadora, conforme apresentamos acima, permite criar empregos no sector formal da economia (muito melhores do que aqueles criados no sector informal) para aqueles que possam ser afectados pelo aumento da produtividade no sector.

Na ausência de uma agricultura dinâmica o desemprego em Angola tornou-se persistente o que, conforme nos sugere Delong (2012), acaba por ser um impedimento para a recuperação económica do País. Dada a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, muitos recém graduados acabam por ver as suas habilidades e competências tornarem-se obsoletas sem que delas o País os próprios indivíduos tenham tirado proveito. Enfim, tal como aconteceu em quase todos os países que hoje são considerados ricos, em Angola o progresso e bem-estar social que um emprego no sector formal da economia proporciona passa necessariamente pela dinamização do sector agrícola.

I.10 O dilema da pobreza em Angola, um problema, muitas soluções

Jornal Expansão
27 De Maio de 2022

A pobreza é uma mazela económica e social, cujos seus males assombram qualquer geografia económica, por mais desenvolvida que seja, pois, o sistema de produção mundial que os governos adoptaram, que, na sua essência, em nome de uma meritocracia fictícia e perfeição inalcançável, sustentada por um processo vicioso de obsolescência programada, promove uma sociedade consumista. Sociedade essa que estimula a explora as desigualdades como activo fundamental do sistema, de uma forma tão selvagem, que nos põe a questionar se, de facto, há humanidade naqueles sistemas de produção!

"Segundo a Oxfam, um novo bilionário surgiu a cada 26 horas durante a pandemia, enquanto a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos", sendo que os 10 homens mais ricos do mundo dobraram as suas fortunas durante a pandemia enquanto a renda de 99% da população mundial caiu. A Desigualdade Mata."

Mas, e Angola? Onde estamos?

O que fazemos? Para onde vamos? Quando chegaremos? Melhor, será que chegaremos? Antes de assumir o papel de profeta do caos, é importante salientar que, passos estão a ser dados e, resultados estão a ser obtidos, pois, pese embora, possamos discutir sobre a eficácia dos resultados, mas, são resultados!

Os ganhos do programa Kwenda e os seus efeitos a médio e longo prazo no desenvolvimento comunitário foram apresentados e analisados durante a 5a edição do CaféCIPRA, que decorreu no dia 10 de Maio de 2022, no Centro de Imprensa da Presidência da República, sob o lema "O combate à pobreza no âmbito do kwanza".

Na data da sua implementação, em Maio de 2020, contava com apenas 5 mil inscritos, e um pagamento entre 5 e 7 mil kwanzas, hoje, são mais de 350 mil famílias beneficiadas! Isto é, mais de 345 novas famílias foram contempladas em pouco menos de um ano e meio, chamemos o que quisermos, mas, eis aqui um notório avanço!

E necessário, acima de tudo que, como decidimos chamar, «os quatro pilares do bem-estar inclusivo», a citar «a natalidade, a poupança, o crescimento económico e o emprego» sejam igualmente atacados, na mesma intensidade com que se difunde o Kwenda entre os agregados familiares mais vulneráveis. É necessário que as taxas de desemprego, de natalidade, de crescimento económico e de rentabilidade dos activos sejam alvos cerrados e, aqui, dissertaremos os primeiros dois pilares.

Natalidade

O problema da evolução desmedida da taxa de natalidade não é novo, isto vem desde Thomas Malthus (1798), em sua obra, «Ensaio sobre a População». A regra é clara, e, antes que se confunda o que se pretende aqui informar, não há mal nenhum em reproduzir a humanidade, e é necessário que essa reprodução aconteça, pois, o rejuvenescimento da população e a substituição gradual da força de trabalho, fazem-se necessárias para a continuidade sustentável de qualquer sistema produtivo. No entanto, outros aspectos precisam ser levados em conta para que não sejamos alvo de uma armadilha de crescimento populacional.

O problema ganha substância quando o crescimento populacional não é acompanhado da substituição da força de trabalho, e, ainda que rejuvenescida, apenas se está a criar um «exército» de insatisfeitos que, em mais ou menos dias, hão-de ser responsáveis pelas convulsões sociais que vimos por boa parte das geografias, como em França, África do Sul, Brasil, Venezuela, Chile, Argentina, Angola

As políticas do Banco Central muito mais beneficiaram os detentores de moeda estrangeira, e outros activos financeiros, em especial entre 2014 e 2020, e, com o aumento da taxa BNA de 15,50% para 20%, apenas vemos repetir a mesma receita em favor de quem não precisa, pelo menos tanto quanto os 40% da população angolana que vivem em situação de pobreza.

E necessário que haja estímulos à poupança e, mais do que estímulos' que existam produtos que promovam a poupança inclusiva, isto é, uma diversidade de produtos financeiros que permitam não só a massificação da poupança mas, também o acesso e o uso garantido daqueles pois, se a implementação de uma Estratégia Nacional de Inclusão Financeira não foram sucesso, qualquer estímulo à poupança apenas fomentará as desigualdades e, conforme escreveu Thomas Piketty (2013), a questão das desigualdades de renda e riqueza ainda serão problemas a debater nos próximos anos.

Muito mais do que discutir as finanças digitais e a difusão tecnológica, factor este extremamente importante para o bem-estar, é preciso começar da base e limar as arestas. Isto é, desenhar produtos e serviços financeiros à medida da capacidade de poupança dos agregados familiares de baixa renda, bem como o acesso às infraestruturas de suporte, pese embora, muitos avanços foram dados desde 2014, no que se refere ao acesso e uso daquelas. Acreditamos que, se resolvidos estes dois pilares e adoptadas as recomendações que aqui apresentamos, avanços significativos serão obtidos no menor espaço de tempo.

I.11 Riqueza e Capital

Jornal Expansão
27 De Maio de 2022

Para além da enorme riqueza em terrenos e casas e da também enorme riqueza monetária que foram abordadas há quatro e duas semanas, respectivamente, existe ainda uma riqueza enorme nos negócios informais.

De acordo com Inquérito ao Emprego em Angola (IEA) realizado pelo INE no 4.º Trimestre de 2021, esses negócios informais concentram cerca de 80,7% da população empregada (8.788.236 pessoas)

Cada um dos empregos informais usa muito pouco capital; todavia, no seu conjunto os 8,8 milhões de empregos informais usam um volume de capital muito considerável. O seu reconhecimento e protecção trariam um importante acréscimo de riqueza produtiva, impulsionando a economia do país. Reconhecer e titular essa riqueza representariam introduzir no mercado esse volume de capital, que poderia ser usado como garantia de empréstimos e transacções. Ressalve-se que parte significativa destes negócios é explorações camponesas tradicionais, onde a titularidade dos terrenos, o estado das estradas e a existência de comerciantes locais são passos fundamentais para que esta riqueza possa funcionar como capital. Há, portanto, alguma dependência de outros factores e sobreposição com os efeitos da titularidade.

No entanto, até ao ano de 2021, o Estado não conseguiu ultrapassar a dificuldade de capitalizar essa enorme riqueza existente por via da formalização dos negócios informais!

O Estado tem procurado tratar este problema, porém, ao que parece, numa perspectiva excessivamente fiscal que não é eficaz. A questão fundamental a protecção da actividade e o seu

reconhecimento como contribuinte importante para a riqueza nacional.

Há indicação de terem sido formalizados até ao final de 2021 cerca de 40 mil negócios.

Contudo, até ao momento, não se conhecem as métricas para que se possa avaliar a sua eficácia, nomeadamente: Dos mais de 40 mil negócios já registados/formalizados, quantos estão ou continuam activos? O que tem sido feito para a protecção desses negócios? Qual o seu volume de negócios, real ou estimado? Etc

A publicação desses dados pode provocar a pró-actividade das microempresas do sector da contabilidade, fiscalidade e consultoria para o atendimento dessa enorme quantidade de negócios que estão a ser registados/formalizados, melhorando as técnicas de registo, controlo e gestão e facilitando a sua transformação em empresas.

Conforme pode ser observado no gráfico, os objectivos específicos (1) Reduzir os índices de informalidade e (2) Reforçar o diálogo social, a capacidade de governança e a eficácia da política pública de transição da economia deverão ser alcançados até ao ano de 2022, visando o objectivo geral que se consubstancia no crescimento económico e social e na potenciação da promoção do emprego decente e redução da pobreza.

E preciso que os resultados dessas escolhas públicas sejam divulgados e analisados concomitantemente para que os devidos ajustes sejam implementados pontualmente e eventuais anulações sejam feitas no momento apropriado, evitando-se desperdícios de recursos.

O modelo usado para atracção a formalização da actividade dos micros e pequenos empreendedores, mormente os relacionados com a simplificação dos actos e o financiamento, parece-nos uma via aceitável e necessária. No entanto, insistimos que, na nossa opinião, é sobretudo no reconhecimento e protecção dos negócios que reside o segredo da sua formalização.

De resto, o registo não tem qualquer efeito prático sem primeiro ter um sistema de impostos adequado aos micronegócios. Para isso, basta que se faça uma listagem simples das actividades informais e respectivos impostos mensais (não é adequado ter outros prazos) e que se adquira um aplicativo que funcione no sistema multicaixa (ATM, multicaixa expresso, netbanking, etc.) e que permita pagar os impostos. O pagamento deve constituir o reconhecimento do negócio constituir-se,

imediatamente, na obrigação de o proteger contra "fiscalizações" sucessivas e, muitas vezes, fraudulentas de um conjunto variado de pseudo-autoridades tradicionais e da administração do Estado e de "mixeiros" de toda a ordem.

É também importante que a AGT tenha disponível o cadastro online destes contribuintes, organizado pelo número de BI, permitindo criar um historial do cumprimento das obrigações fiscais que sirva de base, a par de informações complementares, para o acesso facilitado ao microcrédito.

Por outro lado, tal como para a restante actividade, os serviços de inspecção, que devem ser nesta fase únicos e nacionais, não podem exigir mais do que a listagem de verificação para a respectiva actividade, que deve ser amplamente distribuída.

O Estado deve procurar observar e perceber o que preocupa os negócios e tentar satisfazer as suas necessidades, ao invés de manter a péssima tradição de fazer os seus projectos e de hostilizar o que caia fora deles. Deixe que a sociedade, as organizações profissionais, etc., façam os seus projectos e apoie-os. E esse o papel do Estado! E esse o segredo da formalização da actividade!

I.12 Sindicatos trazem salário para cima da mesa das negociações

Jornal Expansão

27 De Janeiro de 2022

Texto: João Armando

Em época pré-eleitoral, apesar dos aumentos anunciados em Janeiro e publicados em diário da República no mês seguinte, a questão do salário mínimo volta a estar em cima da mesa. Os sindicatos, aproveitando o momento que se vive, voltam a pressionar o Governo para reabrir o dossier, tendo o secretário-geral da UNTA-CS, José Joaquim Laurindo, dito no início da semana "que vão continuar a dialogar com o Executivo para se chegar a um consenso sobre o salário mínimo nacional capaz de suportar o custo da cesta básica, que continua a ser uma enorme preocupação para os trabalhadores".

O sindicalista avançou que a resolução deste assunto não pode durar uma eternidade, reforçando as críticas feitas ao valor do salário mínimo quando este foi anunciado, apesar do aumento de 50%. Já na altura tinha sido debatido o facto de o custo de vida, leia-se inflação, ter aumentado 79,6% entre Março de 2019 (última actualização) e o anúncio dos novos valores, e do aumento estar muito aquém da degradação do poder de compra dos cidadãos.

Na altura, o grupo técnico empresarial, por isso os patrões, tinham mesmo proposto um aumento de 70%, que o Estado como maior empregador recusou, alegando que um incremento desta dimensão poderia pôr em causa muitas empresas, especialmente do sector agrícola e pescas, e abrir assim a porta a mais despedimentos. O País nessa altura ainda vivia momento de alguma incerteza devido ao impacto da Covid-19 no tecido produtivo, o que hoje parece ultrapassado.

E é com este pensamento que José Joaquim Laurindo avança com uma proposta mínima de o equivalente em kwanzas a 300 USD, que à taxa de câmbio média desta quarta-feira significa cerca de 125.500 kz, ou seja, três vezes mais do que está estabelecido já com o aumento. Referiu mesmo que basta terem conta que uma cesta básica mensal básica tem um custo de 200 mil kz, para perceber que mesmo este valor estaria abaixo daquilo que são as necessidades do cidadão.

A pressão sob o aumento do salário mínimo virá também dos partidos da oposição. A UNITA já tinha anunciado que propunha um salário mínimo perto dos 200 mil kz, o mesmo tendo sido referenciado por outras forças políticas. Em tempo de eleições certamente que este será um tema muito discutido, sendo que esta é seguramente uma fraqueza para quem governa, que não é só um problema do partido da maioria, mas da realidade do País e da conjectura internacional.

O Governo também não tem grande espaço para voltar a mexer no salário mínimo, não está contemplado no OGE para este ano, e obrigaria a uma revisão, embora os ganhos extraordinários do petróleo possam servir de estímulo para aqueles que acreditam que se a poucas semanas das eleições o Executivo anunciasse um novo aumento dos salários mínimos, mesmo

A pressão sobre o aumento do salário mínimo virá também dos partidos da oposição que fossem de pouca dimensão (entre 25 e 30%), poderia ser um excelente trunfo eleitoral.

Estratégia do Governo

A estratégia do Governo para atenuar o impacto das contestações salariais passou pelo anúncio de aumentos no final de 2021, os ajustes na função pública que, no entanto, continuam sem entrar em vigor, apesar de já terem sido publicados os factores de ponderação para as principais categorias, o aumento das pensões de reforma (ver peça ao lado), o aumento dos regimes de protecção social de que são exemplo os destinados aos trabalhadores de baixa renda e o para os desportistas profissionais. Esta

semana no Conselho Económico foram também aprovados os estatutos remuneratórios dos docentes do Ensino Superior, dos agentes de educação e dos profissionais de saúde que, como se sabe, têm sido das classes mais activas na contestação social. Foram também aprovados os estatutos remuneratórios do investigador científico e do trabalhador social, bem como o ajustamento salarial das carreiras técnicas e não técnicas do regime geral e especial da Função Pública.

Valor proposto pelos sindicatos para o salário mínimo

Cabe aqui abrir um parênteses para dizer que os mais activos em termos de greves e manifestações têm sido recompensados, com o Governo assumir uma posição muito mais reactiva do que proactiva. E ainda outro para concluir que, por enquanto, são apenas processos de intenção, pois só depois de efectivados se pode perceber, afinal, quem recebe e quanto mais recebe, depois de todas as alterações.

Um outro aspecto que se deve analisar é que a maior parte desta contestação social sobre as remunerações vem exactamente do sector público, de que é maior exemplo a greve dos professores do Ensino Superior, o que também deixa perceber que ao nível das instituições não tem havido capacidade de diálogo. O Executivo tem também o dilema de que se cede num caso vai depois abrir mais casos do outro lado, uma vez que a maioria dos angolanos tem salários muito abaixo das necessidades.

Depois também existe no sector público um fosso demasiado largo entre os salários dos técnicos e dos gestores, sendo que a parte de cima da pirâmide hierárquica recebe salários muito altos para a nossa realidade, 'camuflados' entre prémios, subsídios e outras regalias, mas que são do conhecimento da restante estrutura. Isso gera focos de tensão e problemas de funcionamento. Nos privados estas benesses obedecem a uma lógica de prémios, de objectivos atingidos, o que atenua as diferenças salariais.

1.13 Projectos do “Kwenda” chegaram ao Cuchi

Jornal de Angola

29 De Abril de 2022

Texto: Weza Pascoal

O Instituto de Desenvolvimento Local, adstrito ao Fundo de Apoio Social (FAS), deu início ao cadastramento de um total de 8.880 agregados familiares do município do Cuchi, província do

Cuando Cubango, para beneficiarem do Programa de Fortalecimento do Sistema de Protecção Social das Famílias, denominado “Kwenda”.

Defendeu, contudo, que os parceiros nacionais e internacionais devem continuar a mobilizar recursos, por via de acções bilaterais e multilaterais para a cobertura da necessidade financeira estimada em 228,5 milhões de dólares.

De acordo com uma nota da Missão Permanente de Angola junto dos escritórios das Nações Unidas em Genebra, aquele responsável falava na última plenária das reuniões dos Estados parte do Tratado de Ottawa sobre proibição do emprego, armazenamento, produção e transferência de minas terrestres antipessoais e sobre sua destruição, que decorreu, de segunda-feira até ontem, em Genebra.

Leonardo Sapalo sublinhou que "o Executivo angolano e seus parceiros têm feito esforços significativos no sentido de mobilizar recursos humanos, financeiros e materiais, para cumprir com o disposto no artigo 5º, da Convenção de Ottawa, conforme reiterado durante a 4ª Conferência, realizada em Oslo, em 2019”.

Admitiu que Angola, que tem mais 73,7 milhões de metros quadrados minados, comprometeu-se a destruir ou assegurar a destruição de todas as minas antipessoal na sua jurisdição o mais cedo possível, como recomenda o artigo 5º da Convenção de Ottawa, mas sublinhou que eventos mundiais, alheios à nossa vontade, impediram tal feito”.

O país, segundo Leonardo Sapalo, realizou progressos qualitativos, nomeadamente a elaboração da estratégia nacional 2020-2025 que se debruça no cumprimento das obrigações relacionadas com o artigo 5º e o plano de implementação da mesma norma da Convenção para o período 2020–2025, alinhada com a estratégia nacional e à luz do plano de acção de Oslo.

Outros progressos realizados pelo Executivo angolano, disse, têm a ver com a actualização, anualmente, do plano de implementação do artigo 5º, a realização de reuniões regulares de coordenação operacional, o estabelecimento de 12 normas nacionais de acção contra minas, em conformidade com as normas internacionais (IMAS) actualizadas.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Zungueiras recebem crédito no Huambo

Jornal de Angola

2 De Maio de 2022

Texto: Tatiana Marta

Um grupo de 101 mulheres, que se dedica à venda ambulante, nos 11 municípios da província do Huambo, recebeu, das mãos da primeira secretária do MPLA, Lotti Nolika, microcrédito para potenciar as suas actividades, durante o Fórum da Mulher Zungueira, promovido pela Organização da Mulher Angolana (OMA).

A entrega do microcrédito decorreu, no sábado, no âmbito da parceria da OMA com a Associação Solidária de Ajuda de Angola (ASAJA), que efectuou a entrega de um cheque de 250 mil kwanzas, onde cada zungueira recebeu 15 mil kwanzas, com a perspectiva de reembolso em três meses.

Lotti Nolika, que reconheceu a dedicação da mulher zungueira em prol do bem-estar das famílias e o seu papel no desenvolvimento da sociedade e da economia do país, sublinhou que o Executivo vai continuar a prestar-lhes uma atenção especial, tendo em conta as lutas que têm enfrentado no dia-a-dia. "É com este trabalho digno que dão educação aos seus filhos, desde o ensino primário ao nível superior, e acabam por ser as principais provedoras do lar", enfatizou a primeira secretária do MPLA no Huambo. A realização do fórum é uma prova de reconhecimento do empoderamento e conquista das mulheres, em particular, das zungueiras, cuja maioria é economicamente activa, referiu a também governadora, para quem resulta daí a necessidade de um olhar de forma efectiva para as questões de maior preocupação nas suas actividades.

"O MPLA está a fazer de tudo para continuar a facilitar as mulheres zungueiras uma vida mais condigna, baixando os preços dos produtos da cesta básica, promovendo o seu acesso à assistência médica e medicamentosa, entre outras acções dirigidas a "essas guerreiras".

Lotti Nolika realçou que a mulher zungueira merece o respeito de toda a sociedade, pois, é uma empreendedora incansável, fazendo o seu trabalho de forma digna, sem preconceito, dedicando-se à venda que garante que os bens e serviços estejam mais próximos dos cidadãos.

Pediu à OMA e aos seus parceiros, com vista a assegurar às mulheres zungueiras as condições para exercerem as suas actividades sem perderem os bens, e que tenham, por outro lado, a possibilidade de se integrar para descontarem, também, para a segurança social e assegurar a sua reforma. "Temos de criar essas condições, para que as zungueiras prestem a sua contribuição no desenvolvimento do país", disse Lotti Nolika.

2.2 “Zungueiras” no Dundo recebem micro-créditos

Jornal de Angola

10 De Maio de 2022

Texto: Victorino

Matias Um grupo de 100 mulheres que se dedica à venda ambulante, na cidade do Dundo, província da Lunda-Norte, recebeu, sábado, micro-créditos, para potenciar as suas actividades.

A entrega dos micro-créditos foi feita no encerramento da Feira da Mulher Zungueira, promovida pela Organização da Mulher Angolana (OMA), no âmbito da parceria existente entre a organização feminina do MPLA e a Associação Solidária de Ajuda de Angola (ASAJA). Durante o acto foram, também, entregues kits de produtos diversos e quinze mil kwanzas para cada vendedora, com a perspectiva de reembolso num período de três meses.

Elisa Solange Paxe, secretária provincial da OMA, anunciou, para breve, o surgimento de um mercado municipal, em estreita colaboração com a Administração do Chitato.

Por seu turno, o presidente da ASAJA, Elias Pedro, explicou que as mulheres zungueiras não precisam de avalista para ter acesso ao crédito, bastando uma declaração da OMA, que assume todas as responsabilidades.

Acrescentou que o projecto está a contribuir para o fomento do auto-emprego e melhoria das condições de vida de muitas famílias.

O evento visou, também, promover mecanismos para o empoderamento da zungueira e contribuir para a sua valorização.

2.3 Cooperativa de Créditos está a ser constituída

Jornal de Angola

24 De Maio de 2022

O presidente da Federação dos Criadores de Gado de Angola, Salvador Rodrigues, anunciou domingo, em Benguela, a criação de uma Cooperativa de Créditos para apoiar os produtores nacionais.

Segundo o responsável, que falava à imprensa após o leilão do gado que Benguela acolheu no fim-de-semana, no âmbito dos 405 anos desta cidade, a criação dessa instituição financeira, a curto ou médio prazos, visa apoiar os produtores individuais e grandes cooperativas com créditos mais razoáveis.

Salvador Rodrigues informou que a classe ainda continua a debater-se com várias dificuldades, como a falta de sanidade animal, de uma cadeia logística, existência de matadouros sem condições de higiene recomendadas (particularmente em praças).

O roubo de gado, a fraca melhoria genética do gado, bem como a insuficiência de conhecimentos de alguns produtores são outras inquietações da Federação, que pensa ultrapassar as dificuldades com financiamentos mais atractivos da futura Cooperativa de Créditos. Por outro lado, Salvador Rodrigues defendeu a necessidade dos governos provinciais, a par do de Benguela, apoiarem o sector pecuário com Infra-estruturas adequadas, para promoverem a produção nacional e diminuir as importações.

Apelou o Ministério da Agricultura e Pescas a reforçar a classe, através do rejuvenescimento dos quadros que continuam a transmitir conhecimentos às comunidades ligadas à pecuária, com programas de assistência técnica. Salvador Rodrigues, até então presidente da Cooperativa dos Criadores de Gado do Sul de Angola, foi eleito, no último sábado, para liderar a Federação dos Criadores de Gado de Angola.

2.4 Malparado sobe e vale um quinto do crédito

Jornal de Angola

17 De Maio de 2022

O crédito malparado em Angola subiu 13,6 por cento no ano passado, crescendo de 18,41 por cento para 20,26% em Dezembro, de acordo com o Relatório e Contas de 2021 do Banco Nacional de Angola (BNA).

"Relativamente ao crédito vencido malparado no final do ano de 2021, este registou um aumento de 115,52 mil milhões de kwanzas, comparativamente ao período homólogo (13,64%). Com efeito, o rácio de incumprimento do sector bancário passou de 18,41% em Dezembro de 2020 para 20,26% em Dezembro de 2021", lê-se no relatório ontem divulgado pelo BNA.

De acordo com o documento, esta subida de 13,6 por cento no crédito que os bancos não conseguem cobrar há mais de 90 dias representa um novo aumento, já que, de 2019 para 2020 o rácio melhorou de 32,46% para 18,41%.

O relatório sobre as actividades do regulador financeiro angolano aponta também que o sector bancário quase triplicou os lucros no ano passado, com uma subida de quase 180 por cento.

"No final de 2021, o sector bancário registou resultados positivos num montante de 394,90 mil milhões de kwanzas, um aumento de cerca de 179,39 por cento face ao período homólogo, devido, fundamentalmente, ao aumento de proveitos com títulos e valores mobiliários", refere.

Onde o panorama não é tão positivo para as 25 instituições financeiras a operar no país, é nos sistemas de controlo interno e nos requisitos sobre as boas práticas na área da governação corporativa, que o Banco Nacional de Angola diz serem ainda insuficientes.

"Observam-se insuficiências relativas às políticas e processos de identificação e avaliação de transacções com partes relacionadas e de prevenção de conflitos de interesses, fragilidade dos processos de protecção para inibição de acessos indevidos aos sistemas de informação, bem como na implementação de processos de recuperação de desastres em caso de incidente", lê-se.

No documento refere-se que, "de forma geral, o sector bancário continua a apresentar uma tendência crescente, em termos de formalização dos requisitos de Governação Corporativa, o que evidencia o incremento da cultura de boa governação nas instituições e a mitigação dos riscos inerentes".

Sobre os sistemas de controlo interno, apesar do "crescimento assinalável do nível de cumprimento dos requisitos previstos na regulamentação em vigor, comparativamente ao período homólogo, existem bancos em que persistem insuficiências de recursos humanos capacitados, para fazer face às atribuições regulamentares das funções de controlo,

designadamente, gestão de risco, compliance e auditoria interna”.

2.5 Crédito malparado aumentou de 18,41% para 20,26%

Novo Jornal

20 De Maio de 2022

O crédito malparado em Angola subiu 13,6% no ano passado, aumentando de 18,41% para 20,26% em Dezembro do ano passado, de acordo com o relatório de 2021 do Banco Nacional de Angola (BNA).

"Relativamente ao crédito vencido mal parado no final do ano de 2021, este registou um aumento de 115,52 mil milhões de kwanzas, comparativamente ao período homólogo (13,64%); com efeito, o rácio de incumprimento do sector bancário passou de 18,41% em Dezembro de 2020 para 20,26% em Dezembro de 2021", lê-se no Relatório e Contas de 2021, divulgado nesta segunda-feira em Luanda.

De acordo com o documento, esta. Subida de 13,6% no crédito que os bancos não conseguem cobrar há mais de 90 dias representa um novo aumento, já que de 2019 para 2020, o rácio melhorou, de 32,46% para 18,41%.

O relatório sobre as actividades do regulador financeiro no ano passado mostra também que o sector bancário quase triplicou os lucros no ano passado, com uma subida de quase 180%.

"No final de 2021, o sector bancário registou resultados positivos num montante de 394,90 mil milhões de kwanzas, um aumento de cerca de 179,39% face ao período homólogo, devido fundamentalmente ao aumento de proveitos com títulos e valores mobiliários", refere.

Nos sistemas de controlo interno e nos requisitos sobre boas práticas da governação corporativa não é tão positivo para as 25 instituições financeiras a operar no país, a quem o Banco Nacional de Angola atribui ainda insuficiências.

2.6 Luanda possui apenas 24 multicaixas por 100 habitantes

Novo Jornal

20 De Maio de 2022

Texto: Pedro Fernandes

Em Luanda estão disponíveis apenas 24 multicaixas para cada 100 mil habitantes, segundo cálculos do

Novo Jornal baseados em informações disponibilizadas pela Empresa Interbancária de Serviços (EMIS). As assimetrias geográficas na distribuição de ATM's também explicam as dificuldades no acesso a este serviço.

Apesar de possuir a maior densidade populacional entre as 18 províncias do País, à volta de oito milhões de habitantes, o acesso às máquinas de saque ainda é dificultado pelo seu reduzido número em Luanda.

No total são 1.920 multicaixas espalhados pelos sete municípios e seis distritos urbanos desta província que alberga pouco mais de oito milhões de cidadãos, cerca de 27% do total da população angolana.

No estudo designado "Medidas para a Redução de Assimetrias Regionais", a EMIS refere que a distribuição geográfica as simétrica também se reflecte negativamente sobre as populações das periferias da cidade, segundo o mesmo estudo, publicado recentemente pela EMIS, a as simetria na distribuição geográfica da rede de ATM é uma consequência do facto de a mesma se ter desenvolvido agarrada à rede de agências bancárias.

"A rede de ATM é necessariamente assimétrica, porque os bancos seguem uma lógica de rentabilidade na implantação das suas agências, acabando por concentrar parte significativa dos multicaixas nos centros urbanos com maior desenvolvimento de negócios", sublinha a EMIS.

Embora a percentagem de ATM'S fora das agências apresente uma tendência evolutiva, a mesma representa apenas 15% do total da rede, segundo a EMIS.

Fora de Luanda, as províncias que mais máquinas têm são Benguela (277), Huíla (181), Huambo (134), Kwanza-Sul (94), Cabinda (84), Zaire (64), Malanje (61) e Uíge (60). No sentido contrário, a província do Bengo detém 35 multicaixas, Bié 44, Lunda-Norte 45, Moxico 45, Cunene 48, Lunda-sul 48, Kuando-Kubando 51 e Namibe 55.

Caixas necessárias para reduzir enchentes estimadas em 3.125 Importa recordar que, até final de 2020, o País precisava de 3.125 Caixas Automáticas (ATM) para ver minimizada a situação da procura de dinheiro em notas nos multicaixas, como avançou o semanário Novo Jornal, na sua edição de 11 de Dezembro.

Na altura, o número de ATM existentes no País representava apenas 50% da necessidade do mercado, revelou a EMIS. Sendo que, para reduzir as enchentes nos multicaixas, Angola deve contar com 6.250 caixas de levantamento de papel dinheiro.

Na ocasião, em declarações a este semanário, o administrador-executivo da EMIS, Joaquim Caniço, apontou a distribuição geográfica dos ATM e a quantidade de equipamentos como principais constrangimentos.

2.7 Lucros da Banca quase que duplicaram para 490, 2 mil milhões Kz

Jornal Expansão

27 De Maio de 2022

Texto: Joaquim Reis

Os lucros do conjunto de bancos que apresentou relatórios e contas de 2021 até esta terça-feira cresceram 81%, passando de 271,4 mil milhões Kz em 2020 para 490,2 mil milhões Kz no ano passado, um crescimento que resulta essencialmente da reversão de imparidades devido à melhoria do rating, mas também de melhorias nas margens financeiras.

De fora destas contas ficam o BP.C, que voltou a apresentar prejuízos, e o Banco Sol, do BDA, do BCI, do VTB e do Standard Chartered, que até esta terça-feira ainda não tinham publicado os relatórios nas suas páginas da internet.

Se as contas do Expansão tivessem tido em conta o relatório e contas do BPC, o aglomerado de 19 bancos teria registado lucros de 407,0 mil milhões Kz, o que contrasta com os prejuízos de 253,5 mil milhões que o agregado destes 19 bancos registou em 2020. Sem as contas do BPC que em 2020 registou o maior prejuízo da banca angolana (524,9 mil milhões Kz), os 18 bancos que apresentaram contas registaram lucros 490,2 mil milhões Kz, um crescimento de 81% face aos 271,4 mil milhões registados no ano do início da pandemia da Covid-19.

A subida na avaliação sobre a qualidade do crédito de Angola por parte agência de notação financeira Moody no primeiro semestre do ano passado permitiu à generalidade destes 18 bancos reverterem nas suas contas de 2021 as imparidades constituídas em 2020. Isto porque a maioria dos bancos tem uma carteira de investimentos demasiado exposta a títulos de dívida pública e como em 2020 as principais agências desceram o rating de Angola, as instituições bancárias foram obrigadas a acautelar um eventual incumprimento por parte do Estado no pagamento dessa dívida titulada. Face a isto, e já sem contar com as contas do BPC, os resultados dos bancos em 2020 caíram face a 2019, invertendo uma tendência de crescimento ano após ano.

Entretanto, foi 'sol de pouca duração, já que a melhoria no rating em 2021 traduziu-se numa redução da probabilidade de default, com os bancos a reverterem provisões e melhorando os resultados. O BFA reforçou a liderança do ranking dos bancos com mais lucros, que até cresceram 74% para 156,5 mil milhões Kz. O banco liderado por Luís Gonçalves (PCE) reverteu imparidades de 40 mil milhões Kz e obteve uma subida de 6,8% na margem financeira (juros). O BAI voltou à segunda posição (perdida em 2020 para o Standard Bank), com um crescimento de 393,7% nos resultados líquidos para 141,5 mil milhões Kz, pelas mesmas razões que o BFA.

Já o Standard Bank (SBA), apesar de ter duplicado os lucros (+110%) para 75,7 mil milhões Kz, acabou por ser relegado para último lugar do pódio.

Por outro lado, a apreciação do Kwanza face às principais moedas internacionais afectou o valor dos activos da banca, com o agregado dos activos destes 18 bancos a cair 2,0% face a 2020, para 14,6 biliões Kz, menos quase 300 mil milhões Kz.

Ainda assim, o BAI mantém-se como o maior banco em activos do sistema financeiro nacional, apesar da queda de 0,6% nos seus activos para pouco mais de 3,0 biliões. O banco liderado por Luís Lelis (PCE) 'vale' 20,7% do total dos activos da banca nacional. Segue-se o BFA, que apesar da queda em 8,4% tem activos no valor de 2,6 biliões Kz, equivalentes a 18,9% do total dos activos da banca. O BIC, apesar de ter registado uma queda de 2,7% no valor dos seus activos para quase 2,0 biliões Kz, suplantou o BPC no terceiro lugar deste ranking, já que o maior banco público registou uma queda de 465,9 mil milhões Kz (-19,8%) nos seus activos para quase 1,9 biliões Kz. Dez dos 18 bancos viram os seus activos cair.

Crédito a subir

Ao contrário dos activos, o crédito cresceu na generalidade dos bancos (apenas caiu em seis), totalizando uma subida de 5,6% face a 2020 para quase 2,6 biliões Kz. O BIC, apesar da queda em 11% no valor da sua carteira de crédito, continua a ser a instituição bancária a liderar os financiamentos à economia (ver gráficos). Segue-se Millennium Atlântico (+2,6%) e BAI (-2,7%) completa o pódio. Por outro lado, o BAI continua a liderar o ranking dos depósitos, ainda que estes tenham caído 6,6% para 2,5 biliões Kz. Segue-se o BFA (-11,0) e o Atlântico (3,9%). Contas feitas, os depósitos nestes 18 bancos caíram 3,2% para quase 11,0 biliões Kz.

Também aqui a apreciação do kwanza não ajudou os bancos, já que uma boa parte dos depósitos são em moeda estrangeira. Luís Gonçalves, PCE do BFA explicou na Grande Entrevista do Expansão em Maio de 22 as razões para os depósitos no sistema financeiro terem caído no ano passado: "caíram por uma razão específica, pois avaliamos as contas em kwanzas.

No entanto 50% da carteira de depósitos do sistema financeiro, e o BFA não foge a essa regra, é em moeda estrangeira. E a moeda estrangeira quando convertida para kwanzas pelo facto de a moeda nacional ter apreciado dá uma redução efectiva do volume de depósitos no sistema. O ritmo do crescimento dos depósitos em kwanzas não é tão acelerado quanto à redução dos depósitos em moeda externa por via da apreciação da moeda nacional".

2.8 Taxistas exigem criação de pacotes de crédito especial

Jornal Expansão

27 De Maio de 2022

O vice-presidente da Associação dos Taxistas no Huambo, Abraão José, pediu, nesta terça-feira, a inclusão dos associados nos projectos de acesso ao crédito e de fomento da empregabilidade, na perspectiva do aumento da renda familiar.

Em declarações à Angop, notou que, até ao momento, nenhum taxista controlado pela associação foi inscrito para beneficiar do Programa de Acção para Promoção da Empregabilidade, do crédito à habitação, ao transporte, entre outros.

A par desta situação, informou que muitos dos profissionais são maltratados pelos proprietários das viaturas, com a cessação arbitrária dos contratos. Face à situação, Abraão José pede ao Estado que interceda junto das instituições financeiras para a criação de pacotes de crédito à compra de viaturas, entre cinco milhões e sete milhões de kz, a serem reembolsados num período não inferior a dois anos.

Segundo o vice-presidente da Associação dos Taxistas no Huambo, ao contrário do passado, o taxista de hoje tem muitos meios para pagar o crédito, coma possibilidade de hipoteca de bens móveis e imóveis, no caso de incumprimento.

G.X.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Engraxadores lutam pela vida

Jornal de Angola

1 De Maio de 2022

Texto: João Upale

Engraxador desde 1996, é dos mais veteranos e famosos das esquinas da cidade de Moçâmedes. Um trabalho que sabe executar com mestria e brio profissional.

Por este facto, passou a ser o "limpa-botas" mais querido destas paragens do deserto do Kalahari, entre as colinas e montanhas e o litoral mais a Sul de Angola - a terra da Welwitschia Mirabilis e da mulher mucubal.

Trata-se de João José, oriundo do município de Caluquembe (Huila), a terra que o viu nascer há 48 anos, mas "forjado" em Moçâmedes, onde se tornou pai pela sétima vez. Disse gostar do que faz, uma profissão que para muitos, além de ser de "baixa renda" é também uma "perda de tempo".

Dada a facilidade de aquisição no mercado nacional de instrumentos de trabalho, principalmente pomadas de diferentes cores, anilina, cera, escovas, etc., está garantida a continuidade do seu ganha-pão. João José contou ao Jornal de Angola que sempre foram os proventos deste trabalho que sustentaram a família e, inclusive, os estudos dos filhos. Lília João José é a primogénita e frequenta a 10^a classe.

O veterano engraxador deposita mensalmente mil kwanzas na Direcção Provincial das Finanças como tributação da arrecadação de receitas. Mas o jovem João, assim é tratado pelos próximos, lamenta o facto de a Administração Municipal prestar-lhe "fraco apoio". E disse que desde que exerce a actividade, há 26 anos, apenas uma vez foi contemplado com algo: uma caixa e uma cadeira de madeira, como kit profissional, distribuído a todos os engraxadores no âmbito da política do Estado de apoio ao empreendedorismo, incluindo a cedência de um espaço físico para realizar a sua actividade.

Ter um sonho

"A relação com as autoridades administrativas locais é boa, embora peque no tratamento que devíamos merecer", disse. Mais do que temer pelo avanço da idade quanto ao eventual ingresso na função pública, o nosso interlocutor revela astúcia e uma visão de

águia. O mundo precisa de mais sonhadores e João Cassinda é um deles. Disse ter um sonho traçado para sair da ficção à realidade. Pelo andar da carruagem, aposta na velha máxima segundo a qual "grão a grão a galinha enche o papo". Está a juntar, dos poucos valores que vai obtendo, o necessário para mergulhar no mundo do empreendedorismo.

"A idade que tenho já não me permite mais entrar no Estado. Penso, no futuro, criar uma cantina, vulgo 'janela aberta', em minha casa, uma ideia que poderá ser concretizada dentro de dois ou três anos", revelou.

Como em qualquer outro ofício, a pontualidade é a chave do sucesso na profissão de João José, que disse ter "excelentes relações" de amizade com os seus homólogos. Informou que começa a sua actividade a partir das 6h40 para se recolher às 18h. As esquinas do Mercado Municipal, da Pensão Kilembeketa e do Hotel Moçâmedes, no casco urbano, são a "praia onde bem sabe nadar".

Cientes "intrometidos"

O fluxo de clientela no seu posto de trabalho é considerável, não obstante alguns "intrometidos" atrapalharem a tarefa. "Aparecem clientes bons e outros trifulheiros, que não respeitam o trabalho dos outros e ainda por cima começam a ofender depois da cobrança de uma graxa que não querem pagar", queixou-se, acrescentando: "pessoas desse tipo, sem a mínima educação de berço, a gente só desprezam; por fim cansam-se e vão-se embora". Esclareceu que casos do género, felizmente, nunca resultaram em agressões físicas.

João José revela que a franja da juventude com idade compreendida entre os 18 e os 20 anos "é difícil engraxar sapatos. Preferem o imediatismo na obtenção de dinheiro a todo o custo, o que por vezes leva-os a roubar e a recorrer ao uso de estupefacientes. Para eles, estar aqui é perder tempo".

O mestre engraxador disse ter já formado cinco parentes, que agora também escalam as esquinas da urbe com o propósito de amealhar alguns trocos, que, bem aproveitados, podem ajudar a fazer muito mais. "Basta trabalhar com juízo e saber economizar o dinheiro, a vida assim vai andando", realçou.

Pomadas da preferência

Diariamente João José consegue encaixar Kz 4.000,00 (quatro mil kwanzas) ou mais, dependendo do fluxo de utentes. O experiente engraxador lançou um conselho aos que gostam de tirar a poeira dos pisos: "é bom usar a pomada preta, castanha ou branca, além de anilina castanha e preta. O material que

estraga o sapato é o búfalo, quer castanho quer preto. Não é aconselhável aplicar nos calçados. E eu não uso para os meus fregueses”.

Fez saber que há clientes que preferem o creme branco (o mesmo dizer: pomada branca), e outros nem por isso. Mas esta cor pode ser aplicada em sapatos castanhos ou pretos, por ser universal, e o seu brilho, garantiu, "é de 5 estrelas". E puxando a brasa à sua sardinha: "o trabalho que faço aqui na minha bancada é mesmo fantástico e o cliente sai sem reclamações, ao contrário de outros pontos onde se registam falhas na composição e no esmero do creme”.

Noutra margem da rua, a nossa reportagem ouviu o também jovem engraxador João Glória Cassinda, nascido a 24 de Maio de 1992, no bairro Cambongue, comuna do Forte Santa Rita, município de Moçâmedes. É pai de um filho. Começou a engraxar, concretamente, no dia 20 de Dezembro de 2020. Tendo terminado o ensino médio em 2016, na especialidade de Biologia/Química, tentou concorrer, em 2018, para o quadro do sector da educação, sem sucesso. E para não ficar só em casa, o seu pai, na qualidade de presidente da cooperativa de engraxadores, convidou-o a entrar na profissão.

"Aceitei o convite, vi que é bom e cá estou". Disse que alinha no diapasão de João José quanto ao bom relacionamento com os fregueses. Segundo disse, estes agradecem depois de tudo bem feito. E minimiza os burladores porque "fazem parte da vida". É nas lojas dos libaneses, mauritanianos ou senegaleses, a escassos dez metros da "oficina", onde adquirem o material, no caso a pomada neutra, castanha e preta, ao preço de 250 kwanzas por cada unidade.

Segurança Social

João Cassinda relata que depois de terem sido entregues os kits profissionais pelo Gabinete da Acção Social, foram dadas, na altura, garantias de que seria resolvida a questão da inserção na Segurança Social, mas "até aqui tudo em silêncio, já não nos dizem mais nada”.

O jovem apela aos responsáveis para que essa questão seja resolvida, pois "a segurança social é muito preciosa, na medida em que a pessoa, já na velhice, não vai conseguir pegar mais numa escova e dar um brilho no sapato em troca de algum tostão”.

A esperança continua viva na alma de João Cassinda, que disse estar preparado para participar em qualquer concurso público. Mas enquanto a oportunidade

tarda, adiantou: "estou aqui para um gesto qualquer que me possa sustentar”.

João Glória Cassinda assinalou que a maioria da juventude está mais preocupada com os concursos públicos, abdicando das profissões livres. "Sabemos que às vezes o Governo emprega, mas também não tem a capacidade suficiente de atender a todos”, salientou, aconselhando a que optem por profissões como a mecânica, serralharia, carpintaria e alvenaria ou pedreira.

A cooperativa de engraxadores, cuja designação oficial ainda está em estudo, foi criada muito antes de a Administração Municipal, através da Direcção de Acção Social e Igualdade de Género ter entregado os kits profissionais, e já conta com um presidente, um vice-presidente e o secretário-geral. "Estamos legalizados, resta-nos apenas estarmos inscritos na Segurança Social”, disse.

João Cassinda queixa-se da não entrega dos acessórios que estiveram em falta nos kits profissionais recebidos a 11 de Novembro de 2020, como as cadeiras para os mestres e as escovas de longa duração. As escovas então entregues revelaram-se frágeis, tendo durado apenas um mês. Lamentou também o facto de trabalharem ao relento; tanto o mestre engraxador como o cliente ficam expostos ao sol abrasador. "Por isso, precisamos de umas sombreiras”, afirmou.

Cooperativa de engraxadores

O presidente da cooperativa de engraxadores, António Cassinda, tem 60 anos e é pai de 11 filhos, todos nascidos no Namibe. Natural de Caconda (Huila), começou a trabalhar no Huambo, tendo então o duplo ofício de sapateiro e engraxador, nos idos de 1968. "É com estas profissões que criei toda a família. Mesmo agora, nos meus 60 anos, ainda continuo a bater, não obstante ser o responsável da associação dos engraxadores”, disse.

António Cassinda é um ancião prudente. Contou que muito antes de passar a presidente associativo, a Administração do município seleccionou um grupo de 60 indivíduos para participar de uma acção formativa para gestão dos kits profissionais distribuídos. Tendo sido considerado o mais habilitado foi logo indicado a responsável da associação. Hoje António Cassinda dedica-se mais à sapataria, actividade que lhe rende, diariamente, uma média de 2 mil kwanzas quando há fraca procura e entre 9 mil e 12 mil kwanzas quando há uma boa clientela. "As pessoas conhecem-me muito bem por ter apresentado o melhor trabalho”, gaba-se.

A forma de ferro (usada para concepção das meias-solas, solas corridas e os tacões), o martelo e a raspadora são, de entre outros, os utensílios utilizados para reparar sapatos. Antigo combatente e reformado pela Endiama, António Cassinda entende que a juventude de hoje "não quer aprender um ofício, nem um bocadinho só. Para eles ser sapateiro é um trabalho sujo. O que mais querem é ser professor, enfermeiro, bancário ou outra profissão de alto rendimento".

O velho António quer ver as crianças angolanas a dedicarem-se à sapataria, à carpintaria e à alfaiataria "para o nosso país ir em frente"

3.2 Zungueiras recebem crédito no Huambo

Jornal de Angola

2 De Maio de 2022

Texto: Tatiana Marta

Um grupo de 101 mulheres, que se dedica à venda ambulante, nos 11 municípios da província do Huambo, recebeu, das mãos da primeira secretária do MPLA, Lotti Nolika, microcrédito para potenciar as suas actividades, durante o Fórum da Mulher Zungueira, promovido pela Organização da Mulher Angolana (OMA).

A entrega do microcrédito decorreu, no sábado, no âmbito da parceria da OMA com a Associação Solidária de Ajuda de Angola ASAJA, que efectuou a entrega de um cheque de 250 mil kwanzas, onde cada zungueira recebeu 15 mil kwanzas, com a perspectiva de reembolso em três meses.

Lotti Nolika, que reconheceu a dedicação da mulher zungueira em prol do bem-estar das famílias e o seu papel no desenvolvimento da sociedade e da economia do país, sublinhou que o Executivo vai continuar a prestar-lhes uma atenção especial, tendo em conta as lutas que têm enfrentado no dia-a-dia. "É com este trabalho digno que dão educação aos seus filhos, desde o ensino primário ao nível superior, e acabam por ser as principais provedoras do lar", enfatizou a primeira secretária do MPLA no Huambo. A realização do fórum é uma prova de reconhecimento do empoderamento e conquista das mulheres, em particular, das zungueiras, cuja maioria é economicamente activa, referiu a também governadora, para quem resulta daí a necessidade de um olhar de forma efectiva para as questões de maior preocupação nas suas actividades.

"O MPLA está a fazer de tudo para continuar a facilitar as mulheres zungueiras uma vida mais

condigna, baixando os preços dos produtos da cesta básica, promovendo o seu acesso à assistência médica e medicamentosa, entre outras acções dirigidas a "essas guerreiras".

Lotti Nolika realçou que a mulher zungueira merece o respeito de toda a sociedade, pois, é uma empreendedora incansável, fazendo o seu trabalho de forma digna, sem preconceito, dedicando-se à venda que garante que os bens e serviços estejam mais próximos dos cidadãos.

Pediu à OMA e aos seus parceiros, com vista a assegurar às mulheres zungueiras as condições para exercerem as suas actividades sem perderem os bens, e que tenham, por outro lado, a possibilidade de se integrar para descontarem, também, para a segurança social e assegurar a sua reforma. "Temos de criar essas condições, para que as zungueiras prestem a sua contribuição no desenvolvimento do país", disse Lotti Nolika.

3.3 Comissão garante registo de 200 mil agentes a trabalhar na informalidade

Jornal de Angola

4 De Maio de 2022

Texto: Ana Paulo

A Comissão Multisectorial do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) prevê, até Junho próximo, formalizar 200 mil pequenos empreendedores, segundo informação avançada pelo presidente do Conselho de Administração (PCA) do Instituto Nacional de Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), João Nkosi.

Esta terça-feira, João Nkosi fez o balanço semanal da actividade do sector Económico no período de 25 a 29 de Abril, no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) e realçou que a meta em previsão é fruto do resultado positivo obtido no primeiro trimestre do ano, em que se formalizou a actividade de 146 mil agentes da informalidade.

"Na semana passada, contabilizamos 146 mil agentes, passados oito dias houve um incremento de mais seis mil agentes, daí que o esforço de transição para a formalidade, ao abrigo do PREI, continua a registar uma trajectória ascendente e estável", declarou, ao se mostrar satisfeito com os resultados, por terem ultrapassado a meta prevista no Programa de Desenvolvimento Nacional (PDN), que era de

formalizar, até 2022, duas mil microempresas e cooperativas.

Ainda no âmbito do PREI, o PCA do INAPEM sublinhou que o ciclo de implementação da formalização das actividades económicas para os períodos 2018-2022, atesta que a província de Luanda lidera o registo e formalização das acções na informalidade, com 60 por cento do total nacional, que corresponde a 146.544 agentes.

Pedidos de micro-crédito

Os ex-agentes económicos informais, que transitaram para a formalidade, também têm acesso ao micro-crédito, desde que cumpram com os procedimentos obrigatórios exigidos na fase do processo. O valor máximo para o micro crédito é de sete milhões de kwanzas e mínimo 50 mil kwanzas.

Neste contexto, João Nkosi fez saber que, os pequenos empreendedores inscritos, foram já atendidos 314 projectos com créditos. O número de cedência de crédito ainda não é satisfatório, por um lado, porque o tecto máximo do financiamento é de sete milhões de kwanzas.

Segundo João Nkosi, o processo regista ainda alguns constrangimentos, como falta de contas bancárias de muitos agentes económicos, dificuldade que está a ser vencida com a implementação de bancos comerciais nos mercados informais onde decorre o PREI.

"O processo determina alguns pressupostos, como a capacitação na área de Literacia Financeira e, para facilitar o PREI, juntou mais dois serviços ao fluxo de formalização, nomeadamente a alfabetização e a abertura de contas simplificadas", disse. Acrescentou que o programa permitiu a inscrição de 200 vendedores de grupos etários vulneráveis e a criação de 448 contas à ordem, simplificadas, que revigoram a literacia de base e a inclusão financeira dos agentes formalizados.

3.4 Pape assegura mais de 50 mil empregos

Jornal Economia e Finanças
6 De Maio de 2022

Cinquenta mil e 724 postos de trabalho directos foram gerados em Angola, desde a implementação do Plano de Acção de Promoção a Empregabilidade (PAPE).

Em curso desde Outubro de 2019, sob a égide do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), o PAPE visa incentivar

jovens com iniciativas empreendedoras a alavancarem os seus pequenos negócios.

O programa, criado através do Decreto Presidencial 113/19, de 16 de Abril, teve como propósito inicial gerar 83 mil postos de trabalho, 42 mil kits profissionais e dez mil micro-crédito, em todo o país.

O programa teve de ser dimensionado, em Setembro de 2021, no âmbito da criação da Estratégia de Continuidade. Trata-se de um dos mecanismos do Executivo de inclusão social e combate à pobreza, que deve abranger, até Dezembro de 2022, um universo de 83 mil e 500 jovens em diversas componentes.

Segundo o director-geral do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Manuel Mbangui, apesar da quase paralisação das acções, causada pela Covid-19, mais de mil, 900 jovens já beneficiaram do PAPE.

De acordo com o responsável, isto representa cerca de 15 por cento de execução das metas previstas, tendo sublinhado que o programa já concedeu mais de seis mil e 996 micro-créditos, 69,9 por cento da meta prevista. Estamos satisfeitos com os resultados alcançados até ao momento, mas o INEFOP vai continuar a trabalhar até atingir os objectivos traçados", expressou.

Quanto aos kits profissionais, explicou que nesta terceira fase do programa, o instituto tem 13 mil kits disponíveis para distribuir a nível das diferentes províncias dos países. Para a quarta fase, prosseguiu a fonte, a meta do Governo é distribuir 17 mil kits diferenciados até ao final de Maio de 2022.

O director fez saber, por outro lado, que 75 mil jovens foram beneficiados com formações em diversas áreas, em 2020.

3.5 PREI prevê cadastrar 10 mil vendedores nos Congolenses

Jornal Economia e Finanças
6 De Maio de 2022

O Mercado dos Congolenses, em Luanda, acolhe hoje, o acto de lançamento do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), no âmbito da segunda fase de expansão do referido programa.

O ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João, vai proceder ao lançamento oficial do PREI nos Congolenses, acompanhado pela

governadora Provincial de Luanda, Ana Paula de Carvalho, segundo nota chegada à redacção.

Além do lançamento do PREI, consta da agenda de trabalho dos dois governantes, visitas aos projectos financiados no âmbito do PRODESI e um encontro de trabalho com os empresários da província de Luanda. O processo de formalização nos Congolenses terá a duração de um mês e espera-se que 10 mil vendedores e comerciantes passem à esfera formal da actividade económica.

O PREI é uma iniciativa do Governo de Angola, levada a cabo por uma comissão multisectorial, coordenada pelo Ministério da Economia e Planeamento com o apoio orçamental da União Europeia e a assistência técnica do PNUD.

O esforço de transição para a formalidade ao abrigo do PREI continua a registar uma trajectória ascendente e estável. Tal como referido no "briefing" desta semana, no I trimestre de 2022, a campanha de formalização fortaleceu o número de agentes económicos, tendo atingido a cifra de 140 mil cadastrados.

De lá para cá, passados oito dias, o programa regista a cifra de aproximadamente 146 mil, portanto, um incremento de mais 6 mil agentes.

Embora o programa tenha amplamente superado a meta prevista no PDN 2018-2022 (2_000 microempresas e cooperativas formalizadas até 2022), nesta altura, a ambição da Comissão Multisectorial de Execução da Estratégia de Formalização, persegue a meta de registo e formalização de 200 mil agentes até Junho do presente ano, estando em curso a articulação com outros organismos do Governo no sentido de incluir todos os agentes económicos liberais não atendidos, até ao momento pelo PREI. O ciclo de implementação da formalização das actividades económicas 2018-2022 atesta que a província de Luanda se mantém na liderança dos actos de registo e formalização com 60 por cento do total nacional, calculado em 146-544 agentes.

O PREI juntou mais dois serviços ao fluxo de formalização, nomeadamente a alfabetização e a abertura de contas simplificadas.

3.6 Preparadas as condições para reabertura do mercado do Luvo

Jornal de Angola

6 De Maio de 2022

Texto: Fernando Neto

As áreas de venda, carga, descarga e armazenamento de mercadorias, no Mercado do Luvo (Mbanza Kongo), encerrado há dois anos, em consequência da pandemia da Covid-19, estão a ser recuperadas, desde terça-feira, num prenúncio da retoma das actividades, logo que seja reaberta a fronteira com a República Democrática do Congo (RDC).

O administrador municipal de Mbanza Kongo, Manuel Nsiansoki Gomes, que avançou esta informação, à imprensa, no termo da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Auscultação das Comunidades, anunciou que decorrem, neste momento, trabalhos de limpeza, com vista ao melhoramento das condições de higiene do mercado, algo que se afigura importante no domínio do intercâmbio comercial entre as populações dos dois países, Angola e República Democrática do Congo.

"Estamos a fazer a limpeza do local, retirando o capim que ali cresceu nestes últimos dois anos, para evitar que sejamos surpreendidos quando for reaberta a fronteira com a RDC", disse.

Manuel Nsiansoki Gomes salientou, por outro lado, que a reunião do Conselho de Auscultação da Comunidade abordou vários assuntos, com destaque para a situação recorrente do contrabando de combustível, uma situação que, disse, tem estado na base da escassez de gasolina e gasóleo nos principais postos de abastecimento da cidade de Mbanza Kongo.

Para atingirem à RDC, os contrabandistas utilizam os chamados "caminhos fiotes" (atalhos) existentes ao longo da orla fronteiriça. Para desencorajar esta prática, a Administração Geral Tributária está a aplicar uma taxa para que as pessoas possam, legalmente, transpor a fronteira e venderem combustível em bidões de 25 litros na RDC.

3.7 Cadastrados cinco mil vendedores informais

Jornal de Angola

10 De Maio de 2022

Texto: Kayila Silvina

Cinco mil vendedores informais, feirantes e ambulantes da cidade de Mbanza Kongo, província do Zaire, começaram a ser cadastrados, ontem, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), com entrega simbólica dos primeiros quatro cartões e igual número de microcréditos.

O acto de lançamento do PREI, que teve lugar no mercado comunitário local, foi presidido pela secretária de Estado para Economia, Dalva Ringote Allen, e testemunhado pelo governador do Zaire, Pedro Makita Júlia.

Numa primeira fase, o PREI beneficia os residentes da cidade de Mbanza Kongo. Posteriormente, deve chegar aos outros cinco municípios que compõem a província do Zaire, uma oportunidade que está a ser facilitada, para os agentes económicos garantirem que os seus negócios podem ser feitos legalmente.

Para Dalva Ringote Allen, com a chegada do PREI a Mbanza Kongo os vendedores, jovens comerciantes e ambulantes podem melhorar os negócios, na medida em que o programa, enquanto política do Executivo, permite que os visados tenham incentivos económicos.

O PREI enquanto programa, disse, facilita a obtenção do número de identificação fiscal (NIF), do cartão de vendedor de bancada, de ambulante ou de feirante, um telefone, o microcrédito avaliado entre 100 mil a sete milhões de kwanzas, além da vantagem de o beneficiário ser inscrito no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

O referido programa contempla ainda a abertura de uma conta bancária e a obtenção do Bilhete de Identidade para as vendedoras que não possuem e as aulas de alfabetização em língua nacional, acrescentou.

O Plano de Acção de Promoção para Empregabilidade (PAPE), como frisou, faz parte das políticas do Executivo, que permite aos jovens aprenderem vários ofícios, com destaque para a carpintaria, electricidade, mecânica, canalização, pastelaria, entre outros.

Por seu turno, o governador do Zaire, Pedro Makita Júlia, enalteceu os programas implementados pelo

Executivo na região, nomeadamente Kwenda, PRODESI, PAPE e PREI, na medida em que têm permitido combater a fome e a pobreza, bem como potenciar os cidadãos.

Pedro Makita Júlia apelou aos demais vendedores informais e jovens ambulantes para aderirem ao PREI, com vista a aumentarem os negócios e contribuir no combate à fome e à pobreza.

Nlandu Castelo, 54 anos, uma das vendedoras contempladas, mostrou-se satisfeita ao receber o seu cartão e 300 mil kwanzas de micro-crédito, tendo agradecido a iniciativa do Governo, na medida em que o referido valor vai contribuir para aumentar o seu negócio. "Farei de tudo, para aumentar o meu negócio com o micro-crédito que acabo de beneficiar, cujos ganhos vão permitir empregar mais alguém", acrescentou.

À margem do acto de lançamento do PREI em Mbanza Kongo, a secretária de Estado para Economia, Dalva Ringote Allen, encontrou-se com o Bispo da Diocese de Mbanza Kongo, Dom Vicente Carlos Kiaziku, e com fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, tendo convidado estes últimos a aderirem aos programas implementados pelo Executivo.

3.8 “Zungueiras” no Dundo recebem micro-créditos

Jornal de Angola

10 De Maio de 2022

Texto: Victorino

Matias Um grupo de 100 mulheres que se dedica à venda ambulante, na cidade do Dundo, província da Lunda-Norte, recebeu, sábado, micro-créditos, para potenciar as suas actividades.

A entrega dos micro-créditos foi feita no encerramento da Feira da Mulher Zungueira, promovida pela Organização da Mulher Angolana (OMA), no âmbito da parceria existente entre a organização feminina do MPLA e a Associação Solidária de Ajuda de Angola (ASAJA). Durante o acto foram, também, entregues kits de produtos diversos e quinze mil kwanzas para cada vendedora, com a perspectiva de reembolso num período de três meses.

Elisa Solange Paxe, secretária provincial da OMA, anunciou, para breve, o surgimento de um mercado municipal, em estreita colaboração com a Administração do Chitato.

Por seu turno, o presidente da ASAJA, Elias Pedro, explicou que as mulheres zungueiras não precisam de avalista para ter acesso ao crédito, bastando uma declaração da OMA, que assume todas as responsabilidades.

Acrescentou que o projecto está a contribuir para o fomento do auto-emprego e melhoria das condições de vida de muitas famílias.

O evento visou, também, promover mecanismos para o empoderamento da zungueira e contribuir para a sua valorização.

3.9 Governo aprova normas para a criação do Observatório da Economia Informal

Jornal de Angola

11 De Maio de 2022

Texto: Ana Paulo

As peças normativas do Observatório da Economia Informal foram aprovadas pelo Governo, prevendo o seu funcionamento ainda este ano, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), anunciou esta terça-feira, em Luanda, o director do Gabinete para a Política da População do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), Adriano Celso Borja.

Falando no habitual "briefing" do Ministério da Economia e Planeamento, Adriano Celso Borja sublinhou que o referido Observatório é um dos eixos do plano de acção da estratégia do PREI, como fórum que vai facilitar o diálogo social, a produção de conhecimento, a apresentação de recomendações, entre outros aspectos importantes no processo de formalização.

Fez saber que, nesta altura, foram formalizados mais de 150 mil operadores económicos, emitidos mais de 112 mil cartões para vendedores de banca, ambulantes e feirantes e o arranque está a depender da publicação do regimento do observatório e o regulamento da comissão multisectorial.

Adriano Celso Borja disse, por outro lado, que foram recebidas 792 solicitações de microcrédito, um serviço complementar do PREI, bem como procedeu-se a abertura de 500 contas simplificadas nos bancos Sol e Standard Bank. "O PREI caminha para o desafio de formalização de 200 mil operadores até finais de Junho", adiantou.

O processo sobre o PREI, realizado dentro e fora dos mercados, permitiu que 790 pessoas solicitassem

pacotes de micro- crédito, no total de 240 milhões de kwanzas. Segundo Adriano Celso Borja, beneficiaram desse financiamento os que justificaram a mitigação do risco de acesso aos fundos.

O micro-crédito é um serviço complementar do PREI, que não deverá chegar para todos os operadores informais. "Não obstante a este impasse, está a ser feito um esforço pela Comissão Multisectorial, para que o micro-crédito chegue ao máximo possível de utentes", frisou.

Reforçou que, no âmbito do serviço de inclusão financeira, prossegue a abertura de contas bancárias simplificadas e a distribuição gratuita de terminais de pagamento automático, que visam fortalecer a inclusão financeira, tendo como perspectiva ajudar os empreendedores no acesso facilitado de micro-créditos.

O PREI prevê resgatar 65 por cento do desperdício de receita da economia informal, estimada em 40 mil milhões de dólares. Para 2022, a perspectiva é expandir a implementação do Plano de Operacionalização para as demais províncias do país, com o fim de assegurar o registo e formalização de 55 mil empreendedores informais, bem como assegurar a criação e activação de 50 mil contas no sistema de pagamentos digitais por telemóvel.

3.10 «Bandecos» uma alternativa barata, mas pouco segura para almoçar em Luanda

Jornal Expansão

13 De Junho de 2022

Texto: Dulcineia Lafua

Passou a ser visível em qualquer ponto da cidade de Luanda, mas com realce para o centro. Entre as 9 e 14 horas, não é preciso fazer muito esforço para se 'tropeçar' na imagem de homens e mulheres com térmicas transparentes, transportadas à cabeça ou em carros de mão, contendo marmitas de comida. Deambulando quilómetros a pé, de baixo do sol e, não raras vezes, da chuva, os zungueiros de comida nunca se cansam, quando está em causa a procura de clientes que queiram almoçar na rua. Com alcunhas que variam conforme a sensibilidade dos clientes, os ditos vendedores de 'bandecos' vendem de tudo um pouco, do arroz com feijão à massa, sem esquecer o funje com diferentes tipos de molhos -, ao preço mínimo de 300 kwanzas por cada porção.

Locais como largos, portas de hospitais, paragens de táxis colectivos e feiras são as preferências destes vendedores, com idades entre 17 e 25 anos, muitos

dos quais a remediar-se no seu primeiro emprego, mesmo que muitos só lá estejam por se tratar do "lugar onde deu certo".

Para esses jovens, diariamente, a trajetória é feita a pé, da casa da patroa até aos postos de venda, que são definidos pelo número de clientes, na sua maioria trabalhadores de empresas de segurança, zungueiras, taxistas, engraxadores, pedreiros e pessoas com doentes nos hospitais. Veríssimo Manuel, 23 anos, é vendedor de bandecos há um ano e, ao Novo Jornal, diz que, antes de enveredar para o negócio, que considera rentável, era aprendiz de mecânica, numa oficina no município de Viana, onde reside. "Devido à crise, o responsável já não tinha como pagar o meu salário e resolveu despedir-me", revela o jovem, que, hoje, anda embrenhado numa jornada, de segunda a sexta" que começa às primeiras horas da manhã. Veríssimo acorda às 4 horas, saindo do município de Viana para Cazenga, nas imediações do bairro Adriano Moreira, zona da Cuca, na casa da patroa, para fazer o levantamento dos bandecos com o menu já explicado acima.

Diariamente, o jovem tem a missão de vender 30 marmitas e levar até nove mil kwanzas à patroa, num volátil sistema de cálculos que, por mês, com alguma sorte, pode ultrapassar os 150 mil kwanzas. "Os bandecos vieram para facilitar a vida das pessoas. Hoje em dia, com 300 Kz tens direito a uma boa refeição e saudável, o que antes não era possível", assegura o jovem, que tem um salário na ordem dos 20 mil kz.

E para quem veja nas longas caminhadas com caixa de bandecos à cabeça um problema, Veríssimo Manuel tem uma resposta tão simples quanto lógica: "Se andarmos de táxi, não conseguiremos vender e, assim, não vamos selar".

A 'conversa' do NJ com o jovem vendedor teve de ser interrompida várias vezes, na medida em que foi mantida num período de 'pico' de clientela, com várias pessoas a abordarem Veríssimo Manuel, na expectativa de comprar o almoço servido na zunga.

Maria Eugénia, outra vendedora, que estava de baixo de uma árvore à espera que o cliente terminasse a refeição para recolher as tigelas, admite que, para ela, as vendas não corriam bem. Já passava da hora 12 e só havia vendido cinco bandecos dos 30 que cabiam na térmica, sendo dois de massa com feijão e peixe e três de arroz. "Se restarem muitas tigelas, serão descontadas no meu dia, que é na sexta-feira. Tenho de terminar para receber dinheiro certo", disse.

Com ensino médio concluído em Direito, a pretensa advogada emprestada à zunga explica que, no

passado, as pessoas desdenhavam a comida servida na zunga, alegando falta de higiene, um aspecto que a jovem assegura levar a sério, tanto no acto de preparação como na hora de distribuir. "As nossas marmitas são lavadas diariamente e usamos talheres descartáveis", reforça.

Com o dinheiro arrecadado nas vendas, Maria Eugénia usa uma parte para ajudar nas despesas de casa e reserva a outra para ter a possibilidade de prosseguir os estudos, que teve de abandonar quando já frequentava a 12ª classe, devido a finanças.

"O conselho que deixo aos outros jovens é que arranjem emprego, não sintam vergonha, façam boas escolhas e sejam honestos nos vossos trabalhos".

Francisco Pedro é engraxador. Diariamente, ele e mais pessoas passaram a economizar e a "comer bem". Com apenas 300 kwanzas, à altura desta reportagem, saboreava um prato de funje com moamba de galinha, que antes, segundo ele, não era possível.

"A comida no centro da cidade é cara e, com o nosso trabalho [engraxadores de sapatos], só conseguíamos almoçar bolacha e gasosa, mas hoje as coisas mudaram, as tigelinhas nos safaram", diz o jovem, que assegura nunca ter tido qualquer desarranjo intestinal resultante da comida da zunga.

Concorrência para casas de comida

Proprietários de alguns restaurantes informais já começam a sentir uma 'ligeira' ameaça com o surgimento dos almoços da zunga. Elizabeth João é dona de um destes sítios e diz que, nos últimos tempos, as rendas no seu estabelecimento baixaram, pelo que, visando colmatar a situação, baixou os preços.

"Esses moços vieram ameaçar o nosso negócio. Nos últimos tempos, perdi alguns clientes, tive de baixar o preço da refeição no espaço e o almoço que vendia a 1200 baixou para 1000 Kz", lamenta.

Sara é outra cidadã que teve de readaptar as políticas de venda no seu espaço nos arredores do Alvalade. "Entrei na onda e, para além das refeições, também contratei alguns meninos para passarem a zungar.comida, e está a sair bem", diz, sustentando que a comida é preparada "com muito cuidado e higiene".

Perigosa para saúde

Para a especialista em Medicina Interna e Emergências Médicas Nádia Camate, a qualidade da comida vendida na zunga não passa só pela higiene,

mas também pela selecção dos próprios alimentos, proteínas e carboidratos. Por isso, a médica desaconselha o seu consumo a pessoas com doenças crónicas, como diabetes e hipertensão.

"O que acontece é que, na alimentação preparada na rua ou nessas casas, a higiene poderá ter sido observada, mas a selecção da comida muitas vezes não", diz antes de concluir com um exemplo concreto, baseado na quantidade de sal, óleo e tipo de alimentação.

"Nas nossas casas, temos esses cuidados, mas na rua não. Por isso, para quem tem doenças crónicas, esta comida não é indicada", alerta.

3.11 200 mil agentes passaram à formalidade

Jornal Economia e Finanças
13 De Maio de 2022

Mais de 200 mil agentes económicos informais dos quais 155 mil operadores passaram à formalidade, no quadro do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), nas províncias de Luanda, Bengo, Cuanza Norte, Malanje, Uíge,

Zaire, Lunda Norte, LundaSul, Moxico, Huambo, Bié, Huíla, Namibe, Cunene. Nos próximos dias, a primeira fase do PREI vai se estender às províncias do Cuanza Sul, Benguela, Cabinda e Cuando Cubango.

Para o ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João, o PREI deve ser transformado num serviço permanente para retrair o crescimento da informalidade em Angola já que todos os anos entram para a informalidade cerca de 500 mil novos operadores informais no mercado que precisam de beneficiar dos serviços da administração.

Ao intervir no workshop sobre a visão do PREI pós Covid-19, que se realizou ontem, em Luanda, sob a iniciativa do Ministério da Economia e Planeamento e a União Europeia, além da educação que está presente pelos serviços de alfabetização agora o desafio é olhar para outros sectores, afim de se melhorar a condição dos vendedores que estão a passar para a formalidade.

3.12 PREI revela balanço de 200 mil registados

Jornal de Angola
13 De Maio de 2022
Texto: Ana Paulo

Duzentos mil operadores do mercado informal foram registados em sete meses, com 150 mil a passarem para a formalidade, graças ao Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), que conta com uma componente complementar de microcrédito que está a atrair o público-alvo.

Isso foi dito, quinta-feira (12), em Luanda, pelo ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João, numa reunião com a Delegação da União Europeia em Angola em que realçou que a meta prevista de registo, até Junho do corrente ano, é formalizar 200 mil, limite já alcançado pelas brigadas em operação.

"As brigadas afectas ao processo registam, por dia, dois mil operadores económicos", frisou o ministro, reconhecendo que o resultado está aquém das estatísticas, que apontam para oito milhões de pessoas a trabalharem no sector informal.

O processo foi lançado em 14 províncias, com Benguela, Cuanza-Sul, Cuando Cubango e Cabinda a ser envolvidas até finais deste mês de Maio, pelo que o ministro propôs que a meta de registo de 200 para 500 mil por ano, tendo em conta ao número global de agentes a registar.

O microcrédito associado ao PREI beneficiou, até ao presente, 2.700 operadores informais, num valor global de 700 milhões de kwanzas. Na primeira fase do programa, a componente de microcrédito está avaliada em dois mil milhões de kwanzas, segundo o titular da pasta da Economia, que sublinhou estarem disponíveis 1,3 mil milhões de kwanzas.

Segunda fase

A União Europeia pretende financiar a segunda fase do Programa de Reconversão da Economia Informal, em cerca de 55 milhões de euros, um montante mais substancial do que o da primeira fase, que foi de 20 milhões de euros.

Em declarações à imprensa, à margem da reunião de trabalho com a Comissão Multisectorial do PREI, a chefe-adjunta da Cooperação da Delegação da União Europeia, Isabel Emerson, destacou que, na segunda fase, o financiamento terá como principal foco o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)

3.13 Venda de comida ganha corpo nas ruas de Luanda

Jornal Economia e Finanças

13 De Maio de 2022

Texto: Yola do Carmo

A venda de comida nas várias artérias de Luanda tornou-se nos últimos dias um negócio lucrativo para muitas senhoras que se debatem com o problema de escassez de emprego, principalmente nos bairros periféricos.

Durante uma ronda efectuada pelo JE, nas ruas da centralidade do Kilamba e sobretudo nos vários pontos do mercado do Calemba 2, constatou-se que o negócio está a ganhar corpo e tem sido exercido maioritariamente por jovens de ambos os sexos. Pelo número de vendedor que o negócio absorve, dá para notar que é bastante lucrativo. Mas a higiene e a qualidade da comida são as condições fundamentais para que o comerciante possa reaver o investimento feito.

Os preços variam de 300 a 500 kwanzas. João Aurélio, estudante, é um dos consumidores contactado pelo JE na Centralidade do Kilamba. Disse que a falta de tempo para fazer as refeições a tempo em casa, leva-lhe muitas vezes a optar por comer na rua, onde paga 300 kwanzas para um prato de massa composta e 500 kwanzas para um -bife de iscas com arroz e salada. Já o vendedor de saldos Hoje devido a pressão social muitos chefes de família e donas de casa fazem as suas refeições fora do convívio

Alfredo Chicoha, disse que diariamente gasta 800 kwanzas para fazer a refeição no mercado, assegurando que nem sempre é fácil encontrar alguém a vender comida com as condições higiénicas aceitáveis, pois os consumidores correm sérios riscos de adquirir uma doença grave.

Santa Jakeline é uma consumidora regular das refeições vendidas na rua. Diz que o faz devido as dificuldades financeiras que a obrigam a tomar as refeições fora de casa, pois, conforme disse, o seu salário não lhe permite comer num restaurante, apesar de conhecer os riscos que corre.

Disse que entre ficar com fome e provocar problemas gástricos, o melhor é mesmo arriscar para não passar o dia com a barriga vazia.

3.14 OMA apoia vendedoras ambulantes no Bengo

Jornal de Angola

16 De Maio de 2022

Texto: Alfredo Ferreira

Um grupo de 50 mulheres, que se dedica à venda ambulante nos municípios da província do Bengo, beneficiou, em Caxito, de apoios da Organização da Mulher Angolana (OMA), para potenciar o negócio e aumentar a renda familiar.

Durante a realização do I Fórum Provincial da Mulher Zungueira, cada recebeu 10 mil kwanzas, além de bens diversos, para iniciar ou reforçar a actividade comercial. O valor deve ser reembolsado num período de três meses.

Ao intervir no fórum, a primeira-secretária do MPLA no Bengo, Mara Quiosa, disse que o acto visa promover mecanismos para o empoderamento da mulher, contribuindo para a sua valorização na sociedade. "Pretende-se, com este projecto, contribuir para o fomento do auto-emprego e melhorar as condições de vida de muitas famílias", afirmou Mara Quiosa. A primeira-secretária acrescentou que a realização do fórum constitui uma prova de reconhecimento do empoderamento e conquistas alcançadas pelas mulheres, em particular as zungueiras, por tudo o que fazem e, decerto, continuarão a fazer pelas famílias e pelo país.

"Muitas de vocês são mãe e pai das vossas famílias. Apesar das dificuldades que enfrentam, algumas provocadas pela pandemia da Covid-19, conseguem, com resiliência, gerir os negócios e cuidar das vossas famílias", realçou.

Mara Quiosa agradeceu o presidente do MPLA João Lourenço, por todo apoio que tem dado a mulher angolana, sobretudo por acreditar na força e resiliência da classe feminina, permitindo que ocupem vários lugares de destaque na sociedade. O I Fórum Provincial da Mulher Zungueira decorreu, na quinta-feira, sob o lema "Mamã zungueira levanta".

3.15 Venda ambulante coloca em perigo vendedoras, peões e automobilistas

Jornal Luanda

16 De Maio de 2022

Texto: João Pedro

Apesar do perigo iminente, a venda na via pública tornou-se um hábito do qual os vendedores não conseguem se libertar. Eles invocam a falta de emprego para justificar a venda, até em separadores de estradas, em zona, onde a circulação de viatura é intensa.

Na zona do antigo Controlo, nas imediações do Complexo Girafa, em ambos os sentidos da via que tem conexão com a Estrada Nacional N°100, a presença de agentes da Polícia já não assusta as zungueiras.

A venda de produtos diversos, incluindo peixe fresco, é feita nos passeios e na berma da estrada, intensificando a partir das 16h00 e prolongando-se até ao cair da noite.

As mulheres estão presentes em maior número. O negócio que é feito de forma desordenada, não só coloca em perigo os peões e vendedores, mas, também causa embaraços aos condutores que têm de enfrentar o congestionamento que a venda ambulante origina.

Tudo isso, vem demonstrar que o perigo parece não ser suficiente para demover as vendedoras ambulantes, mais conhecidas como zungueiras.

São passados dois anos, desde que em que uma viatura, de marca Toyota Hiace, atropelou, no desvio do Zango, mais de 10 vendedores que vendiam em local inapropriado, dois dos quais tiveram morte imediata.

Naquele trágico, episódio, o motorista perdeu o controle da viatura e colheu homens e mulheres que vendiam num separador na via.

Apesar da tragédia ter chocado a sociedade, não foi suficiente para parar as "pracinhas" em locais perigosos.

Com a atitude das vendedoras de rua do Benfica, tudo indica que prevalece a imprudência e a desobediência a lei e a ordem.

É caso para dizer que as zungueiras perderam o medo dos automóveis, dos agentes da fiscalização e dos agentes da Polícia da Ordem Pública.

3.16 “Zungueiras” no Zaire beneficiam de apoio

Jornal de Angola

16 De Maio de 2022

Texto: Kayila Silvina Um grupo de 100 mulheres zungueiras dos municípios do Tomboco e Mbanza Kongo, na província do Zaire, recebeu um donativo composto por bens de primeira necessidade e produtos de higiene, no sentido de minimizar as dificuldades.

O acto da entrega da referida doação, orientado pelo segundo secretário provincial do MPLA, Garcia Vieira, teve lugar na vila do Tomboco e foi promovido pela Organização da Mulher Angolana (OMA), no âmbito do Fórum da Mulher Zungueira.

Da doação constam bens como arroz, açúcar, massa alimentar, óleo vegetal, sabão, sabonete e bacias de plástico para a comercialização de produtos.

Segundo a secretária provincial da OMA, Isabel Devia Luvenga, o fórum tem como objectivo sensibilizar a mulher zungueira para aderir ao Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), com vista a obter os benefícios que o mesmo coloca à disposição dos cidadãos.

O encontro visou, igualmente, inculcar valores morais e cívicos às mulheres vendedoras, para que exerçam a sua actividade com dignidade e dentro da organização que se impõe, enquanto integrantes de uma sociedade.

Isabel Luvenga disse que o encontro abriu, ainda, espaço para uma parceria permanente entre a OMA e a mulher zungueira, com vista à elaboração de projectos viáveis que visam a solução dos principais problemas que as afligem e garantir, assim, o seu bem-estar.

"A OMA, no Zaire, compromete-se em tudo fazer para conseguir um parceiro social para apoiar as mulheres zungueiras na concessão de micro-créditos, para aumentar os vossos negócios. Por esta razão, falamos aqui dos mecanismos para a obtenção do referido crédito e as suas vantagens, bem como do PREI, o papel da mulher Zungueira na sociedade, direitos e deveres e a importância do empreendedorismo para o vosso empoderamento", acrescentou.

Na ocasião, o segundo secretário provincial do MPLA, Garcia Vieira, reconheceu a dedicação da mulher Zungueira em prol do bem-estar das famílias e o seu papel no desenvolvimento da sociedade.

"A mulher Zungueira trabalha arduamente para que não falte alimentação, saúde e roupa para os seus filhos e na garantia dos estudos, em função desse esforço o MPLA vai continuar a dar o apoio possível", disse Garcia Vieira, que aproveitou a ocasião para aconselhar as mulheres vendedoras e ambulantes a continuarem com as suas actividades de forma ordeira, para que amanhã possam se tornar empresárias de sucesso.

INAPEM forma mulheres

A chefe de Departamento do Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Maria Wazika Gonçalves, deu a conhecer que 50 mulheres foram capacitadas em matéria de empreendedorismo, no âmbito do PREI, cujo processo vai continuar, com a previsão de formar mais de mil mulheres vendedoras, até ao final do ano em curso.

A zungueira Isabel Morena, 36 anos, uma das beneficiárias do donativo, agradeceu o gesto do MPLA em realizar o fórum, tendo reconhecido a importância do apoio, que vai ajudar no aumento e na melhoria da dieta alimentar das crianças. "A realização do Fórum vai trazer uma outra visão às mulheres vendedoras ambulantes sobre o comércio e peço ao Governo para continuar com actividades do género, para apoiar outras que não beneficiaram desta vez", pediu Isabel Morena.

3.17 "Trabalho infantil é indicador de desestruturação familiar"

Jornal de Angola

17 De Maio de 2022

Texto: Fernando Neto

Zolana Avelino frisou que o facto de várias crianças serem obrigadas a vender produtos ou recolherem garrafas de plástico nas ruas e lixeiras demonstra a fraqueza económica de muitas famílias, situação que resulta na destruição da infância e do papel tradicional dos pais, que se circunscreve ao sustento da prole

No percurso dos seus 88 anos, o antigo Ambrizete registou avanços e recuos, do ponto de vista de desenvolvimento económico e social. O administrador municipal, Augusto Tiago, fez, ao *Jornal de Angola*, um resumo da realidade actual da região, tendo destacado os principais ganhos alcançados nos últimos anos, fruto de alguns investimentos realizados, à luz de vários programas gizados, quer pelo governo provincial, quer pela central.

"Temos um município que deu um salto muito grande nos últimos anos, se compararmos com os tempos passados. Temos energia eléctrica da rede nacional, que considero ser um grande ganho para o desenvolvimento do município. A estrada que liga o município à capital do país, Luanda, é boa", referiu.

Augusto Tiago lembrou que decorrem, neste momento, as obras de construção do sistema de abastecimento de água potável, que vai, em definitivo, acabar a carência deste precioso líquido vivida a nível da vila e bairros periféricos.

O sistema de abastecimento de água, disse, deverá ser composto por um reservatório apoiado de 1.700 metros cúbicos, dois outros reservatórios elevados de 500 metros cúbicos e uma estação de captação e tratamento, prevendo-se, como isso, efectuar cinco mil ligações domiciliárias.

"O problema de abastecimento de água potável vai ser resolvido. Penso que temos um município com mais esperança num futuro melhor. Temos uma série de projectos em carteira, uns em execução, como são os casos da construção, aqui na sede municipal, de uma escola de 12 salas de aula e uma outra na localidade de Quimacucu, comuna de Quibala Norte, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios", disse.

Acrescentou que, decorrem, igualmente, as obras de construção das instalações da administração, do posto policial e de uma escola de sete salas na comuna de Quibala Norte, tendo adiantado que, nos próximos tempos, devem ser realizados trabalhos de terraplanagem dos troços rodoviários de acesso às comunas de Quindege e de Quibala Norte, para a acomodação do tráfego.

"Temos garantias de que vamos iniciar, nos próximos tempos, um trabalho de acomodação do tráfego das vias, tanto de Quindege, como do Quibala Norte, que, de facto, é o grande desafio do governo provincial, e permitir o escoamento de produtos agrícolas para os grandes centros de consumo", adiantou.

O município do Nzeto, com uma superfície de 10.120 quilómetros quadrados, possui condições excelentes para a produção de citrinos, mandioca, milho, gergelim, ginguba, batata-doce, feijão, ananás, abacate, papaia, hortaliças, entre outros, factor que, segundo o administrador municipal, pode constituir num chamariz para os investidores à região, quer nacionais, quer estrangeiros.

"Com as potencialidades que temos e, se forem divulgadas ao país e ao mundo, penso que vamos

atrair investimentos e, com isso, criar muitos empregos para impulsionar o desenvolvimento da região. Portanto, atrair investidores e turistas é um dos nossos grandes objectivos.

Para além da actividade pesqueira de que, em grande medida, o Nzeto é conhecido, queremos que se torne, também, numa vila turística”, declarou, frisando que para que isso aconteça é necessário olhar o Nzeto com outros olhos, ou seja, todos os seus habitantes devem contribuir, ter comportamentos e atitudes conducentes ao desenvolvimento desejado.

"O investimento não tem fronteira e o Estado angolano tem uma boa política de captação de investimentos estrangeiros e nós queremos, também, que o Nzeto seja alvo dessas políticas de investimentos de peso”, augurou.

Augusto Tiago enfatizou que a região, cujas populações são consideradas acolhedoras, possui praias exuberantes e outros encantos e recantos propícios para a prática de turismo, carecendo apenas de investimentos.

Iniciativas privadas

Até ao momento, uma das maiores iniciativas privadas no Nzeto, no domínio da produção agrícola, denomina-se "Fazenda Girassol", projectada, há anos, na margem direita do rio Loge, na linha limítrofe entre a província do Zaire e a do Bengo.

Considerado o "ex-líbris" da província, em termos da prática da agricultura moderna, a "Fazenda Girassol" tem exportado milhares de toneladas de produtos diversos, com destaque para banana de mesa, tendo garantido centenas de postos de trabalho aos jovens locais e não só, revelou o administrador.

Augusto Tiago disse estar, também, para breve, a reactivação das salinas do Nzeto, um sector que, pela sua natureza, tem uma grande nuance de empregabilidade.

"A empresa que vai explorar as salinas enfrentou algumas dificuldades para conseguir financiamento e legalizar o terreno. Ultrapassadas que estão estas questões, estamos em crer que, se não for este ano, no início do próximo, a salina pode começar a produzir”, disse.

Augusto Tiago acrescentou que à administração municipal chegaram inúmeras solicitações de cedência de terrenos para investimentos, facto que considerou ser animador para o município, que deseja transformar-se num ponto turístico de referência no contexto nacional.

Assistência médica regista avanços significativos em todas as sedes comunais

No domínio das condições de assistência, o administrador municipal revelou terem sido registados avanços significativos na localidade, com a construção de centros de saúde em todas as sedes comunais e em algumas aldeias mais habitadas, facto que, embora positivo, considerou ser insuficiente, face ao número da população, estimado em 41.627 habitantes.

"Precisamos de melhorar. Eu, enquanto angolano, se disser que está tudo bom, não estaria a ser um bom patriota. Contudo, temos pela frente um trabalho muito grande ainda a fazer, mas devo dizer que já demos alguns passos significativos neste domínio”, referiu.

Augusto Tiago sublinhou que os centros de saúde das comunas da Musserra e Quindege estão devidamente equipados com laboratórios de análises clínicas, chegando a superar, em termos de dimensões, alguns hospitais municipais do Zaire.

O hospital de Covid-19, inaugurado há sensivelmente um ano, no bairro Kitana, na Vila do Nzeto, funciona agora como hospital municipal, dispendo de cerca de 90 camas para internamento de pacientes, para além de outras valências assistenciais, como Raio X, banco de sangue, dois aparelhos de hemodiálise e uma incineradora. Segundo o administrador municipal, isso representa um salto qualitativo neste sentido.

"No hospital antigo permanecem os serviços de maternidade e bloco operatório. Desde o ano passado até à presente data, recebemos 40 profissionais de saúde, entre médicos e enfermeiros”, informou.

O responsável lembrou que a vila do Nzeto, pela sua estrutura topográfica, apresenta muitas zonas de alagamento ou inundações, como são os casos de "Futa kia Mbumba", "Futa kia Ndiba" e de Kimpaxi. Diante desta realidade, a administração municipal construiu, há tempos, dois canais de drenagem das águas pluviais, que resolveram o problema em definitivo, para o alento dos moradores das referidas zonas, que, antes, muitos dos quais, eram obrigados a abandonar as residências sempre que chovesse.

Em relação à construção das vias urbanas, no Nzeto, num total de quatro quilómetros, anunciada, recentemente, pelo presidente do MPLA, João Lourenço, à margem de um acto político de massas, em Mbanza Kongo, no quadro da pré-campanha eleitoral, Augusto Tiago admitiu ser uma empreitada que vai conferir outra imagem à vila.

Para assinalar a efeméride, a administração municipal programou um conjunto de actividades de carácter cultural, recreativo e desportivo, que decorrem desde a semana passada, com destaque para o "Grande Prémio do Nzeto" em ciclismo, disputado por ciclistas profissionais das equipas "Tchaco", "BSP" e "ACT", saídos da capital do país, Luanda.

3.18 Requalificação do “Sabadão” tem início no próximo mês

Jornal de Angola

18 De Maio de 2022

Texto: Manuel Barros

As obras de requalificação do Mercado do Sabadão, localizado na comuna da Funda, município do Cacucaco, província de Luanda, têm início no próximo mês de Junho, anunciou, esta terça-feira, naquela localidade, o administrador comunal.

Alfredo Bonifácio acrescentou que a requalificação do mercado visa melhorar a imagem do local e acomodar melhor os vendedores.

"A partir de Junho tem início a montagem de mais duas naves de 30 metros de comprimento e 100 de largura, com o objectivo de criar mais espaço para venda de produtos e facilitar a movimentação dos vendedores e clientes", garantiu o administrador Alfredo Bonifácio.

Actualmente, acrescentou, o Mercado do Sabadão é o segundo maior do município de Cacucaco vocacionado à comercialização de produtos provenientes do campo e tem capacidade para seis mil bancadas.

Segundo Alfredo Bonifácio, neste mês o mercado está quase vazio, devido à falta de produtos agrícolas, uma vez que não há colheita em grande escala.

"Todos os anos é assim nesta época, o mercado fica vazio por falta de produtos, enquanto se espera pela colheita, que normalmente começa nos finais de Maio e vai até Junho", salientou.

O mercado conta com 20 fiscais de cobrança e dez seguranças, que asseguram a tranquilidade no recinto e arredores, sobretudo durante o período nocturno.

Quanto às receitas, o Mercado do Sabadão arrecada aproximadamente 400 mil kwanzas por dia, dependendo do período do ano, como resultado do pagamento das quotas cobradas diariamente a cada vendedor, sublinhou o administrador.

"Cada vendedor paga por cada metro quadrado 100 kwanzas, acrescentando mais 50 da taxa de limpeza e saneamento diária, que é assegurada por 20 trabalhadores, que têm um caminhão e três motos de três rodas, para a recolha de resíduos sólidos.

3.19 Por cada quatro empregos criados três foram a informalidade

Jornal Expansão

20 De Maio de 2022

Texto: Joaquim José Reis

Nos primeiros três meses do ano há mais 330.876 angolanos a trabalhar face ao final de 2021, mas três em cada quatro empregos gerados neste período foram para a informalidade e apenas um para a formalidade, de acordo com cálculos do Expansão com base no Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística (INE), relativo ao I trimestre deste ano.

Segundo o relatório, no universo da população em idade activa (pessoas com 15 ou mais anos de idade), 11.218.924 pessoas (mais dos 330.876 que no final de 2021), declararam que trabalharam no período de referência, num trabalho por conta de outrem, conta própria ou trabalharam num negócio familiar, durante pelo menos uma hora.

Contas feitas, dos 330.876 postos de trabalho gerados entre Janeiro e Março, 246.656 encontraram o ganha-pão das suas famílias nos biscates da informalidade, e apenas 84.220 conseguiram um emprego formal, com mais garantias de segurança para o trabalhador,

Este é mais um sinal claro de que após cinco anos em recessão, a economia não está a conseguir ainda gerar os postos de trabalho formais necessários para absorver a população que cresce a uma média superior a 3% ao ano. Ou seja, Angola tem estado ano após ano a criar mais pobres, pois não consegue criar empregos para absorver a quantidade de cidadãos que entram em idade activa para trabalhar.

A crueldade dos números mostram-nos que antes da pandemia, no final de 2019, Angola tinha 9.924.675 empregados, dos quais apenas 2.530.792 tinha emprego formal. Já no final de Março deste ano, o País tinha apenas 2.184.032 pessoas com trabalhos formais, ou seja, menos 346.760 face a 2019. Ainda que ligeiramente, este número tem vindo a recuperar desde 2020, ano em que se tinham perdido 466.980 empregos formais face a 2019. No final de 2021 recuperaram-se 36.000 postos de trabalho formais face aos 466.980 perdidos.

Em Angola, a maioria das pessoas empregadas encontra-se assim no sector informal (80,5%). No final do I trimestre a maioria das pessoas com emprego informal eram trabalhadores por conta própria (49,3%), trabalhadores familiares (34,4%) e trabalhadores para o consumo próprio (9,3%). A taxa de emprego informal é maior na área rural do que na área urbana (95,6% e 66,0%) respectivamente.

Mas se o emprego aumentou 3% no I trimestre deste ano, o desemprego caiu 6,6% para um total de 4.995.991 angolanos que não tinham trabalho remunerado nem qualquer outro e estavam disponíveis para trabalhar, totalizando menos 352.632 que em Dezembro de 2021. A taxa de desemprego caiu, assim, de 32,9% no final de 2021 para 30,8% no I trimestre deste ano, sendo mais elevada para as mulheres. A taxa de desemprego na área urbana (41,7%) é cerca de 3 vezes superior à da área rural (14,3%).

3.20 Jovens recebem kits para o auto-emprego

Jornal de Angola

21 De Maio de 2022

Texto: Elautério Silipuleni

Ao todo, 158 jovens dos municípios da Cahama, Curoca e Cuvelai, na província do Cunene, receberam, quarta-feira (9), kits profissionais para os auto-empregos, no âmbito da quarta fase do Plano de Acção de Promoção da Empregabilidade (PAPE), em curso no país.

Deste número 98 são do município da Cahama, 50 do Cuvelai e dez do Curoca. Receberam kits para carpinteiro, electricidade, serralharia, cabeleireiro, agricultura, alvenaria ladrilho, pastelaria, corte e costura e cozinha, além de microcréditos avaliados em 320 mil kwanzas.

O director-geral do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Manuel Mbangui, disse que a entrega destes meios, prevê a criação de cerca de 500 postos de trabalho, elevando para mais de mil empregos criados na província do Cunene, no âmbito da implementação PAPE.

Manuel Mbangui apelou aos jovens beneficiários para o uso responsável dos meios, no sentido de poderem gerar emprego e se tornarem auto-sustentáveis e ajudar outros jovens desempregados.

3.21 PREI formalizou 170 mil operadores

Jornal de Angola

25 De Maio de 2022

Texto: Ana Paulo

A primeira fase do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) permitiu a formalização efectiva de 170 mil operadores económicos, dos quais 74 por cento mulheres, de acordo com o director do Gabinete de Política de População do Ministério da Economia e Planeamento, Adriano Celso Borja.

Projectado para o quinquénio 2018-2022, com o lançamento do processo a nível dos mercados municipais informais do país, o programa já beneficiou operadores económicos de 14 províncias, das 18. Em falta estão Cuanza-Sul, Benguela, Cuando Cubango e Cabinda.

Adriano Celso Borja, que mais uma vez, apresentou o balanço semanal do sector económico, no âmbito do PREI, realçou que, entre as províncias que mais formalizaram, Luanda lidera com 52 por cento, seguida pela Huíla (12 por cento) e Namibe (8,00 por cento).

Ainda este mês, disse Adriano Celso Borja, as jornadas de campo vão chegar às províncias do Cuanza-Sul (dia 26), Benguela (dia 30) e Cuando Cubango (dia 31). A data para Cabinda está a ser revista. Nas quatro províncias em falta espera-se formalizar a actividade de mais de 32 mil empreendedores.

A segunda fase do PREI será lançada em Janeiro de 2023 e contará com um apoio orçamental de 55 milhões de euros, que serão distribuídos por sectores pertencentes à Comissão Multisectorial. No primeiro semestre de 2023 será lançada uma campanha intensiva, com o envolvimento dos 164 municípios, de forma a integrar maior número de operadores informais.

A primeira fase, iniciada em 2021, não permitiu a penetração em muitas áreas do país, onde se concentra a actividade informal intensa. "Daí que, no próximo apoio financeiro, dar espaço a todo vapor", frisou Adriano Celso Borja.

Entre o segundo semestre de 2023 e primeiro de 2024 está prevista a implementação de uma solução integrada de formalização de todas as actividades económicas. O processo será de forma mais digitalizada e desburocratizada, para que se efective em qualquer parte do país.

3.22 Funcionários do BNA «consumiram» em salários 150 milhões USD em 2021

Jornal Expansão

27 De Maio de 2022

Texto: Jorge Batalha

Os taxistas que trabalham nas operadoras de táxis personalizados, em conversas com a equipa de reportagem do Novo Jornal, apontam a falta de regulação de preços e a ausência de segurança como os principais obstáculos no seu dia-a-dia.

Motorista da transportadora Karrega, que pediu anonimato, refere, por exemplo, que cada operadora de táxi tende a estipular o preço a cobrar por corrida.

"Na verdade, precisamos de um regulador de preços, porque cada empresa que entra para o mercado vem com a sua tabela de preço e cria concorrência. Mas, devia ser uma concorrência no bom sentido, porque, na minha opinião, a concorrência devia constar na qualidade do serviço", detalhou o condutor.

Por outro lado, aquele taxista de 38 anos, morador do bairro Cassequer, com uma bagagem de sete anos em transportação de pessoas, abre o seu coração, apresentando Q quadro de insegurança que se vivencia no dia-a-dia do sector.

O nosso interlocutor detalha que, de Dezembro de 2021 até agora, na placa do largo do Soweto, nas proximidades do Cine Atlântico, quatro colegas seus, em ocasiões diferentes, receberam chamadas telefónicas de alegados clientes para transportá-los, mas que, na verdade, eram meliantes, porque os colegas acabaram mortos.

"Como os meliantes já sabem que nós, os motoristas, não temos sítios para fazer o depósito de valores monetários no período nocturno e no dia seguinte temos de ir prestar contas à empresa, então, somos os alvos preferidos deles", manifestou o sentimento de insegurança o jovem de 38 anos que já perdeu quatro companheiros de trabalho.

À semelhança do motorista da Karrega, Benedito Pedro, de 41 anos, trabalhador da empresa Alio Táxi, defende a supervisão dos serviços prestados, bem como o controlo dos preços implementados pelas transportadoras, referindo que, muitas vezes, há especulações.

"Não tem um regulador. E [cada operadora] tem os seus critérios para dar os seus preços. Ninguém supervisiona isso. Se o cliente questionar, eles podem reduzir o preço. Muitas vezes, não é a empresa que

taxa o preço, é o próprio motorista que acrescenta no preço que recebeu das empresas, explicou.

A título de exemplo, a empresa de táxi personalizado T'Leva tem o valor base da corrida estimado em 1.000 kwanzas, avançou o motorista Adilson Domingos, esmiuçando que, num percurso de até 4 km, o valor da companhia de táxi supracitada permanece na cifra de 1.000 kz, havendo, deste modo, alteração quando passa ou atinge os 5 Km, verificando um aumento aproximado de 100 a 200 km, perfazendo, uma tarifa de 1.200 kz numa corrida para um trajecto de 5 Km.

Para este taxista, o serviço de táxi é "bom", porém, também se queixa dos riscos inerentes à actividade, com des1aque para a "calada da noite", sugerindo, no entanto, uma medida para colmatar a situação. "É preciso uma base de dados sólida de clientes para evitar que clientes sem cadastros liguem e chamem o taxista. Os clientes devem dar informações concretas para estarem na base de dados para sabermos quem estamos a levar".

O CEO da operadora de transporte Bazei Angola, Isaac Silva, apresenta que a tarifa base da empresa que dirige está fixada em 700 kz, sendo acrescido 170 kz por Km.

"A tarifa base são 700 kz e a tarifa por Km é 170 kz. Então, ele faz o cálculo. Só ao chamares eu te cobro 700 kz. O carro a andar eu vou te cobrar 170 por Km", pormenorizou

Exemplifica, entretanto, que, numa corrida do Patriota à Mutamba, a tarifa a ser cobrada atinge a cifra de 4.168 kz.

Actividade de táxi personalizado começou há 20 anos

O começo da actividade de táxi personalizado remonta ao ano de 2002, como artífice a operadora de transporte Macon, com o serviço denominado Macon Táxi, tendo sido seguida pelas operadoras Afritáxi, Morvic táxi e tantas outras.

No passado, os táxis personalizados tinham como base o Aeroporto 4 de Fevereiro e as grandes superfícies comerciais, sendo que a maioria dos usuários deste serviço eram cidadãos estrangeiros.

3.23 Rua Lino Amezaga está mal

Jornal o País

27 De Maio de 2022

Texto: Lau Manuel

Caro coordenador do jornal O PÁIS, desejo-lhe saúde, paz e amor nesta Sexta-feira!

Rua Lino Amezaga, no Rangel, entre o Mercado dos "Congolenses" e a Terra Nova, em Luanda, está mal. Buracos e senhoras a venderem sobre o passeio é a realidade nua e crua todos os dias naquela zona.

Penso que as autoridades locais já perderam a conta e a paciência de quantas vezes já tentaram fazer 'para melhorar e disciplinar a venda ambulante e parada na rua em questão.

A administração local também já recebeu muitas cartas de moradores, mas nem água vai nem água vai, por isso espera-se que as autoridades, ao mais alto nível, consigam dar a volta ao resultado.

É que os buracos dificultam o trânsito automóvel naquela rua, sendo que as viaturas acabam danificadas e ninguém depois assume os danos

Nestes termos, é preferível declarar-se que as autoridades estão sem verbas e cada morador ou empresário local contribua para se fazer alguma coisa na via.

Esperar pelo Governo, local ou central, está muito difícil, logo os cidadãos já não sabem o que fazer, além de que muitos moradores continuam agastados e já discutiram com os funcionários da administração do Rangel.

Na Rua Lino Amezaga pode-se ver também lixo e outros agentes que contribuem para a poluição do ar que se respira todos os dias. Está demais!

3.24 Taxistas exigem criação de pacotes de crédito especial

Jornal Expansão

27 De Maio de 2022

O vice-presidente da Associação dos Taxistas no Huambo, Abraão José, pediu, nesta terça-feira, a inclusão dos associados nos projectos de acesso ao crédito e de fomento da empregabilidade, na perspectiva do aumento da renda familiar.

Em declarações à Angop, notou que, até ao momento, nenhum taxista controlado pela associação foi inscrito para beneficiar do Programa de Acção

para Promoção da Empregabilidade, do crédito à habitação, ao transporte, entre outros.

A par desta situação, informou que muitos dos profissionais são maltratados pelos proprietários das viaturas, com a cessação arbitrária dos contratos. Face à situação, Abraão José pede ao Estado que interceda junto das instituições financeiras para a criação de pacotes de crédito à compra de viaturas, entre cinco milhões e sete milhões de kz, a serem reembolsados num período não inferior a dois anos.

Segundo o vice-presidente da Associação dos Taxistas no Huambo, ao contrário do passado, o taxista de hoje tem muitos meios para pagar o crédito, coma possibilidade de hipoteca de bens móveis e imóveis, no caso de incumprimento.

G.X.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 A dívida pública deixou de ser um problema

Jornal Expansão

6 De Maio de 2022

Entre 2010 e 2014 o stock da dívida pública teve um comportamento estável e com tendência de redução. O peso da dívida sobre o PIE situou-se em torno de 32,8%, tendo chegado a 26,1% em 2012. Esta performance foi sustentada pelos altos preços do barril do petróleo. Neste período, o barril custou em média 102 USD, tendo chegado a custar 111,6 USD em 2012 (gráfico 1). Neste período, a dívida era maioritariamente interna (53%) e a externa era essencialmente bilateral (58,26%) sendo os principais credores a China e o Brasil.

A redução do preço do barril do petróleo em Junho de 2014 marcou o início de uma história bem diferente na dinâmica da dívida pública em Angola. Entre 2015 e 2020, a dívida pública em proporção do PIB registou um crescimento de 126%, passando de 58% para 128,5%. Em 2013 o peso era de apenas 33%; ou seja, entre 2013 e 2016 a dívida passou de 33% do PIE (45 mil milhões USD) para 75% (76 mil milhões USD). Portanto, um aumento de cerca de 30 mil milhões USD em menos de três anos. Sendo que, a Lei do OGE (1) que impedia que a dívida pública passasse a barreira dos 60% do PIE foi, convenientemente, alterada/ignorada nesta altura.

No final de 2021 o stock da dívida rondava os 39,4 biliões de Kwanzas, o equivalente a 69,9 mil milhões USD (2). Depois de ter atingido o pico de 128,5% do PIE, a dívida começa dar sinais de redução, podendo se situar em 95% do PIB em 2021, impulsionada pelo aumento considerável do PIE nominal (44% entre 2020 e 2021) (3) e pela apreciação do Kwanza no último semestre de 2021. Efeitos de um preço do barril do petróleo generoso, como se pode deduzir da relação inversa e quase perfeita (Gráfico 1) entre a dinâmica da dívida e comportamento do preço do barril de petróleo.

Entretanto, a situação não só ainda inspira cuidados como nos próximos anos o serviço da dívida continuará a "abocanhar" metade do orçamento. Mais de 75% da dívida está expressa em moeda

estrangeira, fazendo com que a dívida seja altamente vulnerável a variações no preço do petróleo e à depreciação da taxa de câmbio. Vê-se no gráfico 2 que, nos últimos anos, a dívida externa passou a ser maioritariamente comercial e multilateral (entre 2020 e 2021)

No final de 2021, a dívida comercial atingiu os 21,6 mil milhões USD, sendo que mais de 76% era devida aos bancos institucionais chineses (ou seja, 35% do total da dívida externa) (4). Os credores bilaterais detinham 11,8% (5,5 mil milhões USD), enquanto os multilaterais 17,5% (8,2 mil milhões USD). Entre 2016 e 2021 o stock da dívida em Eurobonds passou de 2 mil milhões para 8 mil milhões USD (17,1% da dívida externa).

Em 2020, Angola conseguiu duas moratórias no pagamento do serviço da dívida que ajudaram a alterar o perfil do serviço e reduzir a pressão sobre a tesouraria.

No âmbito do DSSI (Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida) e outra dos bancos chineses (S) . Estes acordos incluem a moratória no pagamento do capital de três anos (de 2020 a 2023), sendo que o capital deverá ser pago até 2030, começando em meados de 2023. Esta operação permitiu em termos acumulados um alívio financeiro em torno de 7 mil milhões USD. É preciso não confundir estas operações com perdão da dívida. Entre 2023 e 2025 serão necessários 6 mil milhões USD por ano para fazer face ao serviço da dívida (em torno de 5-5% do PIB) (6). Ou seja, a pressão foi transferida para o futuro.

Por um lado, uma combinação de preços do petróleo em alta, moratória no pagamento da dívida, redução dos défices orçamentais, crescimento do PIB nominal e apreciação da taxa de câmbio têm contribuído para um abrandamento na preocupação com a dinâmica da dívida pública. Por outro lado, é preciso não perder de vista que os riscos continuam extremamente altos. Indisciplina orçamental (motivada pelas eleições) redução no preço do petróleo e um choque nas taxas de juros mundiais podem rapidamente "causar calemas" no mar de dívida pública acumulada nos últimos 7 anos.

4.2 Angola gastou 2,2 mil milhões USD com subsídios aos combustíveis

Jornal Expansão

20 De Maio de 2022

Texto: Joel Costa

Angola gastou 1,2 biliões kz, o equivalente a 2,2 mil milhões USD, para cobrir as despesas com os subsídios aos combustíveis em 2021, revelou o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) num relatório publicado no seu website.

De acordo com o relatório do IGAPE, no ano passado o Estado gastou 645 mil milhões kz a subsidiar o gasóleo, o que segundo cálculos do Expansão dá quase 1.140 milhões USD. Com a gasolina foram gastos 358 mil milhões de kwanzas que são 638 milhões USD. O resto foi gasto com subsídios ao LPG e petróleo iluminante. Contas do Expansão demonstram que nos dados do acumulado até ao 40 trimestre de 2021 a gasolina em Angola devia custar em média 355,93 Kz, bastante abaixo do valor que os cidadãos pagaram nos postos de abastecimento, de 160 Kz por litro, o que significa que há um subsídio implícito. na ordem dos 195 Kz por litro.

No caso do gasóleo também no acumulado do 40 trimestre cada litro devia ter custado 388 Kz em média, abaixo dos 135 Kz a que é vendido. Ou seja, o Estado subsidiou cada litro de gasóleo em 253 Kz.

A questão dos subsídios aos combustíveis tem sido um tema que divide opiniões, para alguns especialistas apenas beneficia os mais ricos e deve ser retirado, para outros ajuda a reduzir o custo de vida das populações mais carência das que usamos transportes públicos e privados para se deslocar.

Há ainda quem defenda que os subsídios fazem mais mal que bem à economia em especial na actividade da petrolífera estatal angolana, que tem visto nos últimos anos a sua dívida financeira relacionada com a importação dos combustíveis manter-se ao mesmo nível numa altura que precisa de a reduzir.

Tal como noticiou o Expansão na edição anterior, o Executivo tem um acordo com o Banco Mundial e com o FMI para iniciar a retirada aos subsídios a partir de Janeiro de 2023, depois de já ter adiado essa meta várias vezes. De qualquer modo, no início desta semana o Presidente da República, João Lourenço revelou que a conclusão das refinarias vai permitir baixar o preço da gasolina, o que segundo

especialistas do sector será altamente improvável nos próximos tempos.

Para medir o impacto da retirada os preços dos combustíveis na economia, o Expansão analisou quanto pagariam alguns cidadãos no ano passado caso os subsídios aos combustíveis já tivessem sido retirados. No caso um cidadão que tenha uma viatura Land Cruiser, precisa de pelo menos 87 litros de combustível para abastecer o tanque do seu automóvel. Se o motor for a gasolina, o Estado teria poupado 16.926 Kz em subsídios cada vez que esta viatura fosse abastecida no ano passado. Já o proprietário do automóvel teria gasto 29.886 Kz sempre que tivesse que abastecer a sua viatura, em vez dos actuais 13.920 Kz.

Por outro lado, se o motor dessa viatura fora gasóleo, os cofres públicos teriam deixado de gastar 21.750 Kz cada vez que o condutor abasteceu o seu automóvel. E o condutor teria gasto 33.756 Kz para abastecer a sua viatura.

Olhando para um período em que os preços do petróleo estão tão elevados como nos dias de hoje, de acordo com o site global petrol prices, o preço médio da gasolina no mundo neste período é 1,36 USD, o que à taxa de câmbio média desta quarta-feira é equivalente a 558,741 Kz por litro. E em Angola como os preços são fixos, o litro de gasolina custa 160 Kz, com a diferença entre o preço real e o preço a que é vendida a ser suportada pelos cofres públicos.

Preços baixos

Incentivam contrabando Angola tem o menor preço de combustíveis na Comunidade de Desenvolvimento de países da África Austral (SADC) e o 7º preço de combustível mais baixo do mundo. O facto de o preço de gasolina em Angola ser em entre 3 e 5 vezes inferior ao de países vizinhos tem propiciado o contrabando. O que faz com que do valor gasto pelo Estado para subsidiar os combustíveis, uma parte esteja a beneficiar os países vizinhos.

Não se sabe quanto Angola perde com o desvio de combustíveis para as vizinhas repúblicas do Congo, Zâmbia e Namíbia, mas o Expansão apurou que o Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo (IRDP) pretende fazer uma estimativa para medir o impacto do contrabando dos combustíveis, essencialmente gasolina e gasóleo, para os países com os quais Angola partilha fronteiras.

Entre os países vizinhos, a maior diferença de preços está com a Zâmbia, onde o litro de gasolina custa quase 1,4 USD, ou seja 575 Kz, quase quatro vezes

mais do que custa em Angola (ver tabela). A menor diferença de preços da gasolina entre os vizinhos encontra-se na Namíbia e no Congo Democrático onde cada litro é comercializado a 1,1 USD, equivalente a 451,930 Kz, pouco mais de 3 vezes mais caro que em Angola onde cada litro custa 39 cêntimos de USD de acordo com o site globalpetrolprices.com

Numa tentativa de tirar o máximo proveito da baixa de preços nos países vizinhos, a petrolífera estatal, Sonangol traçou a estratégia de entrar para o segmento de Downstream no Congo e na Namíbia de modo a aproveitar os preços altos lá praticados para maximizar as margens de venda do petróleo no Congo, Namíbia e Zâmbia. Entretanto, esta entrada está dependente da arrecadação de dinheiro fresco pela petrolífera que recentemente colocou à venda 8 blocos petrolíferos, tendo assinado contratos que lhe permitirão encaixar quase mil milhões USD com a venda parcial de participações em 4 blocos em produção e dois em fase de exploração.

4.3 OGE contempla projectos escolhidos pelos cidadãos

Jornal de Angola

28 De Maio d 2022

Texto: Mazarino da Cunha

O Orçamento Geral do Estado (OGE) do ano em curso contempla, pela primeira vez, 610 projectos escolhidos, directamente, por cidadãos de 142 municípios das 18 províncias, por via do Orçamento Participativo, revelou, quinta-feira, em Luanda, o secretário de Estado para as Autarquias Locais.

Márcio Daniel, ao intervir na cerimónia de lançamento do relatório final do Fórum Municipal de Recolha de Contribuições para a Elaboração do Orçamento das Administrações Municipais, que decorreu na Escola de Administração e Políticas Públicas (ENAPP), disse que o exercício foi feito com a contribuição de 32 Organizações Não Governamentais, sendo designado Orçamento Participativo (OP).

De acordo com o governante, os 610 projectos contemplados no OGE 2022 vão responder, de forma concreta e imediata, as reais necessidades nos diversos domínios da vida das populações.

Os projectos, tidos como prioritários e escolhidos pelos cidadãos, abrangem o Sector Social, com maior ênfase para a Saúde, Educação, Energia e Águas, Saneamento, Assistência Social e Ambiente. Pela primeira vez, segundo Márcio Daniel, os problemas

que afligem os municípios vão ser resolvidos de acordo com as prioridades localmente identificadas, e não como era feito anteriormente, com decisões tomadas pelas autoridades administrativas dos municípios.

O relatório final do Fórum Municipal de Recolha de Contribuições para a Elaboração do Orçamento das Administrações Municipais vai permitir que cada orçamento tenha resultados concretos nas execuções políticas e financeiras.

Procedimento aglutinador

A secretária de Estado para o Orçamento, Aia Eza da Silva, considerou o Orçamento Participativo um procedimento aglutinador, "porque potencia as administrações municipais, os cidadãos, as organizações da sociedade civil e os parceiros internacionais".

O Orçamento Participativo, disse, converte-se, assim, num instrumento muito importante dirigido directamente aos cidadãos para a consolidação de um modelo de sociedade que conta com todos. "O Orçamento Participativo é uma actividade que vai promover a gestão participada, democrática e partilhada dos recursos públicos, bem como estimular o exercício da cidadania junto das comunidades locais", previu a secretária de Estado.

Nesta conformidade, referiu que os actos da Administração Pública devem ser um mecanismo de acompanhamento e controlo da gestão da coisa pública, precisamente por permitir ao cidadão, não só decidir as suas prioridades, mas também acompanhar a sua execução.

Aia Eza da Silva afirmou que o Executivo está a desenvolver acções para melhorar os procedimentos na gestão dos recursos públicos, tratando da mesma forma todos os projectos, mesmo que sejam os escolhidos pelos municípios. Assim, disse, os mesmos devem obedecer a regras do OGE, porque apresenta de forma global os problemas.

Referiu que o Orçamento Participativo vai ser concretizado de forma permanente. "Estamos a demonstrar o caminho adequado na execução do Orçamento Geral do Estado, através do Orçamento Participativo, realçando que a realização dos anseios da população é o objectivo primordial do Executivo", disse.

O relatório final do Fórum Municipal de Recolha de Contribuições para a Elaboração do Orçamento das Administrações Municipais foi promovido pelo Ministério da Administração do Território MAT, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD), e contou, igualmente, com a contribuição de 32 organizações da sociedade civil. Participaram no evento de quinta-feira, membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, governadores, administradores municipais, representantes das ONG, da sociedade civil e estudantes.

5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Projecto legislativo para Administração local

Jornal de Angola

7 De Maio de 2022

Texto: Maximiano Filipe

Um projecto visa contribuir para o crescimento económico e o desenvolvimento social, por meio de uma participação inclusiva, heterogénea e efectiva da sociedade civil no processo de governação foi lançado, ontem, na cidade de Benguela.

Denominado Pascal, o projecto, financiado pela Comissão Europeia, tem ainda como objectivos contribuir e melhorar o quadro legislativo, regulamentar e institucional, em matéria de governação participativa, reformar e aumentar a participação da sociedade civil, em particular dos sub-representados na tomada de decisão, como as mulheres e a juventude.

Visa ainda aumentar o nível de informação e de sensibilização dos cidadãos, em especial das mulheres e da juventude, sobre os seus direitos, o trabalho das instituições públicas, a descentralização e a governação participativa.

O director do projecto, Pablo Déan, informou que o mesmo está orçado em 5,8 milhões de Euros, para um tempo de execução de 48 meses, a contar de Junho de 2021, altura em que o mesmo arrancou.

O projecto está a ser implementado em todo o país, com acções centradas nas províncias de Luanda, Benguela, Huambo, Huíla e Malanje, cobrindo 25 municípios.

Em Benguela estão abrangidos os municípios do Balombo, Catumbela, Cubal, Benguela e Ganda.

Para o responsável do projecto, Angola fez um progresso substancial, desde o final da guerra, em 2002, adicionado a isso, com o Presidente João Lourenço, iniciou-se um novo percurso político com objectivos bastante ambiciosos, visando melhorar a governação, promoção da descentralização e aumento da autonomia.

O acto de lançamento foi testemunhado pelo director provincial dos Registos, Tuca Manuel, os

administradores de Benguela, Paula Correia, do Cubal, Paulino Banja, do Balombo, Luciana Moma, Catumbela, Kátia Teixeira e da Ganda, Francisco Prata.

5.2 As administrações municipais emitem alvarás comerciais

Jornal Luanda

16 De Maio de 2022

As administrações municipais da província de Luanda começam, a partir deste trimestre, a emitir alvarás e registo de pequenas superfícies comerciais, reafirmou o director do Gabinete provincial para o Desenvolvimento Económico Integrado, Pedro Palata.

Pedro Palata, que falava no final da quarta sessão ordinária do Governo Provincial de Luanda, orientada pela governadora Ana Paula de Carvalho, disse que será feita a desconcentração para o licenciamento de pequenas superfícies comerciais, procedimento antes feito pelo GPL.

O director acredita que estão, finalmente, criadas as condições em termos legislativos e da plataforma integrada de licenciamento das actividades comerciais para que o procedimento seja efectuado nos municípios.

Explicou que inicialmente, o processo pode ser feito por via do portal com a inserção dos dados, e o alvará comercial poderá ser entregue por correio electrónico.

Em relação ao município da Quiçama, Pedro Palata explicou que os agentes económicos daquela circunscrição poderão fazer o pedido na repartição local e posteriormente enviar para a província para sua emissão até que seja resolvida a questão das comunicações.

O alvará comercial é um documento legal, de âmbito nacional, que habilita a pessoa singular ou colectiva com capacidade financeira e civil o exercício da actividade comercial e de prestação de serviços mercantis.

À luz da legislação vigente em Angola, o pedido de alvará comercial pelas empresas deve ser acompanhado dos seguintes documentos: escritura de constituição da sociedade, comprovativo da inscrição na área fiscal competente, certidão de registo comercial, certificado do registo criminal dos representantes da empresa e parecer fundamentado sobre o enquadramento urbanístico da infra-estrutura comercial e interesse económico e social da mesma.

Na prática, o processo de aquisição do alvará comercial inicia-se com um pedido de licenciamento do imóvel onde será instalado o estabelecimento, apresentado junto da Administração Municipal da localização do referido imóvel. Segundo exigência de algumas Administrações Municipais, a instrução do processo de licenciamento referido exige os seguintes documentos: requerimento, estatuto da empresa publicado no Diário da República, Certidão Comercial, Cartão de contribuinte, croquis de localização, titularidade do imóvel, documentos dos "sócios" e indicação do terminal telefónico. O citado licenciamento culmina, com a emissão de um "parecer fundamentado sobre o enquadramento urbanístico, o interesse económico e social da infra-estrutura comercial". Com esse parecer pode-se instruir o processo de aquisição do alvará comercial, nos termos previstos na lei.

5.3 Municípios de Luanda já podem emitir alvarás

Jornal Expansão
6 De Maio de 2022

As administrações municipais da província de Luanda começam, a partir deste trimestre, ao emitir alvarás e registo de pequenas superfícies comerciais, confirmou o director do Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Económico Integrado, Pedro Palata.

Pedro Palata, que falava nesta segunda-feira no final da quarta sessão ordinária do Governo Provincial de Luanda, informou que será feita a desconcentração para o licenciamento de pequenas superfícies comerciais, procedimento que antes era exclusividade do Governo da Província de Luanda (GPL).

O director acredita que estão, finalmente, criadas as condições em termos legislativos e da plataforma integrada de licenciamento das actividades comerciais, para que o procedimento seja efectuado nos municípios. Explicou que, inicialmente, o processo pode ser feito por via do portal, com a inserção dos dados, sendo o Alvará Comercial entregue por correr o electrónico.

Em relação ao município da Quiçama, Pedro Palata explicou que os agentes económicos daquela circunscrição podem fazer o pedido na Repartição local e posteriormente enviar para a província para emissão, até que seja resolvida a questão das comunicações.

G.X.

5.4 Poder tradicional com novos órgãos

Jornal de Angola
22 De Maio de 2022
Texto: Victor Pedro

A Assembleia Constituinte das Autoridades Tradicionais, reunida na vila do Úko-Seles, província do Cuanza-Sul, constituiu o Conselho Nacional do Poder Tradicional de Angola (CNPTA), tendo eleito, a seguir, os órgãos sociais do respectivo conselho, substituindo as associações das autoridades tradicionais vigentes.

A assembleia reuniu um total de 146 participantes provenientes de todo o país, entre reis, sobas grandes e pequenos séculos, e foi testemunhada por membros do Governo Provincial do Cuanza-Sul, com destaque para os directores provinciais da Cultura, Turismo e Ambiente, além de outros convidados.

Assim, foram extintas, desde a última sexta-feira, as associações como Assat, Natral, Kakat, Anandongo, cuja natureza foi considerada extemporânea, tendo a Assembleia Constituinte exigido a apresentação da declaração de desvinculação. Para a Assembleia-geral do Conselho Nacional do Poder Tradicional de Angola, foram eleitos para presidente da mesa, com 104 votos, 21 abstenções e zero contra, o rei José Muachissengue, da região das Lundas, enquanto para vice-presidentes o rei do Bailundo, Isaac Francisco, e o rei Mário Satiponda, do Cunene.

Para secretário da mesa foi eleito o soba grande do Uíge, Miguel Vingu, enquanto o rei do Amboim, Lemos Gerónimo e Mariana Salvador são 1º e 2º vogais, respectivamente. Durante o conclave, o corpo directivo do Conselho Nacional do Poder Tradicional de Angola elegeu o soba grande do Seles, Miguel Filipe Matias ao cargo de presidente de Direcção, o rei do Huambo, Artur Maço, e o rei de Cuando-Cubango, Manuel Dala, assumiram as pastas de vice-presidentes.

Foram igualmente eleitos o soba grande de Luanda, João Adão, ao cargo de secretário, o soba da Quissama assumiu as funções de secretário para as Finanças, enquanto para primeiro e segundo vogais foram eleitos Ernesto Chinduli e o soba grande do Bié, Afonso Wambembe.

A assembleia constituinte elegeu para o Conselho Fiscal o soba grande de Benguela, e para o Conselho Jurisdicional o soba grande do Cacucaco, António Falcão. Para o Conselho de Estudos, Projectos e Produção, foram eleitos o soba grande da Catumbela, Luís Acandeja, soba grande do Sumbe, Augusto

Fiteira, soba grande do município de Cassongue, soba grande de Porto-Amboim, Júnior João Tandés.

Por último, a assembleia constituinte elegeu para o Conselho de Comunicação, Marketing e Relações Públicas, o soba do Bié, Domingos Caquinda, Quindumbo da Cunha, Valdemiro Bailundo e Mutximeno Bernardo. O desafio da direcção é proteger os interesses do Conselho Nacional do Poder Tradicional.

5.5 OGE contempla projectos escolhidos pelos cidadãos

Jornal de Angola

28 De Maio d 2022

Texto: Mazarino da Cunha

O Orçamento Geral do Estado (OGE) do ano em curso contempla, pela primeira vez, 610 projectos escolhidos, directamente, por cidadãos de 142 municípios das 18 províncias, por via do Orçamento Participativo, revelou, quinta-feira, em Luanda, o secretário de Estado para as Autarquias Locais.

Márcio Daniel, ao intervir na cerimónia de lançamento do relatório final do Fórum Municipal de Recolha de Contribuições para a Elaboração do Orçamento das Administrações Municipais, que decorreu na Escola de Administração e Políticas Públicas (ENAPP), disse que o exercício foi feito com a contribuição de 32 Organizações Não Governamentais, sendo designado Orçamento Participativo (OP).

De acordo com o governante, os 610 projectos contemplados no OGE 2022 vão responder, de forma concreta e imediata, as reais necessidades nos diversos domínios da vida das populações.

Os projectos, tidos como prioritários e escolhidos pelos cidadãos, abrangem o Sector Social, com maior ênfase para a Saúde, Educação, Energia e Águas, Saneamento, Assistência Social e Ambiente. Pela primeira vez, segundo Márcio Daniel, os problemas que afligem os municípios vão ser resolvidos de acordo com as prioridades localmente identificadas, e não como era feito anteriormente, com decisões tomadas pelas autoridades administrativas dos municípios.

O relatório final do Fórum Municipal de Recolha de Contribuições para a Elaboração do Orçamento das Administrações Municipais vai permitir que cada orçamento tenha resultados concretos nas execuções políticas e financeiras.

Procedimento aglutinador

A secretária de Estado para o Orçamento, Aia Eza da Silva, considerou o Orçamento Participativo um procedimento aglutinador, "porque potencia as administrações municipais, os cidadãos, as organizações da sociedade civil e os parceiros internacionais".

O Orçamento Participativo, disse, converte-se, assim, num instrumento muito importante dirigido directamente aos cidadãos para a consolidação de um modelo de sociedade que conta com todos. "O Orçamento Participativo é uma actividade que vai promover a gestão participada, democrática e partilhada dos recursos públicos, bem como estimular o exercício da cidadania junto das comunidades locais", previu a secretária de Estado.

Nesta conformidade, referiu que os actos da Administração Pública devem ser um mecanismo de acompanhamento e controlo da gestão da coisa pública, precisamente por permitir ao cidadão, não só decidir as suas prioridades, mas também acompanhar a sua execução.

Aia Eza da Silva afirmou que o Executivo está a desenvolver acções para melhorar os procedimentos na gestão dos recursos públicos, tratando da mesma forma todos os projectos, mesmo que sejam os escolhidos pelos munícipes. Assim, disse, os mesmos devem obedecer a regras do OGE, porque apresenta de forma global os problemas.

Referiu que o Orçamento Participativo vai ser concretizado de forma permanente. "Estamos a demonstrar o caminho adequado na execução do Orçamento Geral do Estado, através do Orçamento Participativo, realçando que a realização dos anseios da população é o objectivo primordial do Executivo", disse.

O relatório final do Fórum Municipal de Recolha de Contribuições para a Elaboração do Orçamento das Administrações Municipais foi promovido pelo Ministério da Administração do Território MAT, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e contou, igualmente, com a contribuição de 32 organizações da sociedade civil. Participaram no evento de quinta-feira, membros do Executivo, deputados à Assembleia Nacional, governadores, administradores municipais, representantes das ONG, da sociedade civil e estudantes.

5.6 PIIM aplicou 450 mil milhões de kz em construção

Jornal de Angola
29 De Maio de 2022
Texto: Yara Simão

O PIIM possui, na globalidade, 2 653 projectos, constantes da carteira com incremento autorizado pelo Titular do Poder Executivo, em função do reequilíbrio económico e financeiro.

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) já aplicou, na construção e recuperação de infra-estruturas, pelo menos 450 mil milhões de kz, de um montante estimado em 2 mil milhões USD, cuja carteira será concluída, até Junho, em 80%, com a execução de 1 207 projectos.

A informação foi avançada em Luanda, pelo secretário de Estado para as Autarquias Locais, Márcio Daniel, no final da reunião ordinária da Comissão Interministerial do PIIM. “O ritmo de utilização dos recursos, já disponibilizados, está acelerado. Neste momento, estamos com 1983 projectos em execução, com quotas atribuídas e pagas”, explicou.

Para Márcio Daniel, que também é o coordenador do Grupo Técnico para a Implementação do PIIM, o saldo, das acções desenvolvidas até agora, é positivo, porque este programa não é feito de qualquer maneira, respeita todas as exigências da execução física e financeira previstas nos projectos”, disse. Prova disso, continuou, “é que o PIIM começou com 1749 projectos, e, até Junho de 2022, vão estar concluídos 1207”.

O PIIM possui, na globalidade, 2 653 projectos, constantes da carteira com incremento autorizado pelo Titular do Poder Executivo, em função do reequilíbrio económico e financeiro. “O PIIM tem-se revelado uma verdadeira escola de aprendizagem, na medida em que estes 1 983 projectos, que estão em execução, cumpriram todas as condições precedentes estabelecidas pela Lei da Contratação Pública e pelas regras ligadas ao investimento público”, frisou Márcio Daniel.

5.7 Poder local autoriza isenções do IRT

Jornal de Angola
29 De Abril de 2022
Texto: Carlos Bastos

As administrações locais passam a autorizar a isenção do pagamento do Imposto de Rendimento do Trabalho (IRT) ao nível local, nos termos das Regras da Execução do Orçamento Geral do Estado de 2022, segundo informações de um seminário relacionado com este último tema, realizado ontem, no Sumbe.

O seminário, consagrado à discussões dessas regras, teve como orador o técnico do Departamento do Orçamento e Investimento Público da Delegação das Finanças do Cuanza-Sul, Paulo Fortunato, que lembrou que, numa das evoluções mais esperadas pelos gestores locais, parte da receita arrecadada pelos Órgãos do Poder Local do Estado reverte a favor destes.

Essa regra foi formalizada o Decreto Presidencial nº 73/22, de 1 de Abril, estabelecendo que a receita colectada pode ser partilhada em 40 por cento para o Tesouro e em 60 por cento para o órgão em que ocorre a arrecadação.

Paulo Fortunato alertou para a necessidade de esse processo ocorrer com rigor, em observação da disciplina orçamental, onde se exige que a abertura de contas bancárias pelos Órgãos do Poder Local do Estado, enquanto beneficiários dessa partilha, requer o cadastramento de coordenadas bancárias no SIGFE.

"A desconcentração da execução do OGE, através do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), requer maior responsabilidade dos gestores das unidades orçamentadas e outros”, disse o técnico da Delegação das Finanças do Cuanza-Sul ao abordar a questão da disciplina orçamental.

Nessa mesma acepção, as admissões e promoções de pessoal que concorrem para o aumento do fundo salarial estão, este ano, sujeitas a instruções do Ministério das Finanças.

Nos processos de alteração de domicílio bancário, deixa de ser exigida a declaração de idoneidade, ao mesmo tempo, bem como a actualização de categoria.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Acesso aos bairros

Jornal de Angola
3 De Maio de 2022

A nova realidade que numerosos bairros apresentam, com obras de melhoria dos acessos em andamento, representam um esforço significativo da parte das instituições do Estado para ver modificada a paisagem urbanística de vários bairros.

Por exemplo, o projecto de construção e betonagem de vias terciárias em curso no bairro Boa Esperança Central, entre o Quicolo e Cacuaco, que abrange a rua da Nhimifil, constitui uma iniciativa que apenas peca por tardia porque há muito que as populações locais ansiavam por melhoria dos acessos.

Ao lado destas obras estão igualmente a melhoria do tapete asfáltico em muitas vias principais e secundárias que, como se aspira, são expectáveis que as mesmas tenham eficácia, utilidade e longevidade dignas dos investimentos que estão a ser feitos.

Hoje, vemos obras semelhantes em muitas circunscrições de Luanda, algumas em andamento, outras em fase de acabamento, sendo importante que, nestas empreitadas, sejam acauteladas todas as eventualidades para que os custos das obras não suplantem os futuros benefícios. Afinal de contas, falamos de intervenções em bairros onde a realidade arquitectónica e urbanística constituem desafios monumentais para os especialistas em Ordenamento do Território, Planeamento Urbanístico, Arquitectura, Engenharia e Construção Civil, na hora de gizarem as obras que se impõem em cada bairro.

As obras de melhoria dos acessos aos bairros vão, na maioria dos casos, envolver numerosos desafios que, temos a plena certeza, as entidades que estão a intervir saberão resolver. No entanto, nunca será demais referir que, para o sucesso das obras de intervenção nos vários bairros de Luanda, nada melhor que contar com o contributo dos munícipes, quer no âmbito das auscultações, quer no quadro das contribuições para as quais podem ser chamados os cidadãos.

De nada vale requalificar os acessos dos bairros sem que os moradores sejam tidos e achados na medida em que conhecem melhor as localidades em que habitam e podem sempre ter uma palavra a dizer. E, na verdade, precisam de ser ouvidas as populações

para bem das comunidades que vão receber as referidas obras.

Uma das coisas que estas intervenções requerem para melhorar os acessos aos bairros, além da preservação intacta das tubagens das redes de água e electricidade, durante as obras, são os canais de esgotos, sem os quais as vias e as casas ficarão sempre ameaçadas em caso de chuvas.

Não basta fazer trabalhos de betonagem para assegurar que as passagens estejam garantidas em condições dignas de mobilidade, asfaltar as estradas que dão acesso aos bairros sem que as valas de micro drenagem estejam igualmente previstas. Em todo o caso, vale enaltecer a iniciativa de melhorar as condições de acessibilidade dos nossos bairros periféricos, enquanto contributo modesto, se quisermos, para dar dignidade às nossas comunidades.

6.2 Estamos a fechar todos os caminhos possíveis para o exercício ilegal de arquitectura

Jornal Economia e Finanças
13 De Maio de 2022
Texto: António Eugénio

Como avalia a arquitectura nas diversas obras em curso no país?

Em alguns casos existe boa arquitectura. Em outros, existe uma má arquitectura, que não se relaciona nem com o lugar e nem com a cultura do usuário. Infelizmente, temos ainda uma grande parte que nem sequer é arquitectura, é apenas construção.

Qual a sua opinião em relação à beleza arquitectónica das novas localidades, isso em projectos imobiliários privados e estatais?

A beleza arquitectónica é um conceito discutível. O que é belo para uns, pode não ser belo para os outros. Como exemplo temos as centralidades, pois elas vêm de um período em que estávamos numa situação de emergência habitacional. Hoje, já não se justifica a construção de habitação em massa sem olhar para as características das populações.

O que se deve fazer para melhorar o que está mal no sector imobiliário?

A realização de concursos para os projectos de arquitectura seria um caminho para melhorar a qualidade do nosso ambiente de construção. Por outro lado, para as obras feitas pelo Executivo,

embora estas não careçam de licenciamento, deveria existir um mecanismo para a verificação da conformidade dos projectos em relação à legislação técnica e às boas práticas cientificamente aceites.

Ainda é muito caro contratar um arquitecto?

Em relação ao binómio custo-benefício, a longo prazo, fica mais em conta contratar um arquitecto. Para as famílias carenciadas era importante criar-se um mecanismo de políticas públicas, visando a assistência técnica de especialidade e gratuita, a exemplo do patrocínio judiciário.

Caracteriza o actual estado das infra-estruturas rodoviárias do país. Vamos bem ou nem por isso?

O principal problema das nossas infra-estruturas rodoviárias é a falta de manutenção, enquanto política pública e reflectida todos os anos no OGE

Que estudos têm sido feitos para que as infra-estruturas rodoviárias tenham qualidade e que permitam melhor circulação?

A qualidade de uma obra começa no projecto e é nele onde se inserem os dados, as técnicas e as soluções que permitem ir de encontro às necessidades.

Quando se faz um projecto completo é meio caminho andado para o sucesso da obra.

Recentemente, manifestou um certo desapontamento pelo facto de não se contratarem arquitectos na execução de projectos locais. Pode argumentar?

À luz da nossa legislação, só arquitectos inscritos na Ordem dos Arquitectos de Angola podem usar o título e praticar actos da profissão. Temos ainda assistido a violação desta premissa básica, até por parte das autoridades. É hora de mudar de paradigma.

Quanto tempo demora para se elaborar um projecto e qual é o custo? Depende da sua dimensão. Quanto maior e mais complexo, mais tempo demora a sua execução. Os custos podemos prever numa percentagem entre 5 e 10 por cento do valor da obra, para o projecto executivo. no resultado final" dessa junção que está a boa arquitectura.

Para a nossa realidade vale apenas a implementação da construção horizontal ou vertical?

A opção de construir apenas na Como será uma casa unifamiliar daqui há 20 anos?

Tudo depende do usuário final ou seja de nós enquanto seres humanos. A casa será sempre uma máquina que dá resposta às nossas necessidades.

Há contactos com o Governo para reforçar-se a valorização da actividade dos arquitectos?

Um outro aspecto que nós temos estado a falar com a governação permanentemente são as políticas públicas. Se eu indico que esta porta e mosaico são marcas portuguesas, quando construirmos com elas, todas divisas gastas na aquisição beneficiam o país de origem. Temos vistos que os materiais de construção vêm do país que constrói e até aqui dominam Portugal, Brasil e China. Todas as nossas divisas vão para esses países. Nota que Angola não tem uma fábrica de louça sanitária. Sempre que se fizer uma construção, a louça sanitária significa que enviam, as divisas para fora, ou seja, há uma relação muito próxima entre as decisões que tomamos na arquitectura e o dinheiro que o país gasta.

Explique melhor?

Imagina uma construção na dimensão da Centralidade do Kilamba. Se cada apartamento tiver três casas de banho, por exemplo, em 10 mil apartamentos, T6 o valor da louça sanitária vinda de fora é muito dinheiro que Angola gasta. Primeiro é preciso ter consciência que quando se toma uma decisão do projecto este afecta a economia. Depois, o Governo tem de começar a exigir que determinados materiais possíveis de fabricar localmente sejam colocados nas obras em construção para que a economia seja uma placa giratória e cada um de nós consiga emprego, directa ou indirectamente.

Essa mensagem está a ser compreendida?

São essas as abordagens que estamos a fazer. Na verdade, dá a impressão que poucas pessoas do Governo estão a entender essa mensagem. Nós já escrevemos para as autoridades a propor que a arquitectura fosse um produto do PRODESI, porque trata de produção nacional. Quando trato do PRODESI, estou a exigir o material e técnicas locais, porquanto pode ser possível empregar mão-de-obra local. Se não olharmos para isso, vamos construir grandes obras, mas vamos permanecer pobres; vamos ter grandes obras, mas a nossa indústria não vai movimentar e os nossos irmãos não serão empregados. Isso também tem a ver com a arquitectura. É a relação que ela tem com a economia.

Quando obra está em posse de um arquitecto ou da empresa construtora contratada todo material virá daquele país?

Normalmente, os arquitectos desses países dominam estas questões de políticas públicas; indicam o material de construção dos seus países, de modo que

a dinâmica económica aconteça nos seus territórios. Por isso é que, quando há linhas de financiamento para determinada construção, os governo que financiam obrigam o nosso país no sentido de que o projecto passe para o seu país, porque sabe que vai alocar no projecto outras componentes que teremos a obrigação de ter que ir buscar lá. E é mais dinheiro. Como país, precisamos nos proteger disso, mas com políticas de arquitectura.

Pode citar um exemplo para proteger a economia nesse sentido?

Um bom exemplo, surgiu em 2014, quando Francisco Queirós, naquela altura ministro da Geologia e Minas, criou um decreto no sentido de que sempre que alguém fizesse uma obra pública e quisesse colocar rochas orçamentais, tinha de ser uma rocha nacional para proteger a produção que temos nas províncias do Namibe e da Huíla. Só que essa informação não é difundida. A maior parte dos arquitectos não sabe que existe esta lei e quando têm um projecto, não colocam as nossas rochas. Com isso, a nossa economia fica a perder pela decisão não tomada no projecto. E, assim, vamos continuar a fortalecer outras economias.

6.3 Reabilitação de 4 vias vai custar 103 mil milhões kz ao Estado

Novo Jornal

13 De Maio de 2022

Cerca de 103 mil milhões de kwanzas é o montante que vai custar a reabilitação de quatro vias estruturantes no município do Cazenga, no âmbito do plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), no domínio da rede viária. trata-se das ruas Porto Santo, a famosa Rua da Nocal (2.80.2.896.752,19 kz), Rua da Terra Vermelha (2.373.172.216,21 kz), Rua das condutas (3.059.207.054,19Kz) e a Rua da sétima Avenida (2.155.315541,00Kz). Com a reabilitação dessas vias, cujas obras já estão em curso, o município vai asfaltar aproximadamente 14 quilómetros de via até possivelmente Julho.

Segundo o Portal do Governo da Província de Luanda, visitado pelo NJ, a conclusão das vias estruturantes que ligam aquela circunscrição a quatro dos nove municípios de Luanda (Cacuaco, Luanda, Viana e Kilamba Kiayi) vai tornar o Cazenga uma "placa giratória".

De acordo com o portal, até antes das obras, a rua mais crítica era a da Terra Vermelha, porque o troço, quando recebia chuvas, podia ficar interdito

durante cerca de quatro meses. o mesmo cenário podia verificar-se também na Rua da Sétima Avenida, por ter linhas de água que a atravessam.

O PIIM continua a impactar de forma positiva a vida dos munícipes do Cazenga, Dos 203 projectos inscritos, pelo menos 89 atendem para o sector da Educação, sendo que, do leque dos projectos já materializados, constam escolas e quadras desportivas. Estima-se que 60% dos programas do PIIM estejam em execução no País.

6.4 Ministro das Obras Públicas apresenta resultados na ONU

Jornal de Angola

29 De Maio de 2022

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares, participou, quinta-feira (28), de uma reunião de alto nível, convocada pela presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Abdulla Shahid, para avaliar o grau de implementação da Nova Agenda Urbana, onde apresentou os avanços feitos por Angola à luz das orientações submetidas aos Estados-membros, há cinco anos, em Quito, capital do Equador.

A reunião foi antecedida de encontros preparatórios, com destaque para a concertação africana realizada, na quarta-feira, na delegação permanente da Nigéria junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, e que foi presidida pelo ministro nigeriano das Obras Públicas e Habitação, Babatunde Fashola, tendo como moderador o director regional para África do UN-Habitat, Oumar Sylla.

Os ministros africanos responsáveis pelo Sector da Habitação debruçaram-se sobre o relatório de progressos alcançados em África, no quadro da Nova Agenda Urbana, e participaram de uma mesa redonda de reflexão sobre questões essenciais para o continente, cujos subsídios os ministros apresentaram na reunião de alto nível, que teve lugar ontem.

Prevê-se que o relatório quadrienal do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, sobre a implementação da Nova Agenda Urbana, seja tomado pelos Estados-membros, a nível do UN-Habitat, como um instrumento importante a ser adoptado para acções viradas à elevação da situação urbana, a aplicar na edificação de cidades sustentáveis, e que se adaptem aos desafios da pandemia de Covid-19, às mudanças climáticas, tendo as preocupações com a paz e a segurança incluídas como parte da sua planificação urbana.

A reunião de alto nível para a avaliação da implementação da Nova Agenda Urbana acontece numa altura em que as cidades estão a enfrentar desafios demográficos, ambientais, económicos, sociais e espaciais sem precedentes e que, segundo dados do UN-Habitat, seis em cada dez pessoas no mundo deverão residir em áreas urbanas até 2030, aumentando para quase 70% até 2050.

As cidades representam actualmente 65 por cento da utilização global de energia e 70 das emissões de CO2 produzidas pelo homem. Até 2050, prevê-se que as cidades produzam 85 por cento de toda a produção económica global.

6.5 Empresa do Dubai projecta no imobiliário de Luanda

Jornal de Angola

4 De Maio de 2022

A DAMAC Properties, empresa imobiliária de referência do Dubai, pode erguer, numa primeira fase, projectos na capital angolana, nas áreas do Futungo de Belas, Santa Bárbara (Bairro Azul) e ex Mercado Roque Santeiro (barrocas do Sambizanga).

A informação foi avançada à imprensa pelo presidente do Conselho de Administração da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX), António Henriques da Silva, momentos depois da assinatura, no sábado passado (30.04.2022), de um Memorando de Entendimento (MOU) com o grupo empresarial.

Testemunhado pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, e pelo presidente da DAMAC Properties, Hussain Sajwani, o documento foi subscrito pelo director da empresa DAMAC Properties, Shawki Sejwani, e pelo PCA da AIPEX, António Henriques da Silva.

O gestor principal da AIPEX disse que, com o passo dado, a oferta imobiliária angolana passará a contar com novos produtos em segmentos distintos, prevendo-se, também, a introdução de modelos de financiamento que o grupo já experimentou noutros mercados, através de parcerias com a banca.

A DAMAC Properties foi fundada em 2002 e rapidamente se tornou um dos principais promotores imobiliários do Dubai. Criada por Hussain Sajwani, a empresa tem no seu portfólio projectos comerciais e residenciais na Arábia Saudita, Omã, Líbano, Jordânia e Reino Unido. Até agora, o grupo entregou mais de 40 mil, casas com um portfólio de vários milhares de

outras unidades em diferentes fases de desenvolvimento.

Oportunidades

A implementação do investimento privado permitirá a criação de novos postos de trabalho, assim como dentro da cadeia de valor, facilitará o surgimento de outras iniciativas. Para António Henriques da Silva, o mercado angolano pode vir a ter uma qualidade imobiliária igual à que se consegue ver no Dubai.

"É um passo significativo e com o exemplo da DAMAC vão ser despoletadas outras iniciativas privadas e, deste modo, continuar-se a reforçar com a presença no mercado nacional de outros grupos de referência a nível mundial, em sectores não apenas do imobiliário, mas também dos que podem ajudar para a diversificação da economia nacional", afirmou.

O Memorando de Entendimento consiste na manifestação de interesse da empresa do Dubai para o início de actividades exploratórias em várias áreas a conceder pelo Estado angolano, com destaque para construções de alto padrão para zonas residenciais, hotéis, escritórios, campos de golfe e outros.

Em finais de Março de 2022, o presidente desse grupo de referência da imobiliária dos Emirados Árabes Unidos (EAU), Hussain Sajwani, foi recebido, em audiência, pelo Chefe de Estado, João Lourenço, na Cidade Alta, tendo manifestado o interesse de apostar intensamente no mercado angolano.

6.6 Centralidades

Novo Jornal

6 De Maio de 2022

Central. Centralização. Golo. Bola ao centro. Concêntrico. Centro Centrão. Sol. Centralidade.

Houve uma campanha eleitoral onde se prometeu um milhão de casas. É bué de casas! Mas, no calor da campanha e na euforia da alta dos preços de petróleo de então, tudo parecia possível. Estava-se nos anos de ouro do crescimento económico. Não se construíram tantas, mas, segundo o ministro Tavares, concluíram-se 88 924 unidades habitacionais, que, traduzido em linguagem popular, quer dizer casas, a que se devem acrescer mais 27 200, no âmbito do projecto das 200 casas por município. Concluímos que estamos acima das 100 mil casas, o que, comparando os algarismos, a diferença entre eles é de um zero. Zero, portanto.

Mas o que me parece importante é que o esforço para a melhoria da oferta das habitações, não só em

Luanda, mas por todo o País, é considerável. Recordo uma viagem que fiz à Lunda-Norte, com um colega marfinense, e o espanto dele quando se deparou com a centralidade do Dundo. Ali, parecendo sair do nada, depois de uma longa viagem que nos fez passar por Camaxilo-Cuílo (recordando-me Castro Soromenho), Lúvua e alcançar o Dundo depois das longas extensões que só o Leste nos oferece, aquele sky-line parecia obra sobre-humana. Quem anda pelo País não pode ficar indiferente. Sumbe, Caála, Malanje, Lubango, para só falar de algumas que já vi, são obras que ficam, e cujo impacto na vida das populações, em particular na dos jovens que entram no mercado de trabalho ainda poucos, é certo, pois o milhão de empregos também ficou coxito procuram casar e ter casa (como dizia o ditado,) não pode ser menosprezado.

Mas é preciso que se aprenda com as lições. Não se repitam erros que resultaram em oportunidade perdidas. A construção deste tipo de infra – estruturas tem de envolver o tecido empresarial nacional. Tem de impor produtos nacionais para potenciar a indústria incipiente do país. Foi feita uma armadilha muito atractiva, particularmente quando se pretende obter resultados à curto – prazo, e não se respeita que, em grande escala,

6.7 2.688 Apartamentos vão ser entregues

Jornal de Angola

11 De Maio de 2022

Texto: Roque Silva

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares, disse, esta terça-feira, em Luanda, que 2.352 apartamentos do Projecto Habitacional Zango Zero começam a ser entregues este mês aos proprietários.

Acrescentou que serão, também, entregues, entre Julho e Agosto, 336 apartamentos da Urbanização Vida Pacífica. Manuel Tavares, que falava à imprensa no decurso de uma visita de constatação às obras em curso em ambos projectos habitacionais, disse que os 2.352 apartamentos estão em 21 dos 28 edifícios do Projecto Habitacional Zango Zero, vulgo Segunda Fase da Urbanização Vida Pacífica.

Fez saber que os 336 apartamentos da Urbanização Vida Pacífica fazem parte de três edifícios vandalizados e que dois prédios serão entregues em Julho e um em Agosto. Deu a conhecer, por outro lado, que os imóveis, nas tipologias T4 e T3, já têm donos e que, no mês em curso, decorre apenas a formalização de entrega das chaves aos proprietários.

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território afirmou estar em marcha um plano para concluir a reparação, até ao final do ano, dos apartamentos nos restantes oito edifícios vandalizados, com os primeiros a serem entregues a partir do mês de Setembro.

Manuel Tavares disse que a vandalização criou em alguns apartamentos e edifícios prejuízos avultados, "a ponto de estarem a necessitar de materiais a serem importados da China".

Estação de Tratamento de Águas Residuais

A Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Urbanização Vida Pacífica está a ser reabilitada, na sequência da degradação que sofreu por nunca ter sido utilizada. As obras, que integram, também, a construção da Rede de Drenagem das Águas Residuais e Pluviais, orçados em 5.455.683.206,91 (cinco mil milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e três mil, duzentos e seis kwanzas e noventa e um cêntimo), estão a cargo da empreiteira Omatapalo.

A ETAR vai garantir o reaproveitamento das águas residuais pelos moradores, por meio de oxidação e outros processos devidamente eficazes, e tem capacidade para tratar cinco mil metros cúbicos de água por dia.

O plano de execução se encontra na ordem dos 40 por cento, mas a previsão de entrega da obra está prevista para a segunda

6.8 Crédito à habitação vem democratizar o mercado

Jornal Economia e Finanças

13 De Maio de 2022

Recentemente publicado o Aviso nº 9/22, de 6 de Abril, do Banco Nacional de Angola (BNA), que estabelece regimes especiais de crédito à habitação e à construção. O referido aviso aplica-se obrigatoriamente às Instituições Financeiras Bancárias de importância sistémica no mercado nacional e, facultativamente, às restantes Instituições Financeiras Bancárias. Oitocentos e cinquenta e oito mil milhões de kwanzas é o montante disponibilizado pelo Executivo angolano no quadro de um fundo destinado ao crédito à habitação.

Com esta nova regulamentação o negócio do crédito habitação irá estar em alta, com os bancos a mostrarem disponibilidade para financiar a compra da casa. Importa saber, por isso, o que podem as entidades financeiras exigir aos clientes aquando da

celebração de um crédito habitação? Para além dos seguros comuns de Multirriscos e Vida, um dos requisitos será certamente o seguro de protecção ao crédito, que não tem de ser obrigatoriamente feito. No Quanto às vendas associadas à operação, as instituições bancárias poderão na modalidade obrigatória, associar ao contrato de crédito disponibilizado ao consumidor, um conjunto de outros produtos ou serviços financeiros distintos. Relativamente às vendas associadas facultativas (bundling), estas são disponibilizadas como contrapartida para reduzir os custos do contrato de crédito. Neste caso, o contrato de crédito habitação é disponibilizado ao consumidor, em separado.

Ao realizar-se um contrato de crédito habitação, as entidades bancárias pedem que se faça um seguro de vida para que possam avançar. Mas porquê? Será que tem mesmo de ser feito fazer o seguro? Para fazer-se a celebração de um contrato de crédito habitação as entidades bancárias pedem a realização de um seguro de vida para os requerentes. Este é assim um requisito caso se queira avançar com um empréstimo do banco para comprar casa. Porque desta forma a entidade credora garante o recebimento do valor do empréstimo através da apólice do seguro de vida realizado. Isto é, em caso de morte ou invalidez do requerente, dependendo da cobertura escolhida, a entidade bancária fica como credora hipotecária na apólice. Assim, o nível de risco que o banco corre ao fazer-lhe o empréstimo é menor, logo o "spread" do crédito habitação também irá ser mais baixo.

Normalmente, as entidades bancárias incentivam para que se faça o seguro devida pela seguradora da mesma instituição de crédito. Este pedido traz consigo um "prémio", Ou seja, ao fazer-se o seguro de vida pela mesma instituição, o banco poderá praticar um "spread" mais baixo para o crédito habitação. Na prática, a subscrição do seguro através da mesma entidade faz com que se possa ter acesso a uma bonificação do "spread", Ao optar-se por fazer o seguro através de outra entidade já não se tem acesso a esta bonificação, o que significa que o "spread" será mais alto.

Oito bancos vão assegurar o crédito à habitação. O BFA, BAI, Millenium Atlântico, Banco SOL e BPC estão entre as oito instituições bancárias elegíveis para a concepção de crédito à habitação destinado às pessoas singulares e colectivas (cidadãos e empresas), no âmbito do Aviso n.º 9/22, de 6 de Abril, do Banco Nacional de Angola (BNA). Actualmente Angola tem apenas 6 200 créditos à habitação num universo de 30 milhões de habitantes, o que é praticamente insuficiente perante as necessidades do mercado. Deste valor cerca de metade corresponde a créditos concedidos a funcionários bancários e a outra metade

a trabalhadores que celebraram acordos com a banca comercial. Através desta acção irá ser proporcionada às famílias ajuda para colmatar alguns dos seus problemas, e consequentemente o impulso a economia nacional em senda de crescimento, mas também concorrer para a estabilidade de preços em Angola e aumentar o bem-estar social da população.

Quando se fala em seguro de vida, a maioria das pessoas ainda associa o produto só à morte. No caso particular do seguro de vida associado ao crédito à habitação muitas pessoas não sabem é que maioria das coberturas deste tipo de seguro são para uso durante a vida. Na realidade, protege a renda em momentos inesperados de doença ou acidente.

Para as pessoas que têm dependentes financeiros, como filhos e cônjuge, o dinheiro do seguro de vida ajuda a manter o padrão financeiro das famílias até que elas se consigam reequilibrar financeiramente para continuarem a arcar com gastos directos da sua vida particular; tais como a escola dos filhos, entre outras necessidades que garantem qualidade de vida, independentemente do que possa ocorrer.

Da mesma forma que um seguro automóvel protege o carro em caso de acidente ou roubo, um seguro de vida oferece protecção financeira em casos de imprevistos com a vida. E essa protecção beneficia a pessoa que contrata a apólice de seguro de vida, e também a sua família. Por esta razão o seguro de vida crédito ser tão importante para um bom planeamento financeiro familiar. Um o seguro de vida costuma ter um excelente custo benefício, especialmente se levarmos em conta a quantidade de benefícios que ele proporciona, e os créditos não podem pesar mais do que já pesam. A vida de grande parte das famílias

O mundo nos nossos dias apresenta-nos, quotidianamente, situações diversas que geram preocupações quanto ao potencial incerto do futuro. Os telejornais preenchem-se de expressões da actualidade, onde o inesperado sucede e cria, em nós, verdadeiros sentimentos de insegurança e impotência. Por esta razão, muitos angolanos começam a tentar e ser o acautelar este tipo adquirindo seguros de vida

Além das situações inesperadas serem um forte motivo para a aquisição deste tipo de seguro outra motivação comum é a aquisição de créditos à habitação. A inflação nos preços das rendas, principalmente nas principais em cidades como é o caso de Luanda, têm tornado muito complexo o cumprimento das obrigações dos inquilinos para com os senhorios e, por isso, tentando evitar situações de incumprimento, a procura de alternativas, com a compra de casa, tornam-se mais comuns. Este tipo de

crédito, como sabemos, implica também a aquisição de um seguro de vida e não só.

O crédito à habitação tem um papel muito importante na sociedade actual. Este permite o desenvolvimento e o crescimento da sociedade, dado que disponibiliza tanto às famílias (particulares) como às empresas, meios para que se possam financiar, algo que não seria possível com os recursos que estes dispõem. Neste panorama abre-se uma grande janela de oportunidades para o sector segurador com a demanda do mercado financeiro e imobiliário por produtos capazes de satisfazer as reais necessidades nesta nova realidade.

Não obstante o canal que o sector venha a utilizar para concorrer neste negócio, seja ele em âmbito de Bancassurance ou Tradicional, certo é que os seguradores têm agora uma oportunidade fulcral para estabilização, diversificação e incremento das suas carteiras, valores vitais para a saúde técnica e financeira de qualquer instituição seguradora.

6.9 Auto – construção dirigida é o modelo ideal para Angola

Jornal o País

13 De Maio de 2022

Texto: Miguel Kitari

Como avalia o mercado imobiliário angolano?

O mercado angolano é cheio de necessidades que precisa de alguns ajustes para que muito se desenvolva, pois temos uma população jovem e carente de habitação.

O país tem mercado para o imobiliário, considerando os vários casos de incumprimento nos projectos existentes?

É necessário que surja um diploma que resolva o incumprimento nos processos de forma célere, para que os bancos e outras instituições financeiras passem a explorar mais esse tipo de operação. A operação de empréstimo habitacional só acontecerá em escala, se for atraente aos bancos.

Que efeito pode ter o Aviso 9/2022 do BNA, que autoriza os bancos comerciais a constituírem parte das reservas obrigatórias em financiamentos ao crédito à habitação e promover a construção de imóveis residenciais?

O primeiro efeito é uma busca pelos promotores imobiliários e por terrenos para desenvolver novos projectos. Isso já começou. Posteriormente, o início

das construções, com movimentação de toda cadeia da indústria da construção civil.

Uma das principais preocupações dos bancos comerciais pretende-se com o crédito malparado, daí preferencialmente emprestar ao Estado/Governo. Que informação tem sobre a disponibilidade dos bancos em entrar para este negócio?

Os bancos usarão receitas do depósito obrigatório que está depositado no BNA. Esses recursos não podem ser usados pelos bancos, a não ser para o aviso 09/2022. A maneira de resolver os incumprimentos que virão, como dito, seria aprovar um diploma que resolvesse o incumprimento sem o uso de tribunais.

Acredita que as famílias têm poder de compra para aceder ao crédito, apesar da taxa de juros definido no aviso?

Nos juros de 7% serão poucas famílias, até porque isso é um ensaio para medir-se a demanda e com o passar do tempo abaixar esse juro.

Diz-se que Angola é dos países de África com o metro quadrado mais caro. Quer comentar?

O que combate preço alto é aumento da demanda. Doutra modo não será possível. Tem de haver mais oferta para que se acabe de uma vez com essa coisa de preços altos no mercado imobiliário.

Qual foi para si o melhor momento do sector em Angola?

O melhor momento ainda será quando tivermos terrenos infra -estruturados à venda a preços compatíveis, emissão de direitos de superfície e licenças de obra céleres e juros baixos para financiamento à habitação.

Acredita que o sector imobiliário pode crescer muito em Angola?

Pode ser o sector mais promissor e que traga riqueza ao País. Temos uma população muito jovem, que precisa de casa, não faltam terras e recursos. O que é preciso é, com o passar do tempo, criarem -se políticas de acesso ao crédito e aumentar o poder de compra dos trabalhadores.

Como se pode dinamizar o sector, gerando empregos e renda para as famílias?

Tornando o acesso aos meios (terrenos e documentos legais) céleres e com juros ao alcance dos trabalhadores, aliado a um aumento do poder de compra.

Acha que os condomínios e as centralidades são os estilos habitacionais que se encaixam bem para os angolanos?

Não, o ideal serão bairros e loteamentos. Grande parte da população angolana vive em bairros, e parece ser este o estilo de comunidade que mais os cidadãos apreciam. Neste caso, a responsabilidade do Governo seria a construção de infra-estruturas básicas, como o sistema hidráulico, estradas e outros que concorrem para a qualidade de vida das pessoas.

Houve um tempo que Talatona fazia a preferência daquelas pessoas com capacidade financeira. E os nossos condomínios, fora de Talatona, têm tido muita procura?

Nesse momento a demanda por casas é muito grande e não se encontram imóveis para arrendar, seja em Talatona ou outras regiões.

Quais são as principais inquietações dos filiados da Associação do Promotores Imobiliários de Angola?

Formação profissional e emissão de carteiras profissionais.

6.10 Presidente João Lourenço inaugura a Centralidade “Halavala” no Bailundo

Jornal de Angola

13 De Maio de 2022

Texto: César Esteves

O Presidente da República, João Lourenço, inaugura, hoje, a centralidade no Bailundo, no cumprimento da sua visita de trabalho de dois dias à província do Huambo, onde a sua agenda prevê audiências às autoridades religiosas, tradicionais, ao Conselho Provincial da Juventude e a empresários locais.

A informação foi avançada quarta-feira (22), em Luanda, pela directora nacional de Recuperação de Activos, Eduarda Rodrigues, durante a sétima edição do Café CIPRA, que contou com a participação do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, e do inspector-geral da Administração do Estado, Sebastião Gunza.

O montante equivale a um terço do valor total subtraído ao Estado e do erário, referiu Eduarda Rodrigues, salientando que, com base nas investigações, pode concluir-se que saíram do país, de forma ilegal, mais de 100 mil milhões de dólares.

"Estamos a trabalhar para a apreensão e arresto do referido património. O nosso maior segredo deve ser o silêncio, para que o património não evapore", afirmou.

Sublinhou que até ao momento estão identificados e apreendidos no exterior do país mais de 6 mil milhões de dólares, entre bens patrimoniais e financeiros, que aguardam por uma decisão judicial angolana para o arresto.

"Quando fazemos estimativas, significa dizer que temos identificado muito património e dinheiro no estrangeiro. Estamos a trabalhar no âmbito de requerer as apreensões e arrestos dos bens patrimoniais e financeiros, transferidos de forma ilegal para o exterior do país", declarou Eduarda Rodrigues, lembrando que existem tramitações legais específicas que devem ser cumpridas.

Eduarda Rodrigues disse que já existem "algumas decisões finais", mas que ainda não transitaram em julgado, pelo facto de os arguidos terem interposto recursos, que devem ser respeitados nos termos da Constituição.

Acordos de partilha de informações

Eduarda Rodrigues defendeu o estabelecimento de acordos de partilha de informações entre o Estado angolano e alguns países estratégicos, com vista à recuperação efectiva dos activos financeiros desviados para o exterior.

A directora nacional de Recuperação de Activos apontou o facto de na conta de apenas um arguido, em determinado banco comercial, no estrangeiro, existir mais de mil milhões de dólares, daí a resistência das autoridades de determinados países em colaborar com o Governo angolano na recuperação de tais valores, sob risco de causar "rombo", no sistema financeiro dos mesmos.

Sublinhou que a política das autoridades angolanas para recuperar activos financeiros em determinados países tem sido a abertura de contas bancárias nos mesmos e ir transferindo os valores para Angola, através de transacções bancárias.

Para granjear o apoio desses países, no âmbito do "complexo processo" de repatriamento, Eduarda Rodrigues defendeu ainda que Angola deve desenvolver trabalho em conjunto com os países para os quais foram desviados os dinheiros e, sobretudo, bens imobiliários, argumentando que "as provas do crime estão aqui, mas o dinheiro está lá".

Debates públicos

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos falou da necessidade do combate à pequena corrupção na Administração do Estado, massificando campanhas de prevenção, educação, formação e debates públicos.

Francisco Queiroz disse que, devido ao longo tempo de corrupção no país, o fenómeno ficou enraizado no pensamento e atitude de determinados cidadãos angolanos. Apontou, sobretudo, a resistência no combate à corrupção no estrangeiro, onde mais de seis mil milhões de dólares desviados dos cofres angolanos aguardam repatriamento.

O governante disse que as Nações Unidas, numa conferência que decorreu na África do Sul, prometeu ajudar Angola para vencer a resistência externa, no quadro do repatriamento do dinheiro roubado dos cofres do Estado.

O ministro reforçou, entretanto, desconhecer os investimentos públicos no país com o dinheiro retirado de forma ilícita, salientando que a acontecer "haverá ilegalidade e fraude".

6.11 AGT penhora contas da Prébuild, o gigante da construção que “colapsou”

Jornal Expansão

20 De Maio de 2022

Texto: Horácio Bapolo e Isabel Costa Bordalo

A Administração Geral Tributária (AGT) penhorou as contas bancárias da Prébuild Engenharia e Construção Civil por causa de uma dívida de 451.518.501 kz, resultante de obrigações fiscais do exercício de 2013.

AAGT não avança o valor que se encontra nas contas penhoradas, mas diz que não cobre os 451,5 milhões kz da dívida apurada, em consequência dos processos de execução fiscal instaurados pela Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes contra a empresa. Num anúncio publicado no Jornal de Angola, a AGT diz que a empresa encontra-se em "parte incerta", pelo que a notificação teve de ser feita via anúncio no jornal de maior de circulação no país.

"Fica o executado, actualmente em parte incerta, notificado da penhora efectuada por esta Administração, para, no prazo de 10 (dez) dias, que começará a correr depois de finda a dilação de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste

edita], querendo, deduzir OPOSIÇÃO A PENHORA", lê-se no anúncio.

Findo este prazo, e caso não haja contestação por parte da empresa, a AGT poderá proceder à "transferência dos valores penhorados a favor do Estado", de acordo com o disposto no artigo 156.º do Código das Execuções Fiscais.

O Expansão contactou a AGT para obter mais informações sobre a penhora, mas a Administração Geral Tributária negou tecer qualquer comentário sobre o assunto.

O Expansão sabe que a empresa tinha os seus escritórios no interior do condomínio Dolce Vita em Talatona, Luanda, mas segundo fonte da administração do condomínio, há mais de quatro anos que a construtora saiu daquele local (Na morada que consta na escritura pública de constituição da empresa - Estrada Kenguela Norte, Zona Industrial, Lar Patriota, Município da Samba, Bairro Benfica, Luanda Sul está a funcionar outra empresa. Segundo um dos seguranças no local, a Prébuild saiu dali e deixou para trás, apenas, meia dúzia de contentores.

Os números 1 e 2 do artigo 69.º da Lei de Execuções Fiscais indicam que se a dívida ultrapassar os 500 mil Kz e caso o executado "se encontre em parte incerta", como é o caso da Prébuild, podem ser "também utilizados, juntamente com a citação edital e sempre que

A Prébuild é uma empresa de construção civil do Grupo Prébuild, que nasceu em Angola, com a "Prébuild, Limitada", empresa criada por escritura de 30 de Novembro de 2007, tendo como sócios fundadores Cláudio da Piedade Dias dos Santos e a Mostratus Participações & Investimentos, limitada, com um capital social de 8 milhões kz, integralmente realizado em dinheiro e dividido em partes iguais pelos dois sócios. A Mostratus, que ficou com um capital social de 4 milhões kz, é uma empresa criada em Dezembro de 2006 também por Cláudio da Piedade Dias dos Santos e a sua mulher, Zélia Anira Nunes Salgueiro Dias dos Santos, com um capital social de 8,5 milhões kz, e que passou, a 13 de se justifique, as informações obtidas junto das autoridades policiais e municipais e os meios de comunicação escrita, de radiodifusão ou audiovisuais, sendo obrigatória a publicação num jornal de maior circulação nacional".

Sócios responsabilizados

No caso de dissolução, de acordo com o advogado Luís Lunga, "os accionistas e sócios da empresa devem requerer o registo do encerramento da

liquidação e extinção da empresa, sendo que os sócios reduzem os activos da empresa em dinheiro para liquidar em partilha". Em caso de dívida, acrescenta o jurista, "a AGT goza

Fevereiro de 2008, a ser uma sociedade anónima, com um capital social de 20 milhões kz, representado por 10.000 acções, com o valor nominal de 2.000 kz cada, segundo o Diário da República.

Dois anos depois, foi criada a Prébuild Global - Engenharia e Construção Limitada, por escritura de 24 de Setembro de 2010 e tendo como fundadores Eurico Hélder Proença Brito e Duarte Raúl de Carvalho, que outorga no acto de constituição como mandatário da sociedade "Santoinvest, limitada", empresa constituída a 28 de Junho de 2007, por Mário Abílio Palhares e Carlos Manuel de Carvalho Rodrigues, com um capital social de 90 mil kz, divididos em artes iguais pelos dois sócios fundadores. administradores, gerentes ou representantes, na sua sede, na residência destes ou em qualquer local em que se encontrem".

Dívida incobrável

A Prébuild Engenharia e Construção Civil funcionou até 2017, na estrada Kenguela, Zona Industrial do Patriota, no Município da Samba, em Luanda, altura em que foi encerrada e os seus trabalhadores foram indemnizados, segundo relatou ao Expansão Raúl Mafukila, de 40 anos, que trabalhou na construtora durante oito anos.

A queda do grupo Prébuild "foi precipitada pela forte ligação financeira ao Grupo Espírito Santo, de Portugal", como relata uma notícia do Jornal Económico quando João Gama Leão, o português que presidia ao grupo, teve de responder perante uma Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar às perdas registadas pelo Novo Banco, o banco que surgiu das 'cinzas' do antigo BES em Agosto de 2014, numa intervenção de emergência do Banco de Portugal, para salvar os activos bons do falido banco.

O grupo de construção, "com uma dívida incobrável de 334 milhões de euros, é um dos maiores devedores do Novo Banco", acrescenta o jornal português, a 6 de Maio de 2021. O grosso da dívida, segundo Vítor Fernandes, administrador do banco, "era do trade finance das operações exportadoras" e foram contraídas quando o Grupo Prébuild estava em fase de expansão e tinha empresas que "exportavam para mais de 50 países".

Na comissão de inquérito na Assembleia da República de Portugal, João Gama Leão imputou a responsabilidade da queda do grupo ao Novo Banco,

enquanto o jornal refere que a derrocada foi "precipitada pela forte ligação financeira ao Grupo Espírito Santo", a casa-mãe do Banco Espírito Santo Angola (BESA). Aos deputados, o presidente da Prébuild contou que "regressou de Angola, onde tinha obras públicas, para Portugal em 2011 porque tinha ganho uma obra de construção de 40 hotéis para um grupo segurador que o deputado do PSD desvendou, tratando-se da empresa seguradora (AAA Seguros) que pertencia à Sonangol" e que mais tarde passou para Carlos São Vicente. Na altura, o grupo tinha quase seis mil empregados, segundo informou ainda Gama Leão, que rematou com um desabafo: "Um dos erros da minha gestão foi ter o grupo muito centrado em mim".

6.12 Comércio, consumo e construção lideram crédito bancário

Jornal Expansão

27 De Janeiro de 2022

Texto: Joaquim José Reis

Por cada 1.000 kz que os bancos têm prestado à economia, 540 kz estão concentrados no comércio, nos consumidores e no sector da construção, segundo cálculos do Expansão com base nas Estatísticas Monetárias e Financeiras do Banco Nacional de Angola (B A).

O stock de crédito da banca comercial no final do I trimestre deste ano caiu 1% face a Março de 2021, para pouco mais de 4,6 biliões kz. De um total de 22 sectores que constam no relatório, doze viram o stock subir no espaço de um ano.

Destaque para a actividade de comércio, que 'vale' 25% do total do crédito bancário, que cresceu 6% para quase 1,2 biliões kz, representando mais 65 mil milhões kz face ao registado em Março do ano passado. Quanto ao segundo sector de actividade que mais crédito tem na banca, catalogado pelo Banco Nacional de Angola como "Particulares", caiu 8% para 789,5 mil milhões kz (-72,2 mil milhões kz), o que significa que o crédito ao consumo, neste caso a consumidores, foi o que caiu mais no espaço de um ano. Quanto ao sector da construção, o stock de crédito neste sector de actividade desceu 3% para 575,6 mil milhões kz (-19,8 mil milhões kz) face a Março do ano passado.

Assim, comércio, onde se encontra a maioria das empresas nacionais, consumo e construção valem 54% do total do crédito bancário nacional.

Por outro lado, 22% dos 4,6 bilhões Kz que representam o stock de crédito concedido pela banca até final de Março de 2022 estão concentrados nos sectores produtivos, nomeadamente a indústria extractiva e transformadora, agricultura e pescas, com o conjunto destes três sectores a valerem pouco mais de 1,0 bilhões kz do crédito total. O stock do crédito nas indústrias transformadoras cresceu 12% no período em análise (+54,5 mil milhões Kz) e o do agro-negócio (que engloba agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) subiu 18% (+52,3 mil milhões Kz). A subida do crédito nestes dois sectores de comércio, que 'vale' 25% do total do crédito bancário, cresceu 6% para quase 1,2 bilhões Kz de resulta, essencialmente, do Aviso 10 do B A, um mecanismo que obriga os bancos comerciais a concederem crédito à economia no mínimo de 2,5% da carteira de activos, com taxas de juro mais baixas que os praticados pela banca e que visa aumentar a produção de produtos nacionais para diminuir as importações. Por outro lado, o stock de crédito da indústria extractiva caiu 27% (-60,1 mil milhões Kz).

Se o crédito para o sector produtivo cresceu, o mesmo aconteceu no sector dos transportes e armazenagem, que quase duplicou o crédito face a Março de 2021, valendo mais 33,1 mil milhões Kz.

Em sentido contrário, a descer, destaque para a actividade de informação e comunicação (-53,2 mil milhões Kz), alojamento e restauração (-11,3 mil milhões Kz), educação (-10,0 mil milhões Kz) e saúde (-4,2 mil milhões Kz).

6.13 Dinamização do crédito a sector habitacional: constrangimentos e oportunidades

Jornal Expansão
27 De Maio de 2022

Sem dúvida, quando foi publicado o Aviso 9/2022 do BNA, que aborda o assunto do crédito bancário ao sector habitacional, muitas famílias acolheram a notícia com muita satisfação. Entre os satisfeitos estavam os agentes imobiliários e os bancos comerciais. Entretanto, o semanário Expansão, na edição 670, de 15 de Abril de 2022, publicou um artigo que, apesar de reconhecer a boa intenção do BNA, alertou que a falta de garantias condicionaria o crédito à habitação às famílias. Dai, no artigo, muitos detalhes foram avançados para justificar o alerta.

Provavelmente por causa de muitas vozes que se fizeram ouvir em muitos círculos, e aproveitando um hábito institucional relacionado com os ciclos anuais de conferências, o BNA realizou, no dia 12 de Maio,

uma mesa-redonda com o tema Dinamização do Crédito ao Sector Habitacional:

Constrangimentos e Oportunidades. Também fui convidado a estar presente. Os convidados a falar eram todos conhecedores do sector habitacional e não lograram a plateia. Um clima transparente, seguro e respeitoso, até para xinguilamentos, havia sido criado pelo anfitrião, que se fez representar ao mais alto nível institucional. Todos estavam ávidos de ouvir sobre os constrangimentos e as oportunidades. Como ouvinte, mantive a minha concentração no que os prelectores e intervenientes diziam para escrutinar a dimensão ética dos constrangimentos e das oportunidades para a dinamização do crédito ao sector habitacional. Porém, e não fiquei espantado, os debates e as asserções giraram preponderantemente em torno dos constrangimentos do que das oportunidades. Passou-se a ideia de que o peso dos constrangimentos era tão sobrepujante que nem dava para vislumbrar quaisquer oportunidades.

Como ouvinte mantive a minha opinião, a ideia deveria ser vista em três segmentos. O primeiro segmento poderia incluir todos os aspectos e entidades envolvidas no ordenamento do território até à concessão legal de terreno para fins habitacionais. O segundo poderia incluir o processo de solicitação e atribuição de crédito pelos bancos comerciais aos agentes imobiliários e particulares. O terceiro poderia envolver a aplicação do crédito bancário construção & venda de imóveis e pelos particulares na aquisição de habitações e a amortização do crédito contraído. Na conferência, ficou-se mais pelo primeiro segmento. Isso foi destacado pelo representante da ABANC, quando se referiu que não se havia falado do crédito bancário, propriamente dito. Inquestionavelmente, podem existir constrangimentos éticos e oportunidades éticas nos três segmentos e apenas se conseguiu focalizar, com abertura, no primeiro segmento. Eventualmente, mais "mesas-redondas" poderão ser realizadas para esmiuçar tudo o que faltou.

Uma coisa ficou claramente plasmada. O crédito ao sector habitacional fica emperrado no primeiro segmento da ideia. Isso se dá devido à excessiva e conflituante burocracia, incluindo retrocesso processual por falta de comunicação e cooperação, nas e entre as instituições da administração pública envolvidas no sector habitacional. Ao longo do colóquio, ouviu-se, com ênfase, as seguintes palavras e expressões: "falta de vontade política", "elevada burocracia", "caixa fechada", "não agir em conformidade", "cunha", "não ter moral", "necessidade de um maestro", "mais preocupação em se elevar as receitas do Estado", "má retribuição da renda nacional", "amiguismo", etc. Significa que,

mesmo estando os bancos comerciais preparados e desejosos por conceder crédito ao sector habitacional, são as próprias instituições da administração pública que estão a minar a sua dinamização, para começar.

O meu entender, e em função do que foi dito e pelos que o disseram, há uma gritante deficiência ética na formulação e condução da política habitacional e nas instituições da administração pública. A interacção entre as instituições da administração pública não tem sido influenciada pelos valores e princípios éticos plasmados na Constituição e na Lei da Probidade Pública. Quando o Ministério da Justiça, a última instituição pública no processo do primeiro segmento, se sente incapaz de conceder, ou conferir, "fé pública" às solicitações de legalização final, significa falta de confiança na qualidade do processo e questiona a plenitude, autenticidade e probidade. E isso dá o que pensar.

Portanto, a falta de confiança surge pelo facto de não se agir em conformidade com os ditames (valores e princípios éticos) constantes na Lei da Probidade Pública, os preceitos da missão da administração pública plasmados na Constituição da República e no desconhecimento da nobreza sentido de utilidade da função pública. Pelo conhecimento adquirido, no intercâmbio com servidores públicos em actos de formação sobre ética na administração pública, sei que praticamente todas elas não estabeleceram ainda as estruturas, os sistemas e as estratégias para a institucionalização da ética, 01 da Lei da Probidade Pública, na cultura organizacional dos Departamentos Ministeriais necessário que haja confiança nas instituições e entre todos os stakeholders envolvidos. A confiança é um dos activos intangíveis mais importantes para se efectuar qualquer negócio, iniciar e manter qualquer espécie de relacionamento, em qualquer parte do globo e em qualquer época da história da humanidade.

Assim como foram erguidas infra-estruturas estruturantes para catapultar o crescimento e desenvolvimento económico e social no país, a edificação da cultura ética nas instituições da administração pública deveria ser vista como algo estruturante e dar-se-lhe prioridade, devotando-se tempo e recursos para a sua prossecução.

Talvez seja este um dos recados que o BNA terá de transmitir aos seus parceiros institucionais públicos.

Afinal, a primeira "maka" não está principalmente no Ministério da Justiça e Direitos Humanos, quando indefere solicitações, ou nos bancos comerciais, quando não aprova pedidos de crédito, para se dinamizar o crédito ao sector habitacional.

6.14 Mais de 4, 4 Mil milhões de kwanzas para construir casas no Cazengo

Jornal Expansão
27 De Maio de 2022

Ao todo serão construídas 450 casas sociais do tipo T3-A, T3- B e T3-C na cidade de N'Dalatando, província do Cuanza Norte, no valor de 4, 4 mil milhões Kz, segundo o Despacho Presidencial o 132/22 de 24 de Maio.

A empresa Road Plus, Limitada será responsável pela construção de 150 casas sociais, do tipo T3-A no bairro quilómetro II, cidade de N'Dalatando, no município do Cazengo. Esta empreitada está avaliada em mais de 1,5 mil milhões. A construção de outras 150 casas do tipo T3- B ficará a cargo da empresa Grupo Wen, Limitada e vão custar aos cofres do Estado mais de 1,3 mil milhões kz.

Quanto às restantes 150 residências do tipo T3-C custarão igualmente mais de 1,3 mil milhões e a construção da obra, que será feita por ajuste directo, assim como as outras duas obras, ficou a cargo da empresa Samona, Limitada. No mesmo despacho é ainda autorizada uma verba para a contratação da empresa Velotrans, Limitada, para fiscalizar as obras. O valor do serviço é de mais de 167 milhões Kz.

As casas vão servir para o reassentamento de 780 famílias sinistradas pelas tempestades de grandes proporções que afectaram vários bairros no Município do Cazengo, causando avultadas perdas materiais.

As obras são de carácter emergencial pelo facto de o País ainda estarem época chuvosa, o que significa que as populações continuam em perigo iminente caso não sejam tomadas medida preventivas.

Há alguns anos, o Jornal de Angola noticiou que na província do Cuanza-Norte existem mais de 200 casas das 714 do tipo T3 destinadas aos funcionários públicos que se encontram praticamente abandonadas e rodeados de capim, o que facilita a vandalização e roubo de alguns meios, como tomadas, louça sanitária, portas e janelas, além do surgimento de fissuras.

Segundo o governo da província, as casas se encontram desabitadas por falta de pessoas interessadas em comprar. As casas, construídas com o propósito de mitigar a carência habitacional no seio da população, encontram-se na sua maioria em zonas sem acesso a energia eléctrica e água potável, a par da falta de esquadras policiais, escolas e postos de saúde.

6.15 Falta de legislação e pouca acção do INH atrasam desempenho do sector imobiliário

Novo Jornal

29 De Abril de 2022

Texto: Alexandre Lourenço

A falta de legislação que ajude o cumprimento das obrigações contratuais nas transacções imobiliárias associada à "pouca acção" do regulador está a atrasar o desempenho do sector imobiliário, denunciaram vários operadores do mercado no Fórum Imobiliário Edição Lusófona.

Dezenas de players deste sector estiveram reunidos na semana passada no Fórum Imobiliário Edição Lusófona, que decorreu em Luanda numa altura em que segundo os operadores o sector imobiliário está prestes a ser 'aquecido' com a disponibilização de crédito à habitação anunciada pelo Banco Nacional de Angola (BNA), ao abrigo do Aviso 9. Vários disseram que agora é o momento para o Instituto Nacional de Habitação "assumir o seu papel como regulador" do sector.

"Temos que fazer um apelo ao Instituto Nacional de Habitação para velar a questão da regulamentação e o controlo da mediação em Angola, porque a falta destes instrumentos tem dado lugar a muitas burlas e acabam por participar na desconfiança de muitos clientes quando chega a altura de comprar uma casa", lamenta Emanuel dos Santos, consultor imobiliário, sublinhado que muitos clientes ficaram "com traumas".

O consultor explicou que muitos promotores e mediadores entraram nesta actividade sem serem licenciados e sem algum conhecimento sobre as boas práticas e acabam por distorcer o conceito de mediação ou de promoção imobiliária.

Já para Cleber Corrêa, presidente interino da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), o Executivo deve entrar em acção aprovando legislação que proíba que qualquer pessoa venda imóveis sem estar inscrito na conservatória predial, para acabar com burlas ou irregularidades no sector. "Estes constrangimentos continuam porque, normalmente, estes aventureiros pouco ou nada de dinheiro colocam no negócio. Fazem uma parceria de um terreno, fazem um desenho bonito e começam a vender. Mas quando existem instrumentos legais que obriguem que para vender um imóvel tem de tirar direito de superfície, aprovar o loteamento, ou seja, tem que investir dinheiro, então tira-se já deste negócio aqueles que só querem fazer burla", defende.

O promotor imobiliário Miguel Ribeiro revelou que a falta de regulamentação é de facto "um grande constrangimento para sector imobiliário", mas adiantou que está a ser feito um trabalho com o Ministério da Justiça, para encontrar soluções com muita brevidade e ferramentas que ajudem ao cumprimento das obrigações em termos contratuais e processos jurídicos.

"Estamos a trabalhar no sentido de serem mais céleres estas acções para que possamos ter, com maior rapidez, instrumentos disponíveis no mercado para facilitar as transacções imobiliárias", acrescentou. Aviso 9 do BNA pode "salvar" empresas

Muitas pequenas e médias empresas que acabaram por fechar as portas devido à conjuntura económica associada ao surgimento da pandemia podem voltar à actividade com o surgimento do aviso 9 do BNA, que é encarado como uma porta de regresso porque vai aquecer o sector imobiliário.

Miguel Ribeiro, promotor imobiliário reitera que as empresas viram as receitas reduzir e muitas acabaram mesmo por fechar para não se sobrecarregar a nível dos encargos, mas acredita que este aviso é uma das ferramentas que permitirá encontrar incentivos que permitam voltar a dinamizar o mercado.

Para o presidente interino da APIMA, as pequenas e médias empresas são fundamentais para o sector, porque acaba-se com a questão de se contratar uma empresa para se fazer centralidades.

7. TERRA

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Bairros de Menongue terão mais água potável

Jornal De Angola

3 De Maio de 2022

Texto: Weza Pascoal

Cerca de dez mil habitantes da zona urbana e dos bairros Popular e Castilho, na cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, vão ter, dentro de dez meses, mais água potável à disposição, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Orçadas em mais de três mil milhões de kwanzas, as obras de reabilitação e ampliação da rede de distribuição de água potável de Menongue estão a ser executadas pela empresa Prelundo e contemplam mais de 800 ligações domiciliárias.

Segundo o director de obras da Prelundo, João Rego, o projecto, que teve início no princípio do mês de Abril, está dividido em duas fases: a primeira inclui os bairros Popular e Castilho, com um orçamento de mais de 1,9 mil milhões de kwanzas, e a segunda fase vai abranger a zona urbana da capital do Cuando Cubango, cujas obras estão orçadas em mais de 1,5 mil milhões de kwanzas.

João Rego explicou que nos bairros Popular e Castilho os trabalhos incidem na abertura de valas para a colocação das tubagens, derivação de duas condutas, criação de várias zonas de controlo da pressão da água, assim como colocação de medidores de caudal da água, aplicação de válvulas para abertura e fecho de água e aplicação de contadores em mais de 400 residências cadastradas.

O projecto contempla ainda a construção de vários chafarizes no interior dos bairros a serem indicados pela Administração Municipal de Menongue, para que a população deixe de recorrer a cacimbas e ao rio Kwebe.

"Com a instalação de torneiras nas residências, as pessoas vão ter acesso à água potável sem terem que percorrer longas distâncias", disse.

João Rego fez saber que na zona urbana será feita apenas a reabilitação do sistema de água existente, a substituição de algumas válvulas e de outros

equipamentos avariados, para permitir mais de 400 ligações domiciliárias.

Garantiu que, para o êxito dos trabalhos, estão mobilizados cerca de 100 trabalhadores, dos quais mais de 50 jovens contratados localmente, que têm contribuído de forma positiva para a efectivação do projecto, cujas obras estão com 15 por cento de execução física.

"Até agora os trabalhos decorrem sem sobressaltos, com o apoio e colaboração da população, no controlo do material deixado no local, bem como na indicação dos lugares onde acham melhor colocar as tubagens e os contadores", disse.

Marcela Katongo, cidadã de 35 anos e residente no bairro Castilho, aplaudiu o projecto de reabilitação e ampliação da rede de distribuição, acrescentando que o seu bairro nunca beneficiou de água potável.

"Temos enfrentado muitos problemas, no que concerne ao fornecimento de água potável, porque recorremos a cacimbas, que apenas ficam cheias na época chuvosa, secando no cacimbo, o que nos causa muitos transtornos, porque muitas vezes ficamos sem água até para beber", disse.

Maria Mutango disse que a entrada em funcionamento do novo sistema de abastecimento trará grandes benefícios para a população, porque vai permitir a realização de todas as actividades domésticas no interior das residências, principalmente a lavagem da louça ou de roupa, que, até agora, são feitas em rios.

"Actualmente lavamos a louça e a roupa no rio, situação que coloca em risco as nossas vidas, porque podemos ser atacadas por jacarés em qualquer momento", lamentou.

Denunciada a existência de ligações clandestinas

O coordenador da comissão instaladora da Empresa Pública de Águas, Rodrigues Malengue, disse, recentemente, ao Jornal de Angola, que já foram instaladas mais de cinco mil ligações domiciliárias mas estima-se que existem acima de duas mil ligações domiciliárias clandestinas.

Acrescentou que a Empresa Pública de Águas tem o controlo de uma dívida avaliada em mais de 40 milhões de kwanzas, contraída por empresas públicas e clientes particulares, nos últimos cinco anos.

Fez saber que é necessário um sistema de abastecimento com capacidade de aproximadamente 53 mil metros cúbicos de água por dia, tendo em conta que os 11 mil existentes são insuficientes, pois

cada um dos mais de duzentos mil habitantes da cidade de Menongue consome, por dia, 150 litros, em média.

O empreendimento, que custou cerca de 45 milhões de dólares americanos, beneficia, neste momento, a população residente nos bairros Pandera, 45 casas, Tomás, Saúde, 1º de Maio, Chivonde, Pio, Hoje-Ya-Henda, 23 de Março, Castilho, Victória, Cunha, Azul, Macueva, Kalupassa, Bom Dia, Jubileu, Tunga, Kwenha e Futungo, arredores da cidade de Menongue.

"Para permitir a inclusão de novos clientes em determinadas horas do dia, vamos fechar o fornecimento de água numa zona e dar prioridade a outras, principalmente aos bairros onde existem escolas e unidades sanitárias", explicou.

8.2 Água potável chega a duas mil famílias do município de Ekunha

Jornal de Angola

6 De Maio de 2022

Texto: Juliana Domingos

Mais de duas mil famílias do município da Ecuinha, província do Huambo, vão beneficiar, nos próximos dias, de um sistema de produção e distribuição de água potável, equipamento social construído no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM)

O acordo rubricado visa responder as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores, na sequência do incidente ocorrido no dia 25 de Maio do ano em curso, que envolveu trabalhadores e efectivos de segurança no interior do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, tendo resultado na morte de dois cidadãos.

Entre as exigências constantes do caderno reivindicativo destacam-se aumentos salariais, melhores condições laborais, alimentação e assistência médica e medicamentosa.

Ao tomar a palavra à margem da assinatura do acordo, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, sugeriu a criação de um comité de acompanhamento para averiguar o cumprimento do acordo assinado entre as partes.

João Baptista Borges considerou ser um "dia histórico" para o projecto, sublinhado que o acordo vai propiciar melhores condições de trabalho, tendo felicitado as partes pelo diálogo, segundo informações a que o Jornal de Angola teve acesso.

"O diálogo é importante e esta porta não se deve fechar", destacou, para quem a questão da formação de quadros e do emprego são fundamentais, cuja obra em construção e outras já concluídas têm propiciado formação e emprego a milhares de jovens.

Por seu turno, o primeiro secretário da Comissão Sindical de Caculo Cabaça, Leonardo Bate-Chapa, reconheceu a liderança e disponibilidade do ministro da Energia e Águas em todo este processo negocial que resultou em ganhos para todas as partes.

O acto foi igualmente testemunhado pela vice-governadora da província do Cuanza Norte, Leonor Garibaldi, tendo manifestado o regozijo pelo desfecho que resultou na assinatura do acordo.

O Projecto Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, na província do Cuanza Norte, cujas obras arrancam com normalidade vai produzir 2.172 Megawatts (MW). Depois de concluído, o imponente aproveitamento fará parte de um leque de barragens construídas ao longo do Médio Kwanza, onde já despontam a de Cambambe (Cuanza-Norte), Capanda e Laúca (Malanje)

8.3 Lançado projecto para melhorar qualidade da água

Jornal de Angola

7 De Maio de 2022

Texto: Edvaldo Lemos

Um projecto de instalação de biofiltros para melhorar a qualidade da água na zona dos Paranhos, no Dande, província do Bengo, foi lançado, quinta-feira, pela Associação Química Verde Lab", em parceria com a Embaixada da França.

O acto foi testemunhado pela secretária de Estado do Ambiente, Paula Francisco, e pelo embaixador da França, Daniel Vosgien.

O director do projecto, António Kilala, considerou preocupante a situação das pessoas que habitam nas comunidades rurais do país, onde muitas famílias enfrentam sérias dificuldades no acesso ao precioso líquido.

"Muitas famílias consomem a água proveniente de poços tradicionais, susceptíveis à contaminação de várias doenças, devido à falta de higiene", sublinhou, para acrescentar que muitas vezes o lugar onde tiram a água para beber é, também, o local onde lavam a roupa, cuidam da higiene pessoal e dão de beber os animais.

"Com esse tipo de práticas, os cidadãos, principalmente mulheres e crianças, apanham doenças diarreicas agudas, infecções urinárias e da pele", alertou António Kilala.

Explicou que, em relação ao Bengo, depois da instalação de biofiltros de água na comuna do Úcua, município do Dande, que já beneficia cerca de duas mil famílias, o projecto é agora lançado na zona dos Paranhos, no mesmo município.

"A instalação de biofiltros de água é um projecto inovador, que ajuda a melhorar a qualidade da água consumida pela população. E a técnica de engenharia utilizada é de baixo custo", esclareceu o director do projecto e da Associação "Química Verde Lab".

A secretária de Estado do Ambiente, Paula Francisco, pediu a todos os beneficiários a valorizarem o projecto.

"que toca, precisamente, nas questões ligadas ao programa de qualidade ambiental, na vertente de recursos hídricos, bem como na questão ligada ao saneamento das comunidades".

O embaixador da França em Angola, Daniel Vosgien lembrou que o projecto, que existe desde 2016, propõe uma alternativa simples e prática às populações beneficiadas, contemplando a sustentabilidade das populações e o empoderamento das mulheres em idade escolar, partindo do princípio de que a água e o saneamento são fundamentais para a comunidade.

Denominado "Minha Água, Minha Vida", o projecto já beneficiou cinco mil famílias das províncias de Luanda, Benguela, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul e Bengo.

O vice-governador para a área Técnica e Infra-estruturas do Bengo, Agostinho da Silva, agradeceu à Embaixada Francesa em Angola e à Associação "Química Verde Lab" por terem escolhido a zona do Paranhos, no Dande, para o lançamento do referido projecto.

8.4 Mais serviços sociais básicos abertos no Cuando Cubango

Jornal de Angola
9 De Maio de 2022

Texto: Weza Pascoal Mais de duas mil famílias das aldeias de Canhongue, Chiengo, Dilungo, Muquengue, Kaquene e Peco, no município do Cuchi, contam, desde sexta-feira, com mais seis sistemas de captação, tratamento e distribuição de

água potável, inaugurados pelo governador provincial do Cuando Cubango, José Martins.

O projecto, financiado pelo Governo angolano e pelo Banco Mundial, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local (PDL), está orçado em mais de 280 milhões de kwanzas e visa melhorar a qualidade de vida da população.

Segundo o director do Instituto de Desenvolvimento Local (IDL), Severino Cavalo, os sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável estão equipados com painéis solares.

Acrescentou que o dinheiro disponibilizado para as obras serviu, também, para a construção de uma escola primária, com seis salas de aula, denominada "15 de Dezembro", com capacidade para acolher 240 alunos, nos períodos da manhã e da tarde.

O director municipal da Educação, Paulo José, agradeceu ao IDL pela construção e apetrechamento da escola, que vai permitir que cerca de 240 alunos estudem em condições condígnas.

Paulo José apelou ao Governo Provincial, ao IDL e outras organizações existentes no país no sentido de construírem mais escolas no município do Cuchi, para permitir enquadrar no sistema normal de ensino acima de cinco mil novos alunos.

Disse que, no presente ano lectivo, estão matriculados mais de cinco mil alunos em diferentes subsistemas de ensino e que o município conta com 25 escolas e 401 funcionários do sector da Educação, dos quais 380 professores.

Para retirar um elevado número de crianças que se encontram fora do sistema de ensino, referiu, são necessárias, pelo menos, mais 12 escolas e o recrutamento de professores.

Segundo Severino Cavalo, os equipamentos entregues são parte de um total de 35 projectos sociais levados a cabo no Cuando Cubango, com um orçamento de mais de 870 milhões de kwanzas.

Anunciou que, nos próximos dias, o IDL vai proceder, igualmente, a entrega de alguns projectos sociais nas localidades do Muquehe, Mingungo, Kalumba e Tchindande, no município do Cuchi, e, seguidamente, em Menongue, cujas obras já estão concluídas.

Na ocasião, o governador provincial, José Martins, pediu às comunidades favorecidas para cuidarem bem das novas infra-estruturas, para evitar que muitas famílias se mudem para outras localidades devido à inexistência de alguns serviços sociais básicos.

José Martins garantiu que o Governo Provincial vai continuar a trabalhar para melhorar as condições sociais das famílias.

O governador do Cuando Cubango deu a conhecer que, depois dos trabalhos de terraplanagem que estão a ser feitos no interior dos bairros da capital da província do Cuando Cubango, serão intervencionadas as vias do interior dos bairros e aldeias do município do Cuchi e posteriormente as do Cuito Cuanavale.

8.5 Canal do Cafu é o primeiro de quatro projectos no Cunene

Novo Jornal

20 De Maio de 2022

O Canal de Cafu, o primeiro de quatro projectos que visam a combater a seca naquela província, entrou em funcionamento no dia 04 de Abril último, depois de, na mesma data, ter sido inaugurado pelo Presidente da República, João Lourenço.

O projecto consiste num sistema de captação e transferência de água do rio Cunene para várias povoações, por via de um canal adutor com 160 quilómetros de extensão, ao longo dos quais foram construídas 30 chimpacas (locais para 'abeberamento do gado), com capacidade para 30 milhões de litros cada. Os dados técnicos do projecto indicam que a obra vai beneficiar uma população calculada em 235 mil habitantes, vai permitir o abastecimento de água a 250 mil cabeças de gado, a irrigação de 15 mil hectares de terreno, além de garantir 3.75 empregos directos.

8.6 Programa prevê beneficiar mais de 2 milhões de pessoas

Novo Jornal

20 De Maio de 2022

Texto: Maurício Vieira Dias

Dados do Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola (PCESSA), consultados pelo Novo Jornal, apontam que o projecto irá favorecer 2.017.038 pessoas, sendo a província da Huíla a que maior número de beneficiários contará, num total de 748 mil.

De acordo com informações do PCESSA, na província do Namibe, o programa vai favorecer 656.806 pessoas, enquanto no Cunene irá beneficiar 612.232, o que totaliza, no agregado, 2.017.038 cidadãos.

A morte do gado, devido à seca, tem sido constante, mas esse paradigma poderá ser alterado com a conclusão do PCESSA, alerta o director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, Manuel Quintino. O responsável acrescenta que o programa prevê apoiar as necessidades de 1.719.512 cabeças de gado, das quais 670 mil da Huíla, 527.512 do Namibe e 522 mil do Cunene.

Onze novas barragens

Dentro das medidas estruturantes do projecto, foram identificadas soluções estruturantes, estando, entre outras, a construção de 11 barragens de raiz nas três províncias.

O Namibe, segundo o documento, contará seis barragens, sendo que a construção de cinco delas está orçada em dois mil milhões de dólares, carecendo de financiamento para a sua execução. Trata-se, nomeadamente, da Barragem do Bentiaba, com uma altura de 58 metros, do Bero (34 metros de altura), do Giraúl (38 metros de altura), do Carujamba e do Inamangando (40 metros).

Já a barragem do Curoca será construída por via de uma garantia de financiamento de 200 milhões de dólares, conseguida pela Sociedade de Empreendimento e Trabalhadores Hidráulicos (SETH), através da United Bank of Africa (União de Bancos de África).

Para além das seis barragens citadas, no Namibe serão ainda reabilitadas outras 43 de alvenaria de pedra, tendo já sido aprovado um concurso público para a recuperação e o desassoreamento dessas, nos municípios da Bibala (21), Camucuío (16), Moçâmedes e Virei (6), estando a execução dos três lotes orçada em aproximadamente 25 mil milhões de kwanzas.

Ainda sobre a recuperação de barragens do Namibe, o engenheiro Manuel Quintino diz que "tendo em conta a necessidade de se iniciarem as obras com a maior urgência possível, optou-se por um programa intercalar que visará 11 barragens", estando orçado em 11 mil milhões kz.

Na província do Cunene, por sua vez, serão construídas três barragens, enquanto na Huíla duas.

Sobre as barragens a serem construídas, engenheiro Manuel Quintino detalha que, "neste momento, têm aparecido entidades, sobretudo empresas privadas, que manifestaram interesse em construí-las. "Dizem, pelo menos, que têm interesse e que têm a capacidade de mobilizar recursos financeiros externos" para avançar com as obras.

8.7 Executivo pretende até 2030 acesso universal à água potável

Jornal de Angola

21 De Maio de 2022

Texto: Garrido Fragoso

O Executivo planeia, por via do Programa Nacional de Saneamento, alcançar, até 2030, o acesso universal à água potável, saneamento e higiene adequados, através de uma parceria entre o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, UNICEF e demais organizações.

Durante a audiência, as duas personalidades trataram, igualmente, assuntos de interesse comum, com particular destaque para o quadro do reforço de cooperação nos mais variados domínios existentes entre os dois Estados.

Segundo uma nota de imprensa do Ministério das Relações Exteriores enviada hoje ao Jornal de Angola, a ocasião foi ainda aproveitada para o diplomata argelino Alejandro Verdier oferecer chocolates já produzidos em Angola por via da fábrica Dulceria Nacional, instalada no Pólo Industrial de Viana, inaugurada, recentemente, pelo Presidente da República, João Lourenço.

A Dulceria Nacional é uma parceria do Grupo Arcor, uma multinacional argentina líder com mais de 70 anos de trajectória especializada em três unidades de negócios, nomeadamente em alimentos de consumo massivo (guloseimas, chocolates, sorvetes, bolachas e alimentos), packaging e agronegócios e o grupo Webcor que possui um portfólio diversificado de empresas especializadas em sourcing, agricultura, produção e distribuição de produtos alimentares e de grande consumo, com uma forte presença no mercado angolano.

8.8 Avaliadas condições para início das obras da barragem

Jornal de Angola

24 De Maio de 2022

Texto: Domingos Calucipa

Uma equipa do Ministério da Energia e Águas avaliou, no município da Cahama, Cunene, as condições técnicas para o arranque, nos próximos dias, das obras de construção da barragem da Cova do Leão, na margem direita do rio Cunene, no quadro das acções de combate aos efeitos da seca.

A obra, a ser executada sobre o rio Caculvale, é parte de quatro projectos estruturantes virados para o

combate aos efeitos da seca na província do Cunene, em que se destaca o Cafu, já inaugurado e em funcionamento, enquanto as barragens de Calucuve e Ndue, no Leste da província, estão em execução desde Outubro do ano passado.

A barragem da Cova do Leão tem como finalidade o aproveitamento do caudal do rio Caculvale para abastecer de água, por via de um canal aberto de aproximadamente 120 quilómetros, diferentes localidades dos municípios de Cahama e Curoca, tidos como os mais endémicos da seca que assola, nos últimos anos, a província do Cunene.

A equipa técnica do Ministério da Energia e Águas, encabeçada pelo director-geral do Gabinete para Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvelai, Carolino Mendes, manteve um encontro com as autoridades do município da Cahama, no qual abordaram aspectos técnicos a serem observados durante a implementação do projecto.

Carolino Mendes pediu maior comunicação entre as autoridades locais e as comunidades, para que estas últimas tenham boa percepção da importância do projecto nas suas vidas.

A equipa técnica visitou o local onde vai ser erguida a barragem, a sete quilómetros da sede municipal da Cahama. Quando estiver concluída, a barragem vai acumular cerca de 25 milhões de metros cúbicos de água.

8.9 Irrigação de campos custa mais de USD 3 milhões

Jornal de Angola

27 De Maio de 2022

Texto: Joaquim Neto

Ao todo, 3,5 milhões de dólares foram investidos pelo Programa para a Agricultura Familiar Orientada para o Mercado, vulgo Mosap II, na construção de 13 infra-estruturas para a irrigação nas províncias do Huambo e Bié.

Concebidas para o armazenamento das águas em tempos de abundantes chuvas, as infra-estruturas, entre lagoas, represas, valas e canais de pequenas e grandes dimensões, visam suprir inúmeras dificuldades que as famílias produtoras vivem, confinando-as a uma prática agrícola exclusivamente dependente das épocas de sequeiro.

A coordenadora nacional do Mosap II, Maria Júlia Vaz, disse que o programa permitiu beneficiar

directamente quatro mil famílias produtoras da província do Huambo, com uma capacidade de irrigar cinco mil hectares de terrenos, e duas mil famílias no Bié, cujo poder de irrigação ultrapassa os três mil hectares.

O responsável para as obras de construção civil da Unidade de Implementação do Mosap II, engenheiro Hélder Carvalho, assegurou, ao Jornal de Angola, estarem garantidas melhores condições de trabalho em épocas agrícolas, pelo facto de terem sido construídos 15 mil metros de valas e canais em betão betuminoso e em terra batida que vão beneficiar 25 cooperativas agropecuárias e 20 associações de camponeses.

Financiado em 95 milhões de dólares, o Mosap II está a ser implementado em 25 municípios e 80 comunas das províncias de Malanje, Huambo e Bié e beneficia 200 mil famílias.

8.10 Recolha de resíduos sólidos continua deficiente

Jornal Luanda

2 De Maio de 2022

Texto: Arcângela Rodrigues

Em várias ruas dos municípios do Cazenga e de Luanda, a reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda constatou a colocação de novos contentores, pequenos e de plástico. Noutras, mantêm-se os contentores antigos, em mau estado e muitos deles a ocuparem parte da via, criando constrangimentos à circulação rodoviária.

A rua Lindo Amezaga, localizada no Distrito Urbano do Rangel, conta com seis contentores grandes de lixo antigos e enferrujados. Alguns estavam vazios e com lixo no chão. Nenhum dos contentores estava bem localizado. Um foi colocado depois de um supermercado, dois foram colocados à entrada do Mercado dos Congolenses e outros à saída das "pedrinhas".

Os moradores consideram insuficiente o número de contentores disponíveis, principalmente por ser uma zona de comércio, estando, por isso, constantemente cheia de lixo, que acaba por invadir a via e os passeios, dificultando a circulação de veículos automóveis e peões.

Morador há 30 anos no Rangel, Hélio Courgel explicou que a recolha do lixo é feita quatro vezes por semana, a partir das 17h00. Segundo ele, o lixo não devia ser recolhido apenas neste período, porque há muita produção de resíduos sólidos na zona.

"O lixo e as moscas são os grandes problemas que temos nesta zona", apontou, acusando as vendedeiras de serem as que mais produzem muito lixo, deixando aos montes, em qualquer lugar." Não é possível ficar parado no portão de casa, por causa das moscas e das ruas estarem sempre sujas", queixou-se, apelando à Elisal a mudar o seu programa de trabalho.

Segundo Hélio Gourgel, a Elisal apenas faz a recolha de resíduos sólidos, deixando de parte a limpeza da rua, poda de árvores, entre outros serviços.

O também morador, João António afirmou que o acumulo de lixo tem a ver com o mau comportamento das pessoas, sobretudo das vendedeiras, que insistem em deitar o lixo para o chão, queimam, enfim, provocam muita sujidade.

João António deixa um apelo à Elisal, no sentido de alargar o horário de recolha de lixo e aumentar o número de contentores.

Na área do Ngola Nbandi, no Rangel, apenas há três contentores grandes de metal e enferrujados. Infelizmente, o número de contentores é insuficiente para atender a demanda.

Até à altura que a nossa reportagem passou pelo local, havia muito amontoado de lixo. O morador Francisco Oliveira disse que o cenário tem sido o mesmo todos os dias, porque os contentores são poucos e há muita produção de lixo.

Segundo o mesmo, a recolha do lixo é feita quatro vezes por semana, apenas num único período, às 17h00. "Outro problema tem a ver com a limpeza das ruas. Os carros da Elisal quando chegam aqui, apenas recolhem o lixo, quanto ao resto, não fazem nada", lamentou.

Na rua das Mabubas, em frente o prédio dos "soviéticos", há um charco de água parada, de cor preta, onde é depositado todo o lixo.

Já no centro da cidade, na Avenida Hoji-ya-Henda, foi colocado um contentor grande de metal. Os moradores lamentam o facto do mesmo estar junto do prédio e quando não recolhem o lixo, as moscas invadem os apartamentos e o passeio fica intransitável, devido aos resíduos sólidos que são depositados no chão.

No Senado da Câmara, foram colocados novos contentores pequenos de plástico. Da zona da Tourada, Avenida Revolução de Outubro e no Zamba 2 também foram colocados novos contentores pequenos de plástico. Nestas áreas, o lixo já tinha sido recolhido e as ruas estavam limpas.

8.11 Município de Viana conta com nova operadora de recolha de resíduos sólidos

Jornal de Angola

4 De Maio de 2022

Texto: Helma Reis

A empresa Vista Waste Management, tornou-se, na segunda-feira, 02 de Maio, na mais nova Operadora de Limpeza, Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos no município de Viana, fruto da celebração de um contrato de prestação de serviços de limpeza e recolha de resíduos sólidos, assinados entre a Administração Municipal de Viana e a empresa acima descrita

Os autos de consignação foram assinados pelo administrador municipal de Viana, Demétrio de Sepúlveda e Miguel Martins, director de Produção da Vista Waste, empresa vocacionada à limpeza, recolha e tratamento de resíduos sólidos, após ter vencido o concurso público simplificado.

O acto foi testemunhado pelo vice-governador da província de Luanda para o Sector Político e Social, Dionísio da Fonseca, que na ocasião apelou à direcção da empresa a aproveitar as mais valias existentes no município, bem como trabalhar com as cooperativas de limpeza e recolha de resíduos sólidos existentes na circunscrição.

O governante apelou ainda à Vista Waste a apoiar as pequenas e micro empresas que se dedicam ao trabalho de limpeza e recolha do lixo, como forma de fomentar o auto-emprego no domínio do saneamento básico.

Por sua vez, o administrador municipal de Viana, Demétrio de Sepúlveda, realçou, que da Vista Waste espera um trabalho de limpeza urbana e recolha de resíduos sólidos diferente daquilo que tem sido feito até ao momento.

“Pretendemos que o trabalho seja abrangente a toda extensão do município e que venha contar com a inclusão das pequenas e médias empresas, das cooperativas e das iniciativas de empreendedorismo. Queremos ver e ter uma Viana mais limpa e com mais saúde”, acrescentou o titular do município satélite.

Já o director de Produção da empresa Vista Waste, Miguel Martins, assegurou que estão criadas as condições técnicas e humanas para arrancar com os serviços a nível do município de Viana.

Com esta iniciativa, enquadrada no âmbito do processo de desconcentração, a Administração Municipal de Viana passa a ser a principal responsável pela execução dos serviços de limpeza pública e saneamento básico na sua circunscrição territorial e vai contar com a supervisão do Governo da Província de Luanda, que terá a missão de assegurar a boa execução do contrato que foi celebrado entre as duas partes.

8.12 Bela tem nova operadora para limpar o município

Jornal de Angola

6 De Maio de 2022

Texto: Alberto Quiluta

O município de Belas, em Luanda, conta com uma nova empresa de recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza urbana. Trata-se Vista Waste, que venceu o concurso público para a prestação deste serviço naquela circunscrição.

No percurso dos seus 88 anos, o antigo Ambrizete registou avanços e recuos, do ponto de vista de desenvolvimento económico e social. O administrador municipal, Augusto Tiago, fez, ao Jornal de Angola, um resumo da realidade actual da região, tendo destacado os principais ganhos alcançados nos últimos anos, fruto de alguns investimentos realizados, à luz de vários programas gizados, quer pelo governo provincial, quer pelo central.

“Temos um município que deu um salto muito grande nos últimos anos, se compararmos com os tempos passados. Temos energia eléctrica da rede nacional, que considero ser um grande ganho para o desenvolvimento do município. A estrada que liga o município à capital do país, Luanda, é boa”, referiu.

Augusto Tiago lembrou que decorrem, neste momento, as obras de construção do sistema de abastecimento de água potável, que vai, em definitivo, acabar a carência deste precioso líquido vivido a nível da vila e bairros periféricos.

O sistema de abastecimento de água, disse, deverá ser composto por um reservatório apoiado de 1.700 metros cúbicos, dois outros reservatórios elevados de 500 metros cúbicos e uma estação de captação e tratamento, prevendo-se, como isso, efectuar cinco mil ligações domiciliárias.

“O problema de abastecimento de água potável vai ser resolvido. Penso que temos um município com mais esperança num futuro melhor. Temos uma série

de projectos em carteira, uns em execução, como são os casos da construção, aqui na sede municipal, de uma escola de 12 salas de aula e uma outra na localidade de Quimacucu, comuna de Quibala Norte, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios”, disse.

Acrescentou que, decorrem, igualmente, as obras de construção das instalações da administração, do posto policial e de uma escola de sete salas na comuna de Quibala Norte, tendo adiantado que, nos próximos tempos, devem ser realizados trabalhos de terraplanagem dos troços rodoviários de acesso às comunas de Quindege e de Quibala Norte, para a acomodação do tráfego.

"Temos garantias de que vamos iniciar, nos próximos tempos, um trabalho de acomodação do tráfego das vias, tanto de Quindege, como do Quibala Norte, que, de facto, é o grande desafio do governo provincial, e permitir o escoamento de produtos agrícolas para os grandes centros de consumo”, adiantou.

O município do Nzeto, com uma superfície de 10.120 quilómetros quadrados, possui condições excelentes para a produção de citrinos, mandioca, milho, gergelim, genguba, batata-doce, feijão, ananás, abacate, papaia, hortaliças, entre outros, factor que, segundo o administrador municipal, pode constituir num chamariz para os investidores à região, quer nacionais, quer estrangeiros.

"Com as potencialidades que temos e, se forem divulgadas ao país e ao mundo, penso que vamos atrair investimentos e, com isso, criar muitos empregos para impulsionar o desenvolvimento da região. Portanto, atrair investidores e turistas é um dos nossos grandes objectivos.

Para além da actividade pesqueira de que, em grande medida, o Nzeto é conhecido, queremos que se torne, também, numa vila turística”, declarou, frisando que para que isso aconteça é necessário olhar o Nzeto com outros olhos, ou seja, todos os seus habitantes devem contribuir, ter comportamentos e atitudes conducentes ao desenvolvimento desejado.

"O investimento não tem fronteira e o Estado angolano tem uma boa política de captação de investimentos estrangeiros e nós queremos, também, que o Nzeto seja alvo dessas políticas de investimentos de peso”, augurou.

Augusto Tiago enfatizou que a região, cujas populações são consideradas acolhedoras, possui praias exuberantes e outros encantos e recantos

propícios para a prática de turismo, carecendo apenas de investimentos.

Iniciativas privadas

Até ao momento, uma das maiores iniciativas privadas no Nzeto, no domínio da produção agrícola, denomina-se "Fazenda Girassol", projectada, há anos, na margem direita do rio Loge, na linha limítrofe entre a província do Zaire e a do Bengo.

Considerado o "ex-líbris" da província, em termos da prática da agricultura moderna, a "Fazenda Girassol" tem exportado milhares de toneladas de produtos diversos, com destaque para banana de mesa, tendo garantido centenas de postos de trabalho aos jovens locais e não só, revelou o administrador.

Augusto Tiago disse estar, também, para breve, a reactivação das salinas do Nzeto, um sector que, pela sua natureza, tem uma grande nuance de empregabilidade.

"A empresa que vai explorar as salinas enfrentou algumas dificuldades para conseguir financiamento e legalizar o terreno. Ultrapassadas que estão estas questões, estamos em crer que, se não for este ano, no início do próximo, a salina pode começar a produzir”, disse.

Augusto Tiago acrescentou que à administração municipal chegam inúmeras solicitações de cedência de terrenos para investimentos, facto que considerou ser animador para o município, que deseja transformar-se num ponto turístico de referência no contexto nacional.

Assistência médica regista avanços significativos em todas as sedes comunais

No domínio das condições de assistência, o administrador municipal revelou terem sido registados avanços significativos na localidade, com a construção de centros de saúde em todas as sedes comunais e em algumas aldeias mais habitadas, facto que, embora positivo, considerou ser insuficiente, face ao número da população, estimado em 41.627 habitantes.

"Precisamos de melhorar. Eu, enquanto angolano, se disser que está tudo bom, não estaria a ser um bom patriota. Contudo, temos pela frente um trabalho muito grande ainda a fazer, mas devo dizer que já demos alguns passos significativos neste domínio”, referiu.

Augusto Tiago sublinhou que os centros de saúde das comunas da Musserra e Quindege estão devidamente equipados com laboratórios de análises clínicas,

chegando a superar, em termos de dimensões, alguns hospitais municipais do Zaire.

O hospital de Covid-19, inaugurado há sensivelmente um ano, no bairro Kitana, na Vila do Nzeto, funciona agora como hospital municipal, dispondo de cerca de 90 camas para internamento de pacientes, para além de outras valências assistenciais, como Raio X, banco de sangue, dois aparelhos de hemodiálise e uma incineradora. Segundo o administrador municipal, isso representa um salto qualitativo neste sentido.

"No hospital antigo permanecem os serviços de maternidade e bloco operatório. Desde o ano passado até à presente data, recebemos 40 profissionais de saúde, entre médicos e enfermeiros", informou.

O responsável lembrou que a vila do Nzeto, pela sua estrutura topográfica, apresenta muitas zonas de alagamento ou inundações, como são os casos de "Futa kia Mbumba", "Futa kia Ndiba" e de Kimpaxi. Diante desta realidade, a administração municipal construiu, há tempos, dois canais de drenagem das águas pluviais, que resolveram o problema em definitivo, para o alento dos moradores das referidas zonas, que, antes, muitos dos quais, eram obrigados a abandonar as residências sempre que chovesse.

Em relação à construção das vias urbanas, no Nzeto, num total de quatro quilómetros, anunciada, recentemente, pelo presidente do MPLA, João Lourenço, à margem de um acto político de massas, em Mbanza Kongo, no quadro da pré-campanha eleitoral, Augusto Tiago admitiu ser uma empreitada que vai conferir outra imagem à vila.

Para assinalar a efeméride, a administração municipal programou um conjunto de actividades de carácter cultural, recreativo e desportivo, que decorrem desde a semana passada, com destaque para o "Grande Prémio do Nzeto" em ciclismo, disputado por ciclistas profissionais das equipas "Tchaco", "BSP" e "ACT", saídos da capital do país, Luanda.

8.13 "Crateras" da Kianda à vida Kifangondo/Luanda dificultam trânsito de pessoas.

Jornal Luanda

16 De Maio de 2022

Texto: Augusto Panço

A circulação automóvel está dificultada na estrada que liga a Moagem Kianda à Via Expressa Kifangondo/Luanda, no Distrito Urbano do Kicolo,

em Cacucaco, num troço com aproximadamente um quilómetro e oitocentos metros.

A dificuldade em transitar no referido troço é causada por enormes charcos, surgidos na via por falta de manutenção do sistema de esgoto.

Os pontos de estrangulamentos são o desvio da Cimangola até à loja Angomart, num percurso de quase 200 metros, e a bifurcação com a Rua Ngola Kiluange, perto da Moagem a Kianda.

Para contornar os referidos troços com charcos e buracos, os taxistas, sobretudo os que fazem a linha bairro Uíge/ mercado do Kicolo, são obrigados a utilizar algumas vias terciárias no meio do bairro da Boa Esperança Central, como a rua dos Complicados, ligando novamente a estrada do citado supermercado.

Os taxistas que conduzem na via Moagem do Kicolo/Vila de Cacucaco e que antes passavam pelo desvio da Cimangola, agora fazem o trajecto partindo do mesmo local, mas entrando logo a seguir pela rua da Kombuessá, uma via terciária recém-recuperada no âmbito das obras que se enquadram no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e que interliga a rua da Moagem Kianda à nova estrada da Conduta, passando pelo meio do bairro.

Circulação Condicionada

A circulação para automóveis de pequena cilindrada é praticamente impossível. Ainda há movimento limitado de alguns camiões.

O mau estado da via está a complicar seriamente a movimentação das pessoas naquele percurso, pois, a maioria é obrigada a andar a pé de uma ponta à outra e vice-versa.

Ainda que de forma muito arrojada, quem está a tirar proveito nisso são os moto-taxistas, porque apesar da péssima condição da via, eles conseguem arriscadamente

8.14 Precisamos de esquecer o modelo de gestão de contentores. Devemos fazer gestão de resíduos

Jornal Expansão

27 De Maio de 2022

Nos últimos cinco anos a retórica do poder à volta do meio ambiente ganhou alguma força. Que balanço

faz das políticas públicas que foram implementadas ao longo desta legislatura?

A questão ambiental é cada vez mais transversal. Todos os sectores produtivos e não produtivos acabam por ter, nas suas políticas estratégicas, uma componente ambiental, talvez empurrados pelas grandes linhas de orientação internacionais e nacionais, reforçadas nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou mesmo no Plano de Desenvolvimento Nacional (PND). No nosso caso, estamos sempre a desenvolver estratégias, políticas e leis, isto: uma coisa que Angola tem de bom, depois a implementação é de alguma forma, débil. Mas sim, reconheço que nos últimos cinco anos houve um aumento significativo de projectos com enfoque ambiental e alguns deles com foco mais económico, de poupança.

Em que sentido?

Quando a gente fala de energias renováveis, por exemplo, são importantes não só para melhorar a nossa matriz energética, mas também para diminuir os custos de produção de energia. Nos últimos tempos também se tem falado muito nos investimentos em saneamento e água, em sistemas isolados, fogareiros comunitários, tudo isto são formas de reduzir custos e, ao mesmo tempo, reforçar a componente ambiental. No passado falámos de projectos grandes como as barragens e agora temos outras iniciativas mais pequenas de energia solar. A própria sociedade vai dando respostas com ideias, projectos, já temos uma associação de energias renováveis, está na forja a associação de avaliação de impacte ambiental, a questão dos plásticos.

Está a ser preparada uma nova lei para regular a utilização de plásticos de utilização única.

Não é só o plástico na perspectiva da limpeza das ruas, mas na perspectiva económica, de desenvolver a economia circular. É importante esta ligação entre a poupança, na perspectiva de que vamos poupar recursos, e ao mesmo tempo ir ao encontro das principais recomendações internacionais.

Mesmo assim continuamos a viver crises do lixo e fica difícil entender, por vezes, como pode funcionar a reciclagem e separação de resíduos sólidos urbanos nas principais cidades do País.

Tem de haver algum investimento, o Estado deve criar as bases para o sector privado investir. Mas com uma perspectiva de retorno. Um dos principais pontos de partida das parcerias público-privada nos resíduos é o projecto dos Mulenvos, ou seja, a

reconversão de uma lixeira num centro de valorização de resíduos. O sector privado está a investir, o Governo criou as bases, e se funcionar bem pode ter aqui um modelo a utilizar nas províncias que ainda não têm aterro sanitário.

Apenas a província de Luanda possui aterro sanitário.

A reconversão dos Mulenvos é um projecto grande. Depois temos a surgir alguns pequenos negócios informais, não diria de reciclagem mas de catadores para reutilização e para transporte para a indústria de reciclagem, que está escondida porque ninguém sabe bem quem faz o quê.

Escondida em que sentido?

Não se vê esses operadores e essas pequenas empresas, se perguntares quem recicla, qual vai ser a resposta? Não tens essa informação disponível, se eu tiver interesse, enquanto dono de um restaurante ou unidade hoteleira, tenho de andar à procura do local para entregar os resíduos. A Europa, no Egipto ou na África do Sul, os centros de transferência para depositar os resíduos diferenciados estão bem identificados. A indústria de reciclagem, para poder surgir e ser viável, precisa de ter acesso aos resíduos de forma ágil. Estas empresas não podem fazer triagem a partir da lixeira.

Porque não é prático, nem viável tecnicamente.

O Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos (PESGRU) tinha a meta de construir aterros em todas as províncias, primeiro nas capitais de província e depois nos municípios, e estamos muito longe de cumprir esse objectivo. Apenas os resíduos orgânicos devem ir para o aterro.

Já existem algumas empresas de pequena dimensão, para além dos catadores, que actuam na angariação de resíduos para reciclagem?

. Sobretudo com algumas operadoras grandes. Mas há outras mais pequenas, com soluções mais baratas e que recorrem às motas de três rodas, em que o pessoal vai batendo de porta-a-porta e já consegue, de alguma forma, segregar e separar os resíduos orgânicos de outros resíduos que lhes interessa recolher. Mas voltamos ao mesmo problema: temos resíduos neste ciclo mas não contabilizamos e não sabemos o que é. Temos uma estimativa da produção de lixo nas principais cidades mas não temos uma caracterização clara dos resíduos (se é vidro, plástico ou metal, por exemplo).

É por isso que afirma que precisamos de mais informação?

Sim e até podem ser feitos estudos mas, se tivermos os centros de triagem em funcionamento, podemos saber rapidamente a quantidade de resíduos que estamos a falar. Para dimensionar uma indústria de resíduos, por exemplo, de material electrónico, tenho de conhecer o mercado. Neste momento não temos esses dados.

O PESGRU parece ter sido desenhado numa época diferente. Ainda faz sentido pensar em aterros sanitários espalhados por todo o País ou é urgente trabalhar numa nova estratégia?

O PESGRU traz a ideia dos aterros por cada província e depois por cada município. Mas isto não é gestão de resíduos, é gestão de contentares. Um aterro sanitário, na realidade, é um contentar. Se estivermos a falar de uma unidade de reciclagem ou de triagem até podes nem precisar de reciclar, podes enviar esse material para o sector privado ou até vender. Actualmente, muitos dos resíduos acabam por ser entregues de forma gratuita. É como costume dizer, até o lixo é do Estado, que está a pagar pela colheita e pela recolha. Há aqui uma questão económica para equacionar.

De que forma?

Por exemplo, tivemos a discussão da taxa do lixo há um tempo atrás mas esta taxa tem de ser vista como qualquer outra taxa da luz, água, telefone. Porque não devo pagar pela recolha de lixo?

Nessa perspectiva, o PESGRU tem alguns elementos mas não foi feito a pensar na economia circular. O documento está a fazer agora 10 anos. É altura de rever a estratégia, fazer uma análise e pensar daqui para a frente.

Mas deve ser uma taxa de lixo ou de saneamento, que é um conceito mais abrangente?

Pois, inicialmente a taxa estava muito associada ao lixo mas depois passou mesmo a ser chamada taxa de saneamento. As fontes de financiamento para estas actividades são o Orçamento Geral do Estado, as instituições como o Banco Mundial e os valores que vão ser arrecadados com o pagamento da taxa. Estes servem mais para a manutenção e fornecimento do serviço. Ou seja, teremos sempre de procurar outras fontes de financiamento. O problema da taxa é a forma de pagamento.

A lei prevê que o pagamento deve ser cobrado na factura da energia.

Mas nem toda a gente paga energia. E ainda se levantam outros desafios para os clientes do sistema pré-pago. Com o pré-pago posso comprar unidades

para 10 dias, duas semanas, um mês, dois meses, então faço um pagamento e qual é a percentagem que vai para a taxa?

Lembro que os valores estabelecidos foram calculados de forma aleatória. Devemos olhar para as tarifas da energia ou água, que são cobradas por estimativa, mas com vários escalões. As tarifas da energia são um problema para as energias renováveis, por exemplo, se eu investir no sector, com as tarifas actuais, nem os meus netos vão recuperar o investimento. Precisamos de uma tarifa justa e que promova o investimento privado no sector do saneamento em geral.

A falta de infra-estruturas a vários níveis ainda limita o desenvolvimento da economia circular?

A reciclagem com recurso a tanques de água e geradores será sempre mais cara do que importar o produto acabado. É verdade que o fornecimento de energia está mais estável. Depois é uma questão de acesso à matéria-prima, se tenho de ir atrás é uma coisa, mas se for buscar aos centros de transferência tudo fica mais facilitado. Por exemplo, já existe um conjunto de instituições a recolher óleos alimentares para fazer sabão. E o circuito funciona porque estes operadores identificaram, com os seus próprios meios, os circuitos gratuitos que permitem a indústria funcionar. Bem pensado, este tipo de modelo pode ter futuro.

Faria sentido, por exemplo, o BNA replicar a ideia do "Aviso 10" para fomentar o investimento na economia circular?

Sim, para facilitar o investimento e não para oferecer recursos a fundo perdido. Esse crédito bonificado poderia servir para investir nas motorizadas e noutras vertentes. A Agência Nacional de Resíduos (ANR) poderia ajudar a identificar as oportunidades. O nosso passivo é muito elevado e cada vez que se faz uma limpeza nas valas de drenagem, por exemplo, passado um tempo está tudo na mesma. Esse investimento em tempo, combustível e equipamentos podia ser evitado.

Ao fim destes anos todos, o País ainda procura um modelo de limpeza que seja funcional?

A ideia do modelo talvez seja o problema, andamos sempre à procura de algo que sirva para todos os cenários e contextos. Mesmo em Luanda não podemos ter um modelo igual para todas as zonas, não podemos limpar o Cazenga com os mesmos métodos utilizados na Ingombota. Precisamos de modelos que se adaptem à situação e ao contexto. E precisamos de esquecer o modelo de gestão de

contentores. Devemos fazer gestão de resíduos e de modelos de reciclagem e valorização.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Não é fácil viver aqui, é preciso ter muita coragem

Jornal Luanda

2 De Maio de 2022

Texto: Fula Marfins

Segundo os moradores, a partir das 15h00, ninguém anda à vontade pelo Projecto "Onjo Yetu". Impunes, os marginais cometem crimes ao seu bel-prazer, que muitas pessoas foram obrigadas a deixar o bairro.

Assombrado pelo elevado Índice de criminalidade, Carlos Morais, morador há vários anos no Projecto "Onjo Yetu", já fez várias denúncias ao Comando Municipal da Polícia Nacional, mas sem receber garantias de melhorar a presença dos efectivos no terreno. Triste, considera que "Onjo Yetu" "há muito perdeu o encanto de outrora", devido à delinquência. "Não é fácil viver aqui, é preciso ter muita coragem", desabafa.

Consciente de que o perigo está sempre à espreita, Carlos Morais já tem tomado algumas medidas de prevenção. Funcionário de um restaurante, revela que, ao sair do local de trabalho, é obrigado a esconder a carteira de documentos e outros bens num saco de rafia, para não ser um alvo fácil dos marginais.

Os grupos de marginais são constituídos, na sua maioria, por jovens que, munidos de armas de fogo, facas, catanas, machados e garrafas, têm instalado o terror no Projecto "Onjo Yetu". "Esses bandidos são impiedosos, parecem possuídos por demónio, quando cometem os crimes", diz Carlos Morais, apelando à intervenção urgente da Polícia Nacional, para acabar com o "caos instalado".

Há 10 anos a morar no Projecto "Onjo Yetu", Andrade Kiongo já foi vítima de vários assaltos e tentativa de morte, sentindo-se, por isso, perseguido, embora desconheça os motivos por trás desse objectivo macabro.

"A família já pediu para mudar de bairro, por isso estou a analisar a situação no sentido de arranjar condições e ver o melhor para os meus filhos", conta.

Devido à profissão que exerce, acorda às primeiras horas da manhã para chegar cedo ao local de trabalho. Mas, com os marginais à solta, algumas

vezes teve de chegar tarde para não ser vítima de assaltos.

"Não podemos continuar a viver assim, todo o cidadão tem o direito de viver sem medo, por isso espero uma resposta firme da Polícia Nacional contra esses delinquentes, para vivermos com segurança e tranquilidade", augura.

9.2 País regista 211 mil casos de violência a menores em 5 anos

Novo Jornal

20 De Maio de 2022

Duzentos e onze mil menores foram vítimas de violência sexual, física, psicológica e de trabalho infantil no período de 2017 a Março do corrente ano, revelou, em Luanda, o director-geral do Instituto Nacional da Criança (INAC).

Paulo Kalesi, que falava à imprensa após a abertura do seminário de capacitação técnica dos quadros do INAC, disse que a província de Luanda lidera os casos de violência sexual, enquanto Huíla, Namibe, Bengo e Kwanza-Norte registaram mais números de trabalho infantil.

Segundo o responsável, fruto das campanhas de sensibilização, há, nos últimos anos, "uma tendência de redução dos casos de violência contra a criança", um quadro que se verifica, também, desde a implementação do projecto de Municipalização da Acção Social. Paulo Kalesi informou que a Municipalização da Acção Social vai permitir que as preocupações das crianças sejam atendidas e resolvidas a nível dos municípios.

"O INAC terá apenas o papel de articular com todas as estruturas competentes para a defesa dos menores", explicou, acrescentando que um estudo da instituição concluiu que o problema deve ser tratado a partir do município, com vista a prevenir e combater qualquer tipo de agressão física, psicológica e emocional.

Por sua vez, a representante-adjunta interina do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Angola, Giovanni D' Amato, defende que a resposta à violência contra a criança deve ser multifacetada, declarada como um problema de Saúde Pública, observando o carácter de urgência.

10. AMBIENTE

10.1 Governo estende exploração para 185 mil metros cúbicos

Jornal de Angola

3 De Maio de 2022

Texto: Joaquim Suami

A Campanha Florestal 2022 prevê atingir uma produção de 185 mil metros cúbicos de madeira, superando os 171.900 metros cúbicos orientados para o ano passado, mas que acabaram por ficar nos 154.200 metros cúbicos, aproximadamente 89,7 por cento da actividade de exploração que foi prevista.

O secretário de Estado para Florestas, André de Jesus Moda, informou que a quota de produção pretendida para a presente época florestal marca o início de uma nova estratégia de exploração de madeira, que vai ditar formas mais aceitáveis no exercício da actividade florestal, com base no Decreto Presidencial n.º 171/18, de 23 de Julho, que aprova o Regulamento Florestal e estabelece os procedimentos de acesso e utilização dos recursos florestais.

André de Jesus Moda, que discursou na cerimónia de abertura da Campanha Florestal 2022, que oficialmente ontem teve início e termina a 31 de Outubro, apontou que, este ano, o Executivo espera arrecadar mais receitas, ao contrário do que aconteceu com as campanhas anteriores e que foram marcadas por uma excessiva pressão sobre os recursos florestais, com atitudes que influenciaram o garimpo, a exploração ilegal, a fuga ao fisco e a perda de recursos financeiros para o Estado.

"O respeito às regras de utilização sustentável dos recursos florestais deve constituir uma obrigação de cada cidadão e das empresas licenciadas para a actividade de exploração", indicou, apelando a necessidade do aprofundamento de conhecimentos em matéria de exploração de madeira, com base a Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem e do Regulamento Florestal.

O governante lembrou às empresas madeireiras que continua em vigor a suspensão no país do corte da espécie Mussivi, bem como a melhor inventariação e avaliação do actual estado de conservação dessa cobiçada espécie madeireira. André de Jesus Moda indicou que a comercialização interna ou externa da Mussivi só será permitida após a sua transformação em peças.

Estão licenciadas para a Campanha Florestal 2022 cento e trinta empresas das províncias de Bengo, Cabinda, Malange, Moxico, Cuanza-Sul, Cuanza-Norte, Lunda-Norte e Lunda-Sul.

ANIMA fala em sucesso

De acordo com o presidente da Associação dos Madeireiros e Industriais de Angola (ANI-MA), Óscar Silva, a abertura da campanha florestal de 2022 cumpre com as datas prevista por lei e essa realidade permite que as empresas se organizem melhor e programem a produção, respeitando assim os compromissos que têm com os clientes e com as instituições bancárias.

"O novo regulamento florestal permitirá o melhor enquadramento da actividade de exploração florestal no país e desafios que passam pela industrialização e transformação, dando um valor acrescentado à madeira explorada em Angola", disse Óscar Silva, para quem, apesar do conflito que opõe a Rússia e a Ucrânia estar a afectar de forma negativa a economia mundial, o sector da madeira vai dinamizar a economia africana.

10.2 Escolas de Campo elevam ajuda no combate à seca

Jornal de Angola

6 De Maio de 2022

Texto: Domingos Mucuta

Duzentas e vinte e cinco Escolas de Campo de Agricultores (ECA) são instaladas, até Dezembro de 2023, nas zonas rurais das províncias da Huíla, Cunene e Namibe, para potenciar cerca de 7800 camponeses com técnicas agrícolas e pecuárias modernas, como resposta aos efeitos da seca no Sul de Angola.

Os dados foram avançados, quinta-feira (06), no Lubango, pelo coordenador nacional do Projecto de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional no Sul de Angola (FRESAN) e pelo Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), na Huíla.

Fretson Paulo adiantou que a instalação das Escolas de Campo de Agricultores visa ensinar os camponeses das zonas afectadas pela seca, no Sul de Angola, técnicas eficientes e sustentáveis de cultivo de cereais, horticultura, fruticultura, criação de animais de pequeno porte e replicar os conhecimentos para outros membros das comunidades.

O primeiro modelo de Escola de Campo de Agricultores, apresentado, esta semana, à embaixadora da União Europeia em Angola, Jeanneth Seppen, e à representante da FAO, Gherda Barreto, foi instalado numa área de dois hectares, na comuna do Jau, município da Chibia, contemplando 10 espaços de ensaio agrícola.

A instalação das escolas figura entre as acções do Programa de Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional no Sul de Angola (FRESAN), financiado pela União Europeia, no montante de 65 milhões de Euros, e aplicado em acções de redução da fome, pobreza e vulnerabilidade das comunidades afectadas pela seca.

Fretson Paulo sublinhou que a província da Huíla beneficia, no total, de 75 Escolas de Campo nos municípios da Chibia, Gambos, Chicomba, Cuvango e Chipindo, onde vão ser desenvolvidas técnicas de agricultura de irrigação gota a gota, avicultura, fruticultura e horticultura, visando o aumento da produção.

"Este modelo instalado no Jau congrega senhoras que recorriam à cozinha comunitária da comuna em busca de alimentos. Aproveitamos a presença delas para ensiná-las a preparar e a praticar culturas diversas. A ideia é que aprendam e repliquem os conhecidos nas suas comunidades", disse, notando que as escolas estão a ser instaladas perto de pontos de água já implantados.

A embaixadora da União Europeia em Angola, Jeanneth Seppen, sublinhou a parceria com o Governo angolano para mitigar os efeitos da seca nas províncias da Huíla, Cunene e Namíbe e contribuir para o combate à fome e à pobreza.

"Esta escola é um exemplo do que vai acontecer em outras localidades, através de ensino e aprendizagem. É com este tipo de projecto que tentamos, juntos, dar uma resposta à calamidade e ao desafio da seca e do combate à pobreza", afirmou.

A representante do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em Angola, Gherda Barreto, considerou que a Escola de Campo "Mulher Jau", passa a ser uma referência, porque usa a estratégia de Chitaca, um modelo integrado entre agricultura e pecuária.

"É um trabalho que mostra a efectividade pela integração de brigadas comunitárias e técnico agrícola. Esta escola envolve a participação da administração na gestão de terra e acesso à água mais como desafio de segurança alimentar nutricional da comunidade em situação de seca".

"A segurança alimentar e nutricional vai assegurar o acesso aos produtos e consumo apropriados dos bens disponíveis e a estabilidade de produção. É uma grande alegria transformar um lugar que estava vazio, em local verdejante, com participação de 37 mulheres", disse.

O administrador municipal da Chibia defendeu a iniciativa, por elevar o rendimento "per capita" da mulher no terreno. Sérgio da Cunha Velho disse que a administração municipal está disponível para ajudar e disponibilizar mais espaços para a instalação de escolas de campo.

"O projecto de escola de campo de agricultores é bem-vindo, mas, se for possível aumentar espaços para a produção seria melhor", afirmou.

10.3 Exploração de madeira pode atingir 185 mil metros cúbicos

Jornal Economia e Finanças

6 De Maio de 2022

Texto: Joaquim Samuel

O Governo quer atingir na presente campanha florestal a produção de 185 mil metros cúbicos (m³) de madeira, ultrapassando os 171.900 m³ definidos no ano passado, em que se produziu 154.200 m³, que representou 89,7 por cento da produtividade de exploração.

De acordo com o presidente da Associação dos Madeiros e Industriais de Angola (ANIMA), Óscar Silva, apesar da quota de produção da campanha 2022 estar longe das potencialidades disponíveis das empresas que é de 150 mil m³, não vai colocar em perigo a meta da exploração traçada pelo Executivo.

Em declarações ao JEF, por ocasião da abertura da campanha florestal, que iniciou no dia 2 de Março, e termina a 31 de Outubro deste ano, referiu que o arranque do "Ano Florestal" nas datas previstas por lei, vai permitir com que as empresas se organizem, programem a produção, respeitem os compromissos com os clientes e com as instituições bancárias para que a exploração definida seja concretizada.

Óscar Silva alertou que para as empresas de madeiras atingirem na presente Campanha Florestal os mercados internacionais vai ser preciso a melhoria dos entrepostos, a celeridade na emissão dos documentos de exportação por parte do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) e de acesso ao crédito bancário para que possam corresponder com os desafios do Executivo.

"A certificação das empresas, as concessões florestais, o bloqueio da exportação de madeira em toros e a permissão da exportação em blocos vai abrir uma nova era para o negócio da madeira no país. A produção de energia verde, também é um dos negócios a ter em conta para o desenvolvimento do sector florestal no país", notou.

Para ele, o conflito armado que opõe a Rússia e a Ucrânia abre excelentes perspectivas para o fomento do negócio da madeira angolana e africana.

Para a Campanha Florestal 2022 estão licenciadas 130 empresas afecto às províncias do Bengo, Cabinda, Zaire, Cuando Cubango, Cuanza-Norte, Sul, Uíge, Bié, Moxico, Huíla, Malange, Lunda-Norte e Sul.

Melhorar a gestão

O secretário de Estado para as Florestas, André de Jesus Moda, disse que a presente Campanha Florestal marca o início de uma nova era que vai ditar formas mais aceitáveis na prática do exercício florestal baseados no Decreto Presidencial nº 171118, de 23 de Julho, que aprova o Regulamento Florestal.

O mesmo estabelece os procedimentos de acesso e de utilização dos recursos florestais, bem como as normas para a realização das actividades florestais.

André Moda, que discursou na cerimónia de abertura da Campanha Florestal 2022, referiu que a floresta é um recurso natural estratégico de qualquer país, e que o seu aproveitamento deve ser feito com responsabilidade para se garantir a preservação da floresta angolana.

"O respeito pelas regras de utilização sustentável dos recursos florestais deve constituir uma obrigação de cada cidadão e de cada empresa para o benefício do país, porque depois da fase crítica que se verificou nas últimas campanhas, marcadas por uma excessiva pressão sobre os recursos florestais, provocada por algumas atitudes e desejos descontrolados, trouxe consequências com o garimpo, exploração ilegal, fuga ao fisco e a perda de receitas para o Estado", aconselhou.

O governante destacou que para a Campanha Florestal 2022 várias medidas vão ser adoptadas para se garantir melhor desempenho de funcionalidade e de produção das empresas para que o sector madeireiro contribua para o crescimento económico do país.

Por este motivo, segundo André Moda, vai ser necessário a apresentação do comprovativo por parte das empresas da entrada de divisas para o país, com a comercialização da madeira.

Lembrou que continua a vigorar no país a suspensão do corte da Mussivi de forma a permitir a realização de inventariação do seu estado actual, e que a sua comercialização interna e externa deve ser feita nos entrepostos de produtos florestais para a sua transformação em peças para a indústria.

André Moda apelou aos empresários a necessidade de aprofundarem os seus conhecimentos baseando-se na lei de Base de Florestas e Fauna Selvagem e do Regulamento Florestal, para melhor compreensão de todos os pressupostos e regras estabelecidos, com vista a facilitar o seu cumprimento para que a actividade de exploração de madeira aconteça sem sobressaltos.

10.4 Medidas na exploração florestal: um freio na tragédia dos comuns

Jornal Economia e Finanças

6 De Maio de 2022

O artigo de autoria de Gorrett Hardin, cujo título é "tragédia dos comuns", obteve grande popularidade e conexão estrutural, na medida em que o autor trouxe uma objectiva análise panorâmica sobre a necessidade de conciliar os interesses individuais e os colectivos no uso do bem-comum. Hardin imagina uma vila inglesa com pastos comuns que estariam livremente disponíveis para que, com efeito, todos os residentes alimentassem o seu gado.

Como não 'existem limites à utilização das pastagens, entretanto, é de esperar que os residentes da vila continuassem a fazer crescer o seu gado, mesmo que tivessem percebido que o seu recurso comum (pastagens) está a degradar-se devido à excessiva exploração. Refere o autor que, deste modo, os residentes deveriam ter actuado na base do seu interesse individual, visto que, ao adicionarem sucessivamente mais cabeças de gado ao seu rebanho, desfrutam individualmente do rendimento retirado de cada adição, volta e meia, enquanto as consequências negativas resultantes da degradação/esgotamento das pastagens fossem repartidas, a longo prazo, por toda a comunidade.

Para não variar, no nosso país, todavia, é cada vez mais crescente o número de casos de exploração ilegal de madeira e outras actividades florestais não licenciadas, entre os quais as queimadas. Ora, o abate indiscriminado de árvores tem colocado em risco a sustentabilidade ambiental que é necessária para a protecção climática. Por força desta lamentável realidade, a Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou, no dia 26 de Abril, em Luanda, o

memorando que reforça as medidas de gestão dos recursos florestais.

Sob a orientação do Presidente da República, João Lourenço, o órgão auxiliar do titular do Poder Executivo referiu-se ao potencial florestal de Angola, admitindo, à baila do problema, a má exploração pelos operadores. Para se pôr termo à frenética exploração, o memorando elenca medidas concretas que serão adoptadas, a curto e longo prazos, especialmente, o explorador, além de cortar, será obrigado a replantar, o que ainda não acontece. Essa decisão do Executivo enquadra-se nos desafios globais sobre a preservação do clima.

Angola já tem regiões que são muito afectadas pelos efeitos nefastos da degradação do meio ambiente. A cíclica seca no Sul do país, que hoje conhece medidas que visam travar o martírio de longa data, com a inauguração da Estação de bombagem do Cafu pelo Presidente da República, no dia 4 de Abril, é consequência de uma avassaladora degradação ambiental.

A exploração da madeira e outras actividades florestais devem estar sempre no radar de todo o aparelho de fiscalização das autoridades. Como alerta Hardin, é uma falha considerar que somente a consciência dos indivíduos levará a uma gestão equilibrada dos recursos comuns. Haverá sempre utilizadores dos recursos comuns (free riders) que irão procurar ganhar vantagens individuais na sua exploração. No entanto, esse comportamento levará os outros a estarem preocupados com a preservação dos recursos comuns a concluir que os seus esforços são inúteis, além de que os seus rendimentos vão também reduzir. Consequentemente, esses últimos também são incentivados a agirem da mesma forma, acelerando a degradação dos recursos que propicia assim a chegada da tragédia dos comuns.

Os problemas ambientais ameaçam, grandemente, a sobrevivência humana. A exploração dos recursos de propriedade colectiva necessita de disciplina e ordem. Foi neste sentido que o Executivo angolano se antecipou decretando novas medidas na utilização e preservação das densas florestas que temos no país. Não obstante, a manifestação do Chefe de Estado é de se evitar um país tão arborizado como Angola, num curto espaço de tempo de 20 a 30 anos, transformar-se em Sahel (deserto), perigando as gerações vindouras. Uma tragédia dos comuns!

Porquanto, as alterações climáticas têm vindo a ser identificadas com frequência como sinais relevantes e evidentes de tragédia dos comuns. A preocupação dos governos, organizações internacionais e regionais, bem como dos indivíduos, tem crescido

exponencialmente. Todos os esforços concentrados para mitigar catástrofes de ordem ambiental devem ser levados a sério e, sempre, na lógica da acção colectiva com vista o benefício comum.

10.5 Minagrip autoriza corte de 185,3 mil metros cúbicos

Jornal Expansão

6 De Maio de 2022

Texto: Martins Chambassuco

O Ministério da Agricultura e Pescas (MI AGRIP) autorizou o corte de 185,3 mil metros cúbicos de madeira em toro, mais 7,8% do que a quota estabelecida no ano passado.

Num decreto executivo, publicado no Diário da República de 14 de Abril do ano em curso, o MINAGRIP estabelece as quotas, por província. O Uíge vai produzir 40 mil metros cúbicos de madeira em toro, um aumento de 14,3%, comparativamente à quota do mesmo período do ano anterior. O Bengo com 30,0 mil metros cúbicos é a segunda região.

Depois do cancelamento das licenças de exploração de madeira, para este ano, o MI AGRIP seleccionou 13 províncias para a exploração da madeira em toro.

Em termos de espécies, o corte da madeira mussivi continua interdita, uma medida que foi aplicada no ano passado, depois de várias denúncias que davam conta do abate indiscriminado desta espécie de madeira.

Para este ano, o volume de madeira em toro por espécie para a província do Bengo a ser licenciada, na floresta natural é de 30 mil metros cúbicos. A madeira por espécie moreira e undianuno serão as mais exploradas de 25 mil metros cúbicos.

Já na província da Huíla o volume máximo de madeira em toro a ser licenciado na campanha de 2022 na floresta plantada será de 200 mil toneladas. Já o Huambo vai ficar com uma quota de 10 mil toneladas.

Licenças mais agravadas

No início do ano, o MINAGRIP alterou os procedimentos para a emissão de licenças de exploração florestal, foram agravados. A nova alteração indica que para florestal de 2022, os empresários do sector deverão apresentar as candidaturas a nível das direcções provinciais do Instituto de Desenvolvimento Florestal FI (IDF) e só depois terão o Ministério, que posteriormente

remeterá o documento ao governo provincial para receber a chancela das autoridades locais

Num decreto executivo o ministro da Agricultura e Pescas Francisco de Assis, publicado no dia 18 de Janeiro, os madeireiros e lenhadores, passaram a ter três meses, isto é, de Novembro a 31 de Janeiro, para apresentar as candidaturas ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) nas Desenvolvimento nas respectivas zonas de exploração florestal.

10.6 Inundações permanentes afligem moradores e provocam mudanças

Jornal Luanda

16 De Maio de 2022

No presente momento, a rua da Nhimifil no bairro da Boa Esperança Central, Distrito Urbano do Kicolo no município de Cacuaco, parece um autêntico rio de águas paradas. Cerca de 400 metros de extensão daquela rua, sempre que chove em Luanda fica alagada. Este facto, é uma das principais preocupações dos moradores para além de obrigá-los a ficarem cativos nas suas residências. Coloca a saúde de todos em risco devido à proliferação dos mosquitos e à disseminação do paludismo e outras doenças. Para a tristeza dos residentes, esta realidade já se arrasta há mais de 10 anos e as autoridades locais ainda não têm uma solução à vista, por alegada complexidade do terreno, por se tratar de uma zona em forma de uma bacia de retenção

Mas os moradores acreditam que tudo pode ser revertido com um "simples" trabalho de construção de um colector de águas pluviais ou domiciliares para levá-las às zonas mais baixas, por que a Boa Esperança Central oferece essa Possibilidade

Uma das principais vias de acesso ao interior do bairro da Boa Esperança Central de acesso a única escola do Estado do 2º Ciclo ali erguida, conhecida como escola 15, que está a ser ampliada. Na mesma rua, também está a ser erguido o único Centro de Saúde.

Os moradores dessa rua que encharca com as águas de chuva provenientes dos diversos pontos do bairro, ficam à espera por seis a sete meses que as lagoas secam na totalidade para que possam se movimentar.

Para que não haja dúvidas, o estado lamacento da rua permanece para quem quiser ver. A rua permanece intransitável, desde dia 20 de Abril passado.

Agastados com a situação, muitos dos moradores preferiram arrendar as suas casas e buscar "asilo" noutros pontos de Luanda. Garantem os moradores que contra todos os imprevistos aquela rua aparece sempre inscrita nos vários projectos de melhorias de acessos visados pelo Governo Provincial de Luanda. O último foi lançado no dia 12 de Janeiro de 2021.

Na ocasião no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). Foram consignadas as obras de construção das estradas do Wade Adams ao IBA, o troço da rua da Kombuessa (oficiosamente já em uso), a rua do antigo mercado da Madeira, que passa no centro deste bairro e liga ao Centro da Saúde da Boa Esperança e as chamadas travessas.

10.7 Lançado projecto de combate à seca na zona transfronteiriça

Jornal de Angola

16 De Maio de 2022

Texto: João Pedro

Pelo menos, 140 mil pessoas da região transfronteiriça do Cuando Cubango (Sul de Angola) e Okavango (Norte da Namíbia) vão beneficiar de um projecto destinado a aumentar a capacidade de adaptação e a resiliência das comunidades vulneráveis aos impactos ambientais e variedade das alterações climáticas, anunciou, esta terça-feira (15), em Luanda, o ministro da Cultura, Turismo e Ambiente.

Ao intervir na cerimónia de lançamento do projecto, denominado "Fortalecimento da Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas nas Comunidades do Sudeste de África Afetada pela Seca" (ADSWAC), Filipe Zau afirmou que a iniciativa se enquadra na estratégia nacional de acção climática.

"O objectivo principal é fortalecer a resiliência das populações de uma das regiões mais visivelmente afectada pelos efeitos das alterações climáticas no território nacional, bem como o Norte da República da Namíbia", frisou o ministro da Cultura, Turismo e Ambiente.

Financiado pelo Fundo de Adaptação e implementado pelo Observatório Sahara e Sahel (OSS), o projecto é uma parceria entre a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) e a Ajuda ao Desenvolvimento de Povo para Povo (DAPP) da Namíbia.

10.8 Combate aos efeitos no Sul de Angola orçado em 5 mil

Novo Jornal

20 De Maio de 2022

O Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola (PCESSA), que abrange as províncias do Cunene, Namibe e Huíla, vai consumir mais de 5 mil milhões de dólares, estando a sua conclusão prevista para um prazo não superior a 10 anos, avançou ao Novo Jornal o director geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, Manuel Quintino. -Recordando, entretanto, que o projecto começou a ser engendrado em 2014 por aquele órgão dependente do Ministério da Energia e Águas.

O programa marcou o primeiro passo para frente, segundo Manuel Quintino, com a inauguração, a 04 de Abril; pelo Presidente da República da primeira fase do projecto de transferência de água, a partir do rio Cunene, na sessão do Cafu, para as localidades de Ombala-lo-Mungo, Nama- cunde e Ndombondola, também conhecida como Zona das Chanas.

"Estamos a falar da transferência de água ou, se quisermos, de caudais de zonas com abundâncias para zonas onde há escassez de água", detalhou o responsável.

Questionado sobre as razões que levam projecto PCESSA a sair só agora do "armário", quando, na verdade, foi concebido há mais de seis anos, Manuel Quintino respondeu ao Novo Jornal: "felizmente, esse projecto saiu no actual mandato. Teria saído no mandato anterior. É uma questão de visões estratégicas. Entretanto, mais vale tarde do que nunca. As populações foram padecendo, mas felizmente neste momento se dá o sinal de que há seriedade nas resoluções do problema da seca, não só na província do Cunene, mas também no Namibe e na Huíla. O Cafu é o primeiro projecto, servirá de exemplo ou modelo para que também outros projectos sejam executados com maior rigor técnico possível".

Só na província do Cunene, no entanto, serão aplicados, nos 10 anos, mais de 2 mil milhões de dólares, no âmbito do PCESSA. Sendo que o inaugurado sistema de transferência de água, a partir do rio Cunene, na sessão do Cafu, para a zona das Chanas, ficou avaliado em mais de 135,7 milhões de dólares.

O projecto em causa conta com 111 canais adutores, que vão beneficiar 81 mil pessoas e 182 mil gados, garantiu o interlocutor.

Com o pleno funcionamento do PCESSA, Manuel Quintino explica que será criada reserva hídrica que permitirá que as pessoas tenham uma reserva de água para suprir as suas necessidades quando a região ou zona for afectada ou assolada por efeitos ou episódio de seca. Sendo que haverá disponível água para as pessoas, o gado, actividade pecuária e agricultura.

Para além do Cafu, o Cunene contará com mais três programas estruturantes de combate aos efeitos da seca, estando entre eles a Bacia do Cuvalei, relacionada com a barragem do Calucuve, num investimento estimado em 240 milhões de dólares, enquanto o projecto da bacia de Calucuve vai ficar orçado em 261 milhões de dólares.

Ainda no Cunene, vai ser construída a barragem da Cova do Leão, no município da Cahama, na margem direita do rio Cunene, isto, também, no âmbito dos projectos estruturantes de combate aos feitos da seca, uma obra que está orçada em 258,4 milhões de dólares. A barragem em causa contará com sistema de abastecimento de água para os municípios do Chitato, cahama, otchinjau e Oncócuca.

A barragem da Cova do Leão contará com um volume útil estimado em 25,2 milhões de metros cúbicos, 17 metros de altura do barramento, quatro metros de largura na crista e 844 metros de comprimento.

Deste modo, a província do Cunene, individualmente, vai beneficiar da maior fatia dos mais de 5 mil milhões de dólares dentro do Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola, recebendo mais de 2 mil milhões de dólares.

Projectos do Namibe e Huíla estimados em 2,5 mil milhões USO No Namibe, no âmbito do PCESSA, serão construídas 6 barragens e reabilitadas outras 43 pequenas barragens, num investimento de mais de 1,6 mil milhões de dólares, prevendo-se que irão beneficiar acima de 650 mil habitantes e quase 530 mil cabeças de gado daquela província.

Já na província da Huíla, também recorrentemente assolada pela seca, serão injectados, dentro de 10 anos, mais de 834,5 milhões de dólares para combater este dilema. Estando previsto que o programa vai beneficiar aproximadamente 750 mil pessoas, 670 mil cabeças de gado e, também, serão construídas duas barragens.

No agregado, os projectos das duas províncias ao Sul do País ficarão avaliados em quase 2,5 mil milhões de dólares.

10.9 Devemos reconhecer que errámos ao eliminar o Ministério do Ambiente e projectar uma coisa diferente

Jornal Expansão
27 De Maio de 2022

A conservação ambiental é outro tema importante. Como poderia descrever o estágio em que o País se encontra?

À semelhança do que falamos anteriormente, também ao nível de políticas públicas de conservação temos novas leis, algumas não muito adequadas, temos uma nova estratégia de biodiversidade, novos regulamentos, um conjunto de projectos de investigação e conservação. Há uma melhoria relativa em relação às áreas integradas de conservação. Mas, na prática, temos problemas sérios.

A que níveis?

Só nos preocupamos quando começamos a ouvir as notícias sobre a fuga de turistas do Parque da Kissama, que até pode ser uma informação algo sensacionalista mas que tem um fundo de verdade. Tem havido uma pressão cada vez maior sobre os recursos naturais. E como os recursos naturais melhor protegidos estão dentro das áreas de conservação, há uma pressão maior sobre estas áreas. Temos visto uma degradação muito grande.

O Parque da Kissama é um dos exemplos a esse nível, até pela proximidade de Luanda e de ter uma base dos comandos no seu interior, entre outras questões.

Kissama, Mupa, Cameia. A base dos comandos em Cabo Ledo já lá estava e vai continuar a estar. O problema é muito mais alargado do que isso, são fazendas, algumas fazendas de pecuarização (que são um risco para a vida selvagem devido às doenças, os animais selvagens não estão vacinados). Temos uma situação de degradação, de caça furtiva muito forte. O processo de desminagem permite que as pessoas andem por zonas antes evitadas e a chegada das motas piorou a situação, as pessoas que se deslocavam antigamente de bicicleta têm agora um raio de acção mais alargado, montam muito mais armadilhas do que no passado, montam acampamentos, fazem a seca dos animais e com a sua mota escoam rapidamente os produtos. Temos uma situação que para nós é preocupante.

Verifica-se uma degradação acentuada dos ecosistemas?

O elefante-da-floresta, por exemplo, é um dos casos graves, depois estamos a derrubar florestas para fazer madeira, carvão, para a agricultura e temos cada vez mais incidentes com os elefantes. Por outro lado, temos um conjunto de projectos de investigação que estão a correr bem, alguns de protecção ambiental, da palanca negra gigante, tartarugas, de protecção dos mangais. Também está em curso uma proposta de criação de cinco novas áreas de conservação, uma para o Morro do Moco (Huambo), outro para a Serra da Cumbira (Cuanza Sul) e mais um na Serra do Pingano, no Uíge. São áreas da escarpa angolana que não estão protegidas noutros parques, são zonas importantes. Temos ainda a proposta da Lagoa do Carumbo, na Lunda Norte, e a quinta área deve ser um parque marinho, o primeiro do País, na zona do Namibe e Baía dos Tigres.

Qual é o maior desafio para estas zonas que referiu? Operacionalizar estas intenções. Há pessoas que vivem naquelas zonas. A gestão das áreas de conservação necessita de recursos. Se queremos proteger é preciso investir mesmo quando não obtemos retorno financeiro. Não é o turismo que vai trazer retorno financeiro, precisamos que o Estado invista, é importante perceber isto.

O Estado e as instituições públicas ainda não têm essa consciência?

Obviamente que o Ministério do Ambiente conhece estes temas, mas os outros sectores, como as Finanças, necessitam de entender que precisamos de orçamentos adicionais para essas áreas. Nos últimos 10 anos devemos ter conseguido, numa estimativa muito por alto, cerca de 250 milhões USD para investir em projectos de protecção da biodiversidade e alterações climáticas. É um valor relativamente bom, mas, infelizmente, não tem uma tradição ao nível da gestão de áreas de conservação.

Porquê?

Muito por culpa do modelo colonial, depois veio independência e este tema foi gerido, durante muito tempo, pelo sector da agricultura. Neste momento, as pessoas que tinham experiência já estão reformadas. Daí termos recomendado o desenvolvimento de projectos de co-gestão como está a ser feito com a African Parks no lona e como se fez com a fundação Kissama no Parque da Kissama e no Parque de Cangandala,

Concorda com esse modelo?

São modelos que funcionam ou que têm funcionado em Africa. Para além da co-gestão (em que gerem os dois, Estado e entidade privada) também existe a

gestão delegada, onde se entrega uma concessão e define-se uma série de princípios. Há um monte de parques em África que funcionam nesta base. A Gorongosa e as Quirimbas (em Moçambique) e outros exemplos no Gabão, Ruanda, Uganda, RDC.

Normalmente associados a Organizações Não-Governamentais internacionais?

Sim, que trazem experiência, vão buscar o financiamento, contratam pessoal e estão lá durante 20 ou 25 anos. Quando saem ficamos com um grupo de pessoas formadas. Neste momento, não temos essa capacidade. Nós não estamos a gerir, estamos a brincar de gerir aos parques, temos lá um administrador e uns fiscais que dão urnas voltas e tal.

Neste sentido, parece despropositada e contraditória a alteração da lei que permite a exploração de recursos naturais em área de conservação?

Qual é a sua opinião?

Sim, na realidade, é mesmo contraditória e a decisão não foi boa. Mas não vamos dar mais murros na ponta da faca, está feito e a nossa preocupação agora é o escrutínio por que esses projectos devem passar. Foram mostrados vários exemplos bem-sucedidos onde existe exploração de petróleo e gás dentro de áreas de conservação noutros países. Mas há o outro lado da história.

A indústria petrolífera é conhecida pelos enormes impactos ambientais que provocam e até por algum descaso sobre estes assuntos.

Do conhecimento que temos das áreas de conservação de outros projectos (fora do sector de petróleo e gás) ali implementados, o registo nunca foi bom, o registo não é mesmo bom. Será que agora vai ser bom apenas porque dizem que sim? As grandes empresas petrolíferas têm uma política ambiental séria e tentam seguir os procedimentos adequados. Mas não sabemos ainda quem vai gerir estes projectos.

Receia que estas mudanças na lei reforcem as teorias de desclassificação do Parque da Kissama?

A nova lei relativa às áreas de conservação ambiental (lei 8/20) recomenda a reclassificação - e não a desclassificação - porque ainda estamos a usar uma classificação do tempo colonial. Estes conceitos sugerem um novo figurino e acho que sim, que seria importante saber se a Kissama deve continuar como parque ou se é melhor passar a reserva. Isto é uma parte da história. Outra questão são os limites, mas se mexemos nos limites dos parques, se calhar vamos passar dos 13% do território classificado para

regressar aos 6% de 1975. Então a proposta mais interessante talvez seja o zoneamento.

O que isso significa?

No Parque da Kissama podemos definir onde não vamos mexer mais e quais são as áreas em que vamos permitir alguma actividade regrada. Se houver alguma actividade taxada dentro daquela área vou ter recursos para gerir melhor o parque. O Parque da Kissama tem 1 milhão de hectares - mas a gestão só actua em 10 mil hectares. O resto não tem gestão, estamos a falar de 1% do parque. Temos de colocar isto em perspectiva. Temos uma estrada nacional que liga Luanda a Benguela, que atravessa o parque e todos pagamos portagem. Mas o parque não recebe um único centavo. Também temos um pólo turístico em Cabo Ledo.

Mas a gestão do pólo defende que aquela zona está fora do Parque da Kissama.

Isso é ignorância, os limites estão publicados em Diário da República e não pode ser um decreto a alterá-los, só a Assembleia Nacional é que o pode fazer. Aquela é uma área que já não tem biodiversidade nenhuma, mas é uma zona importante e que pode beneficiar o parque.

Defende uma maior integração de todos estes interesses na gestão do Parque da Kissama?

O que há actualmente é uma disputa e competir não nos vai levar a lado nenhum. Não gostaria de olhar para estes projectos como inimigos do parque. Prefiro ver como nos podemos associar. Gerir um milhão de hectares não é uma coisa fácil.

Também havia quem dissesse que a alteração na lei da conservação ambiental visava acomodar interesses privados ligados à exploração mineira e de madeira no Leste do País. Tem conhecimento destes interesses?

Do ponto de vista florestal, pelas informações que consegui ter acesso pelo Planageo, sim, é verdade que são zonas ricas em madeira e minérios. E se a região do Cubango/Okavango na Namíbia e Botswana, onde estão a ser feitas pesquisas de depósitos de petróleo e gás, mostrar potencial isto vai aumentar a pressão do nosso lado. Não sou apologista de dizer não à partida, tenho de perceber e ver o que está a ser proposto.

Mas quais poderão ser as consequências de permitir estes investimentos em regiões tão sensíveis ambientalmente?

Defendo que temos de encontrar um meio-termo. Não fizeram nada do ponto de vista industrial e deixar aquilo como está, também não se faz nada e isto tem outro tipo de degradação. Talvez seja bom não permitir a exploração de ouro, por exemplo, por causa dos perigos associados à utilização de químicos pesados, mas talvez seja possível autorizar a exploração de petróleo e gás - mas apenas em áreas afastadas dos rios. Estamos a falar da torre de água da África Austral

A água é um tema fundamental para o futuro da região.

A água que sai de Angola vai para a Namíbia, Botswana, Zâmbia, Zimbabué e Moçambique.

Sabemos que a Namíbia praticamente não tem água e a África do Sul, que tem um sector agro-pecuário pujante e grandes investimentos no turismo associado à conservação, não é muito diferente. Temos aqui uma questão de segurança nacional?

E mesmo isso, então tem de olhar com atenção para este assunto. Mais de 85% da água que alimenta o Okavango sai de território angolano. Do ponto de vista geopolítico, Anbuição de água. Aqui não se fala muito sobre a poupança de água, já se falou mais, temos de continuar com esse trabalho ao nível das escolas, da comunicação social. Estamos a ver o caso do Cunene.

Ainda no que diz respeito às mudanças no sector, para lá das leis e projectos que já abordamos, que opinião tem sobre a junção o Ambiente, Cultura e Turismo num único ministério?

Não acho que tenha resultado, acho que não foi uma boa opção. Não entendo essa ideia de reduzir custos no sector do ambiente, que era um sector independente um problema, mas pode ser também uma oportunidade. Na África do Sul estão a investir na agricultura gota-a-gota, os problemas vividos na Cidade do Cabo há poucos anos obrigaram a uma mudança de hábitos e de sistemas de distribuição de trabalho e de preocupações. Numa situação ideal, o ministério seria responsável apenas pela elaboração das políticas públicas. Se fosse assim, talvez funcionasse. Mas não, o ministério desenvolve políticas e ainda implementa projectos. Na minha opinião foi um erro.

A ideia também foi justificada com a pandemia.

Aquilo foi antes da pandemia [Adjany Costa foi nomeada para o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente no dia 6 de Abril de 2020]. Se estamos a dizer que vamos emagrecer o Governo cortando ministérios e depois criarmos mais cinco províncias,

o custo que vamos ter é brutal comparado com o ministério. Quando de cinco direcções nacionais passamos para duas, tudo emperra.

Sentem isso no dia-a-dia?

Sim, há um atraso em muitos dossiers. E não digo directamente connosco, mas com outras pessoas, vê-se que a área do ambiente não funciona. Por exemplo, há a vontade de descentralizar capacidades para as províncias, mas não temos essa possibilidade' não quer diz que no futuro não seja possível, mas não agora. As estruturas devem ser criadas em função do nosso contexto actual. Só agora os governos provinciais têm algum pessoal capacitado, mas se formos às comunas não há técnicos do ambiente. Neste momento, acho que foi um erro e um retrocesso e espero que seja alterado.

Espera por uma reversão já na próxima legislatura?

Se não for alterado vou continuar a dizer que foi um erro. Estamos a dar passos para trás. Devemos reconhecer que erramos e projectar uma coisa diferente.

10.10 Angola recebe investimentos para conservar zona turística

Jornal de Angola

30 De Maio de 2022

Texto: Lourenço Bule

A parte angolana da Área Transfronteiriça de Conservação do Okavango/Zambeze (ATFC-KAZA) vai, a partir do próximo mês, receber os primeiros investimentos de empresários nacionais e estrangeiros, nas áreas do ecoturismo, agricultura, agronegócio, operacionalização de aeródromos e exploração de recursos florestais.

Os investimentos serão feitos nas localidades do Cuito Cuanavale, Mavinga, Dirico, Cuangar e Bico de Angola (Rivungo), na província do Cuando Cubango.

O presidente do Conselho de Administração (PCA) da Agência Nacional para a Gestão da Região Angolana do Okavango (ANAGERO), Rui Lisboa, em declarações ao Jornal de Angola, disse que, nos próximos dias, serão assinados pré-acordos para dar possibilidade aos investidores trabalhar na mobilização de recursos financeiros e em todos os procedimentos legais para a implementação dos projectos.

Rui Lisboa disse também que houve vários constrangimentos na implementação do Projecto Transfronteiriço de Conservação do

Okavango/Zambeze (ATFC-KAZA), na parte de Angola, mas, com a criação do grupo de trabalho multisectorial, haverá maior celeridade, começando com a legalização de espaços para o início das actividades.

Explicou que a ANAGERO dará especial atenção a todos os investidores que já submeteram as propostas de investimento com realce para "Fragile Earth and Space for Giants", da Inglaterra, Wilderness Safari do Botswana, grupo angolano Coutada de Luiana, os nacionais "Gemeni", o consórcio (Angola/Alemanha), denominado "N'Kiela" e o Instituto de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (FAA).

10.11 82 Pessoas morreram durante a época chuvosa

Jornal de Angola

31 De Maio de 2022

Texto: Carlos Paulino

Pelo menos 82 pessoas morreram na província do Cuando Cubango, durante a época chuvosa (de 15 de Agosto de 2021 a 20 de Maio deste ano), vítimas de afogamento, ataques de jacarés, descargas eléctricas e desabamento de casas.

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, agente bombeiro de segunda classe Albano Cutarica, disse, este domingo, ao Jornal de Angola, que, no período em referência, registaram-se 40 mortes por afogamento, 16 por ataques de jacaré, sete por engenhos explosivos em lavras, seis por descargas eléctricas e duas por desabamento de residências.

Foram ainda registados o ferimento de 23 pessoas, a destruição de 1.076 infra-estruturas públicas e privadas, bem como destruídas 465 residências, enquanto 1.943 ficaram sem tectos, afectando 9.715 habitantes.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros registou, também, a destruição de 172 lavras, sendo 84 por inundações, 83 por invasão de hipopótamos e cinco por invasão de elefantes, que equivalem a 258 hectares cultivados, tendo afectado 860 pessoas.

Albano Cutarica apontou os municípios de Menongue, Mavinga, Cuito Cuanavale, Cuchi e Cuangar como as localidades que mais registaram mortes, feridos e destruição de residências e lavras, por causa das chuvas que se abateram sobre a província.

Explicou que, comparando com a época chuvosa de 2020 a 2021, houve um aumento de 35 mortes, diminuição de sete feridos, aumento de 339 casas destruídas e 988 residências danificadas. Houve, também, a diminuição de 881 lavras inundadas e aumento de 70 lavras invadidas por hipopótamos e elefantes, bem como o aumento de 6.875 famílias afectadas.

Segundo Albano Cutarica, as principais causas dos estragos das chuvas têm a ver com o aumento dos níveis de precipitação, desflorestação e degradação ambiental, incumprimento dos planos directores das administrações municipais, construções em áreas de risco, obstrução de linhas de água e valas de drenagem, falta de pára-raios e inobservância das normas de segurança nas comunidades.

Acrescentou que, neste momento, estão controladas 89 ravinas de grandes proporções, que ameaçam cortar a circulação nas estradas nacionais 280 e 140, pondo, também, em perigo o aeroporto 23 de Março, pontes, escolas, Palácio da Justiça, sistemas de fornecimento de água potável, igrejas, 1.429 residências, entre outras infra-estruturas, que podem afectar mais de sete mil pessoas nos municípios de Menongue, Cuito Cuanavale, Cuchi, Mavinga, Rivungo, Calai, Dirico, Cuangar e Nancova.

Fez saber que o Comando de Protecção Civil e Bombeiros no Cuando Cubango enfrenta dificuldades de falta de bens alimentares e outros para as famílias afectadas pelas chuvas, bem como de viaturas para apoiar os técnicos que trabalham na constatação, monitorização e avaliação dos riscos e desastres naturais na província.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Uma proposta chinesa para tornar o Mundo mas pacífico

Jornal O país

27 De Maio de 2022

No dia 28 do mês corrente, a Cimeira Extraordinária da União Africana sobre Terrorismo e Mudanças Inconstitucionais de Governos será realizada em Malabo. A cimeira, iniciada pelo Presidente João Lourenço, visa promover a cooperação entre os estados membros para lidar com os problemas de segurança como o terrorismo, mudanças inconstitucionais de governos e a pirataria. Gostaria de apresentar os melhores votos de sucesso à cimeira, e acredito que o evento vai contribuir, significativamente, para a paz e segurança regionais, bem como a estabilidade e desenvolvimento de todo o continente africano.

No mundo de hoje, a humanidade ainda está ameaçada por vários desafios de segurança, e a reforma do sistema de governação da segurança global é muito urgente. Durante a recente Conferência Anual de Boa para a Ásia 2022, o presidente Xi Jinping propôs, pela primeira vez, a Iniciativa de Segurança Global, o que respondeu às questões como "de que tipo de segurança o mundo precisa e de que maneira os países podem alcançar uma segurança comum" e apelou ao mundo para que sejam abandonados a mentalidade de Guerra Fria, o unilateralismo, a política de blocos e de grupo confrontantes, e seja salvaguardada a paz do mundo.

A essência desta Iniciativa aborda compromissos em seis frentes: 1) Persistir no conceito de segurança comum, integrada, cooperativa e sustentável; 2) Respeitar a soberania e a integridade territorial de todos os países; 3) Observar os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas; 4) Levar em consideração as preocupações legítimas de segurança de todos os países; 5) Resolver as diferenças e disputas entre os países por meio pacífico, através do diálogo e consulta; 6) Preservar a segurança nos domínios tradicionais e não tradicionais, como as disputas regionais, o terrorismo, as mudanças climáticas, a cibersegurança e a biossegurança. Os seis

princípios centrais da Iniciativa são altamente compatíveis com as aspirações comuns dos povos do mundo à paz, segurança e desenvolvimento, fornecendo orientação aos países para se unirem e cooperarem na resolução de várias questões de segurança, e traçando um caminho para o mundo alcançar a paz duradoura e a segurança universal.

Tanto a China como Angola têm se dedicado à paz e segurança internacional e regional. A China sustenta a política diplomática pacífica de independência e autonomia. A China enviou o maior número de soldados da paz entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, e é o segundo maior contribuinte para o orçamento da OU para a manutenção da paz. A China também apoia os países africanos no reforço da sua capacidade de manter a estabilidade e paz por si próprios, na resolução de questões africanas de uma forma africana, e na implementação da iniciativa "Silenciar as Armas em África". Na 8ª Conferência Ministerial do Fórum da Cooperação China-África,

A China e os países africanos reiteraram que a paz e segurança em África continuarão a ser uma parte importante da sua cooperação, e as duas partes continuarão a reforçar a implementação do plano de paz e segurança China-África. A China construirá 10 projectos de paz e segurança para África, continuará a prestar assistências militares à VA, apoiará os esforços dos países africanos para manter de forma independente a segurança regional e Combate ao terrorismo, e conduzirá exercícios conjuntos e treino no local entre tropas de manutenção da paz chinesas e africanas, e cooperação no controlo de armas ligeiras e de pequeno calibre.

Angola participa, activamente, na governação de segurança global e africana, coopera eficazmente com países regionais e a comunidade internacional em questões como a manutenção da paz e estabilidade na região dos Grandes Lagos, combate ao terrorismo e à pirataria' e faz uma série de trabalhos de mediação e pacificação entre países regionais, o que foi altamente apreciada pela comunidade internacional. A parte chinesa apoia o papel de destaque da parte angolana nos mecanismos regionais como a Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), e está disposta a trabalhar de mãos dadas com a parte angolana, a ter intercâmbios profundos e inspiração muito na implementação da Iniciativa de Segurança Global. Vamos agir sobre um verdadeiro multilateralismo, opormo-nos a sanções unilaterais e "jurisdição de braço longo", promover uma arquitectura de segurança regional equilibrada' eficaz e sustentável, e abrir caminho para a paz duradoura e a segurança universal.